



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC
REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - RFEPT
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
IF Baiano Campus Valença

Rua Glicério Tavares, S/S, Bate Quente / CNPJ: 10724903/0009-26
75 3641-5270 - www.ifbaiano.edu.br/unidades/valenca - gabinete@valenca.ifbaiano.edu.br

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO EM
MEIO AMBIENTE SUBSEQUENTE
MODALIDADE PRESENCIAL
EIXO TECNOLÓGICO: AMBIENTE, SAÚDE E
SEGURANÇA

**Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
Pró-Reitoria de Ensino**

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Jair Messias Bolsonaro

MINISTRO DA EDUCAÇÃO
Abraham Bragança de Vasconcellos Weintraub

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
Ariosto Antunes Culau

REITOR
Aécio José Araújo Passos Duarte

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO
Rafael Oliva Trocoli

PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E INOVAÇÃO
Carlos Elizio Cotrim

PRÓ-REITOR DE ENSINO
Ariomar Rodrigues dos Santos

DIRETOR GERAL - CAMPUS VALENÇA
Geovane Lima Guimarães

DIRETOR ACADÊMICO
Gilson Antunes da Silva

COORDENADORA DE ENSINO
Izaclaudia Santana da Cruz

COORDENADOR DE ASSUNTOS ESTUDANTIS
André Luis Ruedys Cardoso da Silva

COORDENADOR DO CURSO TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE
Jaderson Danilo dos Santos

HISTÓRICO DE CRIAÇÃO / REFORMULAÇÃO DO CURSO		
CRIAÇÃO	Período	05 de novembro de 2010
	Grupo Responsável	Alana Araújo dos Santos
		Cleber Galvão Novaes
		Edla Maria Barreto Santos Oliveira
		Durval Libâneo Netto Mello
		Helena Luiza Oliveira Coura
		Rosane Cardoso dos Santos Dias
	Nº e Data da Portaria	Não se aplica
Resolução de Aprovação	Criação aprovada pela Resolução nº 21 de 2 010 CONSUP/ IFBaiano, de 05/11/2010.	
Forma / Metodologia de Elaboração	Grupo de Trabalho	
REFORMULAÇÃO		
REFORMULAÇÃO	Período	28 de fevereiro de 2012
	Grupo Responsável	Alana Araújo dos Santos
		Eliane Pereira de Matos (in memória)
		Elielma Santana Fernandes
		Flávio José de Assis Barony
		Jádson Fábio de Araújo Marques
	Nº e Data da Portaria	Nº 211 de 28 de fevereiro de 2012
	Resolução de Aprovação	Reformulação Curricular aprovada pela Resolução nº 04 de 2 013 CONSUP/ IFBaiano, de 26/02/2013.
Forma / Metodologia de Elaboração	Grupo de Trabalho	

HISTÓRICO DE CRIAÇÃO / REFORMULAÇÃO DO CURSO			
NAP	Período	29 de janeiro de 2015	
	Grupo Responsável 01	Cássio Eduardo Buscaratto	
		Elielma Santana Fernandes	
		Jádson Fábio de Araújo Marques	
		José Tiago Barbosa	
		Tasso Meneses Lima	
	Nº e Data da Portaria	Nº 004 de 29 de janeiro de 2015	
	Período	22 de novembro de 2015	
	Grupo Responsável 02	Adailde do Carmo Santos	
		Elielma Santana Fernandes	
		Jádson Fábio de Araújo Marques	
		José Tiago Barbosa	
Nº e Data da Portaria	Nº 05 de 6 de novembro de 2015		
Resolução de Aprovação	Reformulação Curricular aprovada pela Resolução nº 05 de 2 016 CONSUP/ IFBaiano, de 29/03/2016.		
COMISSÃO DE REFORMULAÇÃO CURRICULAR			
	Período	20 de junho de 2016	
	Grupo Responsável 03	Adailde do Carmo Santos	
		Camila Magalhães Góes	
		Carlindo Santos Rodrigues	
		Delka de Oliveira Azevedo	
		Elielma Santana Fernandes	
		Geovane Lima Guimarães	
		Hildonice de Souza Batista	
		Jádson Fábio de Araújo Marques	
		José Tiago Barbosa	
		Lediane Araújo de Souza	
		Rosita Nascimento de Sena	
Tatiana Sant'Anna de Souza			

	Nº e Data da Portaria	Nº 028 de 20 de junho de 2016
	Resolução de Aprovação	Reformulação Curricular aprovada pela Resolução nº 38 de 2016 CONSUP/ IFBaiano, de 01/09/2016.
COMISSÃO DE REFORMULAÇÃO CURRICULAR	Período	Novembro/2019 a janeiro 2020
	Grupo Responsável	Jaderson Danilo dos Santos Eduardo Alvares da Silva Barcelos Jamille Arnaut Brito Moraes Maria Iraildes de A. Silva Matias
NAP		
	Período	05 de novembro de 2019
	Grupo Responsável 04	Eduardo Alvares da Silva Barcelos
		Jaderson Danilo dos Santos
		Jamille Arnaut Brito Moraes
Maria Iraildes de A. Silva Matias		
Nº e Data da Portaria	Nº 1687 DE 18 de setembro de 2019	
Resolução de Aprovação	Reformulação Curricular aprovada pela Resolução nº CONSUP/ IFBaiano, de / /2019.	

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Estrutura Curricular do Curso Técnico em Meio Ambiente Modalidade Subsequente27

Tabela 2 - Matriz Curricular do Curso Técnico em Meio Ambiente Modalidade Subsequente31

Tabela 3 - Relação de docentes que atuam no Curso Técnico em Meio Ambiente76

Tabela 4 - Relação dos servidores técnicos administrativos que atuam no Curso Técnico em Meio Ambiente80

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Nível de escolaridade dos entrevistados da pesquisa de demanda realizada no Território do Baixo-Sul, entre 05 e 14 de julho de 2010	13
Figura 2 - Número de pessoas com nível superior na família dos entrevistados da pesquisa de demanda realizada no Território do Baixo-Sul, entre 05 e 14 de julho de 2010	14
Figura 3 - Renda mensal dos respondentes da pesquisa de demanda realizada no Território do Baixo-Sul, entre 05 e 14 de julho de 2010	15
Figura 4 - Importância da presença do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFBAIANO, campus Valença, para os entrevistados da pesquisa de demanda realizada no Território do Baixo-Sul, entre 05 e 14 de julho de 2010	16
Figura 5 - Núcleo tecnológico apontado como preferencial pelos respondentes da pesquisa de demanda realizada no Território do Baixo-Sul, entre 05 e 14 de julho de 2010	17
Figura 6 - Vocação territorial e áreas de Cursos Técnicos apontadas como preferenciais para implantação no IFBAIANO, campus Valença, pelos respondentes da pesquisa de demanda realizada no Território do Baixo-Sul, entre 05 e 14 de julho de 2010	17

SUMÁRIO

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	9
2 APRESENTAÇÃO	9
3 JUSTIFICATIVA DO CURSO	11
Caracterização do <i>Campus</i> Valença	18
4 OBJETIVOS	20
Objetivo Geral	20
Objetivos Específicos	20
5 PERFIL DO EGRESSO	20
6 PERFIL DO CURSO	21
7 REQUISITOS DO INGRESSO	22
8 REGIME ACADÊMICO	23
Projeto Integrador	28
Estrutura Curricular	24
Metodologia do Curso	27
Matriz Curricular	30
9 PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR – PCC	32
Componente Curricular - Base Nacional Comum	32
10 ESTÁGIO CURRICULAR	58
Aproveitamento das Atividades para fins de Estágio	59
Das Atividades Profissionais	60
Das Atividades de Pesquisa e Extensão	60
Da Sistematização da Experiência de Estágio	60
Do Relatório Técnico	61
Do Artigo Científico	61
11 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS E CERTIFICAÇÃO DE CONHECIMENTOS ANTERIORES	61
12 AVALIAÇÃO	62
Do Processo de Ensino-Aprendizagem	62
Do Curso	63
13 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS	63
Programas de Nivelamento	64
Programas de Monitorias	64
Programas de Tutoria Acadêmica	66
Programa de Assistência Estudantil	67
Núcleo de Apoio ao Processo de Ensino-Aprendizagem, Permanência e Êxito de Educando	68
Sistema de Acompanhamento de Egressos	68
Programa de Apoio a Eventos Artísticos, Culturais e Científicos	69
Política de Diversidade e Inclusão	70
Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas	70
Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI)	71
Programas de Pesquisa e Extensão	72
14 INFRAESTRUTURA	73
Biblioteca	74
Laboratórios	75
Recursos Didáticos	75
Sala de Aula	76
15 PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	76
16 CERTIFICADOS E DIPLOMAS	81
17 REFERÊNCIAS	82

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

NOME DO CURSO	TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE SUBSEQUENTE
HABILITAÇÃO	O curso habilitará os estudantes em Técnico em Meio Ambiente
TIPO DE CURSO	Técnico Subsequente
MODALIDADE DE OFERTA	Presencial
NÍVEL	Médio
REGIME ACADÊMICO	Semestral
LOCAL DE OFERTA	IFBAIANO <i>Campus</i> Valença.
TURNOS DE FUNCIONAMENTO	Diurno ou Noturno
Nº DE VAGAS	30 vagas por turma/por semestre
PERIODICIDADE DE OFERTA	Semestral
CARGA HORÁRIA TOTAL	1260 horas relógio 1260 horas/aula 150 horas/estágio
INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO	Período Mínimo: 24 meses Período Máximo: 36 meses

2 APRESENTAÇÃO

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, instituídas a partir da Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Dentre as suas finalidades, a de oferecer cursos técnicos, tecnológicos, superiores e pós-graduação, com indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, sintonizados com demandas que contribuam para o desenvolvimento regional.

O presente documento versa sobre o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Meio Ambiente na modalidade Subsequente se propondo a contextualizar e definir as diretrizes pedagógicas para o respectivo curso técnico, destinado a estudantes oriundos do ensino médio. Consubstancia-se em uma proposta curricular baseada nos fundamentos filosóficos da prática educativa progressista e transformadora, nas bases legais do sistema educativo nacional e nos princípios norteadores da modalidade da educação profissional e tecnológica brasileira, explicitados na LDB nº 9.394/96 e atualizada pela Lei nº 11.741/08, bem como, nas resoluções e decretos que normatizam a Educação Profissional Técnica de Nível Médio no

sistema educacional brasileiro e demais referenciais curriculares pertinentes a essa oferta educacional. Tem como fundamento a formação humana, o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico, visando o exercício da cidadania com dignidade, dando adequado tratamento às questões relativas à profissionalização das pessoas com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades, bem como à Educação Escolar Indígena, à Educação Escolar Quilombola e à Educação do Campo.

O seu currículo objetiva garantir ao profissional uma formação plena que possibilite o aprimoramento de sua leitura de mundo, vendo a realidade concreta em sua totalidade, refletindo criticamente sobre os padrões culturais e reconhecendo a diversidade dos sujeitos, articulando-se com o desenvolvimento sócio-econômico-ambiental do Território, observando os arranjos produtivos locais e considerando os saberes e as experiências incorporadas pelo trabalhador.

A abordagem da Educação Ambiental pauta-se numa perspectiva sistêmica, interdisciplinar, contínua e permanente em todas as áreas de conhecimento e componentes curriculares, alinhando-se com as atualizações legislativas relacionadas ao meio ambiente e as inovações referentes à sua proteção, acompanhando as Políticas governamentais.

Os processos de alteração e reformulação deste documento seguem as recomendações propostas pela Metodologia de Reformulação Curricular dos Projetos Pedagógicos dos Cursos Técnicos de Nível Médio do IF Baiano contemplando as normativas Institucionais, bem como a Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e a Lei nº 11.788/2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes. Acompanha as atualizações do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos - 3ª edição do CNCT (BRASIL, 2014).

O atual processo de reformulação partiu da necessidade do rearranjo curricular do Curso, a partir da atualização do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, inclusão dos componentes de formação básica em programa de nivelamento, além de trazer novas abordagens que possam discutir conceitos relacionados à questão ambiental. Atualizaram-se os métodos de avaliação, incluiu-se Projeto Integrador em dois semestres, funcionando como componente que abrange conhecimentos diversos entorno de uma temática variável. A inclusão de componentes visou atender a peculiaridades locais e a formação técnica coadunando com as discussões e reflexões do eixo tecnológico.

Esta reformulação buscou, acima de tudo, a atualização do curso com atenção especial às demandas do mundo do trabalho (ênfase na região do Baixo Sul), a melhoria dos modos de ensino e aprendizagem diante do perfil sociocultural dos estudantes. As experiências dos discentes, docentes e técnicos representaram um caminho de via única para a melhoria do

curso, visto que os desafios e dificuldades, bem como experiências exitosas nas circunstâncias de ensino, pesquisa e extensão e as ferramentas de avaliação foram essenciais no aprimoramento do curso, evidenciando as atividades práticas como diferencial determinante à conquista de novos espaços e oportunidades, tanto para os egressos quanto ao campus Valença.

3 JUSTIFICATIVA DO CURSO

O Território do Baixo Sul da Bahia, no qual está inserido o Campus Valença, pertence ao Bioma da Mata Atlântica que é reconhecido internacionalmente como um dos conjuntos de ecossistemas de maior biodiversidade do mundo e com altos níveis de endemismo, apesar do seu elevado desmatamento. Sua cobertura vegetal tem sofrido influência da ocupação humana desordenada, da policultura comercial, do cultivo de subsistência e da utilização das áreas para desenvolvimento de atividade turística. Algumas medidas para redução de tais impactos, nesta região, foi o estabelecimento de Unidades de Conservação, a exemplo da APA (Área de Proteção Ambiental) de Pratigi, parte da APA da Península de Maraú, a APA das Ilhas de Tinharé e Boipeba, a APA da Baía de Camamu, a Reserva Ecológica do Juliana e APA Caminhos Ecológicos da Boa Esperança.

Com uma população estimada em 2015 de 390.588 habitantes (IBGE/SEI), o Território do Baixo Sul da Bahia apresenta uma densidade demográfica de 44,4 hab/km², e abriga 2,08% da população baiana. Apresenta uma área de 7.168, 10 km² é composto por 15 municípios (Aratuípe, Cairu, Camamu, Gandu, Ibirapitanga, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Piraí do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá, Teolândia, Valença e Wenceslau Guimarães). Aproximadamente 151.614 pessoas vivem na área rural, o que representa 45,04% do total. Possui 22.048 agricultores familiares, 1.412 famílias assentadas, 49 comunidades quilombolas reconhecidas e uma comunidade indígena. O IDH médio é 0,63. Embora os dados descritos acima datem de análise de 2012, tal índice só é atualizado a cada dez anos no Censo demográfico do IBGE.

Os maiores municípios do Baixo Sul são Valença (pertencente à APA Caminhos Ecológicos da Boa Esperança), Camamu e Maraú, que, em conjunto, ocupam 44% dessa microrregião. Valença, Camamu, Ituberá e Ibirapitanga são os mais populosos, abrigando 63% da sua população. Valença é o único município com mais de 95.000 habitantes, estando os demais nas faixas entre 20.000 e 40.000 residentes - estimativa IBGE para 2014).

Dentre os principais problemas locais, tem-se a ocupação em áreas de risco e / ou proteção ambiental, destinação inadequada dos resíduos sólidos, ausência de sistemas de drenagem urbana e coleta de esgoto universalizado.

Situada na região conhecida como Costa do Dendê, Valença tem uma população estimada em 96.000 mil habitantes, extensão territorial de 1.191 km² e um conjunto arquitetônico valioso. Valença apresenta o IDH de 0,623 (IDH-M), o que a classifica na 58ª posição em relação aos 417 municípios da Bahia (BRASIL, 2010).

Em seu contexto geral, Valença apresenta vulnerabilidade social que requer atenção, no que diz respeito à baixa perspectiva de qualidade de vida, carência de saneamento básico, e outras que necessitam de intervenções emergenciais, como educação básica.

Em Valença foi instalada uma das primeiras indústrias de tecidos do Brasil, a Fábrica Todos os Santos ou Nossa Senhora do Amparo (1844) - atual Companhia Têxtil Valença. Dentre suas potencialidades econômicas, destacam-se a agricultura (dendê, guaraná, mandioca e coco-da-baía), fruticultura, a pecuária (aves e suínos), a maricultura, a pesca e o turismo. O Município é considerado o primeiro produtor de dendê e o terceiro de guaraná e coco-da-baía. Outra atividade econômica do município é a carcinicultura. Além do potencial ambiental e agrícola, há no município um dos principais estaleiros da Bahia, onde são construídos barcos, veleiros, escunas e até caravelas que movimentam rotinas turísticas, de migrantes e inclusive para exportação.

Situada entre a foz do Rio Jaguaripe e a Baía de Camamu, a Costa do Dendê é um verdadeiro mosaico de praias, baías, manguezais, costões rochosos, restingas, nascentes, lagoas, rios, cachoeiras e estuários. Seus 115 km de litoral abrangem as localidades de Valença, Morro de São Paulo, Boipeba, Igrapiúna, Cairu, Camamu, Taperoá, Nilo Peçanha, Ituberá e Maraú, tornando o turismo outra atividade relevante no Baixo Sul, porém que requer atenção quanto a necessidade de construção de alternativas para um turismo ecológico, solidário e inclusivo para o Território.

Todas as atividades econômicas mencionadas, apesar de trazerem desenvolvimento para a região, causam grandes impactos ao meio ambiente. Ademais, a própria população e a ausência de políticas públicas causam os impactos diretos por meio de comportamentos ambientalmente incorretos, como lançamento de esgotos domésticos *in natura* em cursos d'água e coleta e destinação inadequada dos resíduos sólidos gerados, ocupação desordenada de áreas de manguezais, desmatamento de mata nativa, entre outros. Em contrapartida emerge uma grande oportunidade para que os profissionais promovam ações mitigadoras através de planos e projetos ambientais na comunidade. Obviamente, avanços neste sentido dependerão de ação multidisciplinar e participativa, além de atuação conjunta entre os entes do poder público e

sociedade.

Pesquisa de demanda realizada no Território de Identidade e Cidadania do Baixo Sul, entre 05 e 14 de julho de 2010, mostrou resultados que apontaram a preferência popular e necessidades educacionais com vistas à conservação de recursos naturais, cuja visibilidade é expressiva na região. Os resultados obtidos, aliados à base socioeconômica da região culminou na implantação do curso de Técnico em Meio Ambiente, na forma subsequente, contemplado no CNCT (BRASIL, 2014) proposto pelo MEC/SETEC, no Núcleo tecnológico Meio Ambiente e Saúde.

Nesta pesquisa, foi traçado um perfil dos sujeitos do Baixo Sul, aqueles, que potencialmente seriam público para a oferta do Curso Técnico subsequente em Meio Ambiente. Para a caracterização dessa clientela, foi identificado o nível de escolaridade e as condições de acesso à educação. Dentre os indivíduos que responderam aos questionários, houve uma predominância do sexo feminino (58%), um público relativamente jovem, considerando que dos entrevistados 73% encontram-se na faixa etária entre 20 e 41 anos.

Estudantes ou egressos da escola pública constituíram 74% do universo da pesquisa. Quanto ao nível de escolaridade, houve um equilíbrio entre aqueles que possuem o ensino médio completo e os que cursaram ou estão cursando o nível superior, 26% e 27%, respectivamente (Figura 01).

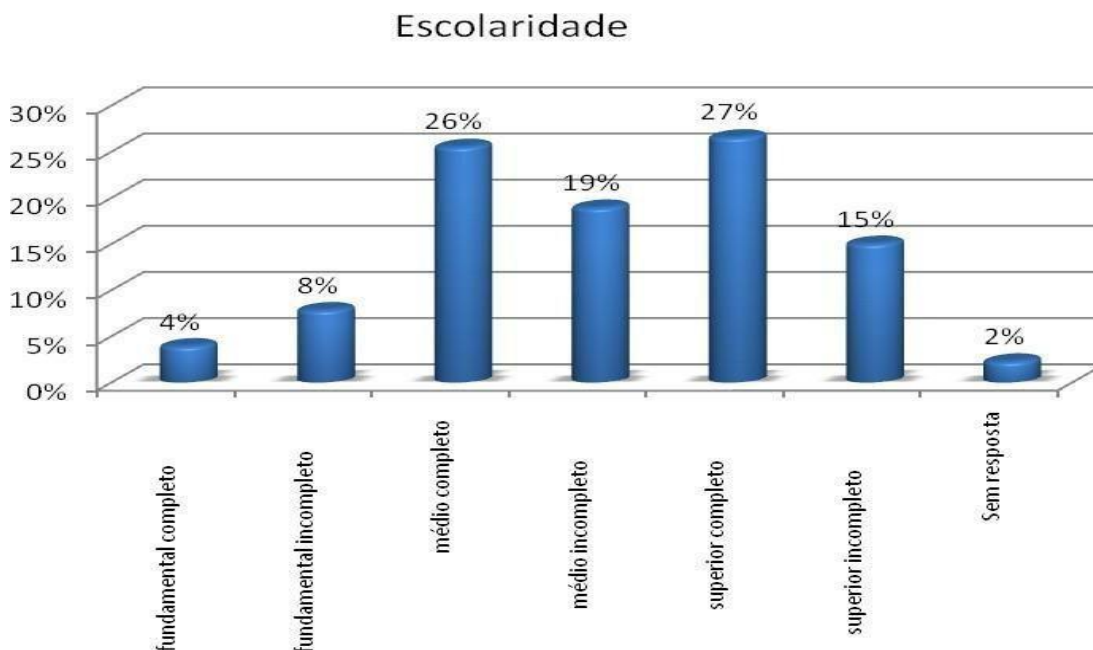


Figura 1: Nível de escolaridade dos entrevistados da pesquisa de demanda realizada no Território do Baixo-Sul, entre 05 e 14 de julho de 2010.

Contudo, um dado relevante nesta pesquisa é o predomínio de famílias sem indivíduos com Nível Superior (Figura 02), sugerindo que não ocorre a verticalização dos estudos.

Apesar dos dados ressaltarem a necessidade de fortalecimento do Ensino Superior na Região, é notável o aspecto cultural de que boa parte da população vê no Ensino Médio uma etapa de desenvolvimento do indivíduo, contribuindo na formação de sua cidadania e fornecendo os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. O fato do Ensino Médio profissionalizante na região ser deficitário, já que estes direciona a formação para o mundo do trabalho, se faz necessário investimentos em cursos subsequentes, tornando-se uma alternativa de complementação de escolaridade. A criação destes cursos contribui significativamente para o aperfeiçoamento profissional do indivíduo, visando a inserção no mundo do trabalho. Tendo em vista que parte desta população, seja de trabalhadores já inseridos no mundo do trabalho ou jovens que estão saindo do Ensino Médio, veem na Educação Profissional uma alternativa para a melhoria das condições de vida.

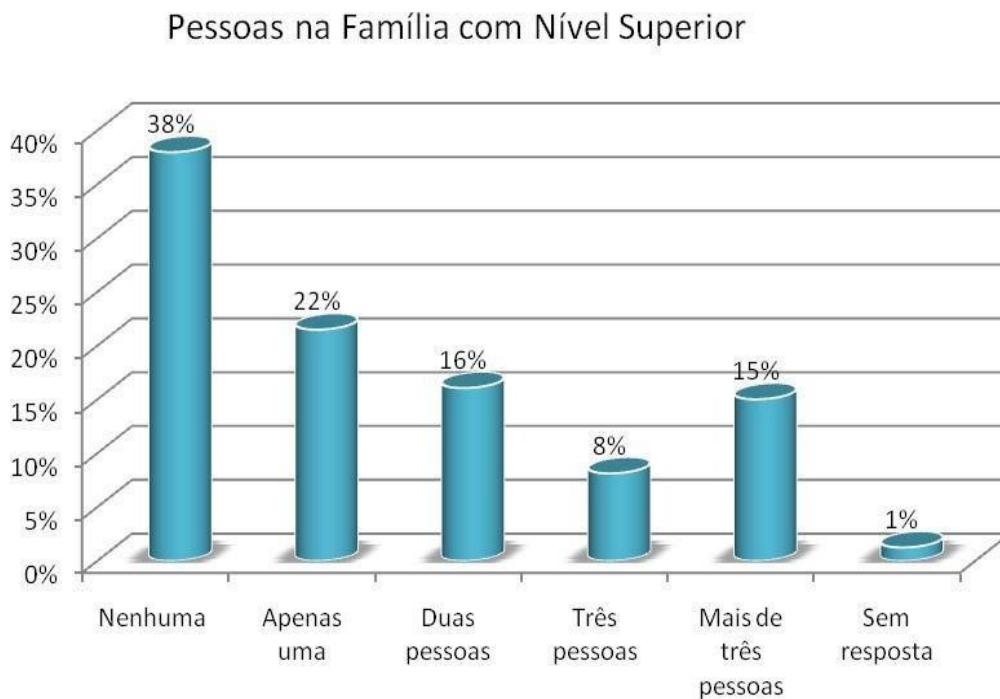


Figura 2: Número de pessoas com nível superior na família dos entrevistados da pesquisa de demanda realizada no Território do Baixo-Sul, entre 05 e 14 de julho de 2010.

Nesse contexto, a renda tem sido um indicador importante para analisar a tomada de decisão em relação a políticas de assistência estudantil e as condições de acesso à escola dessa população. Os dados da pesquisa indicam que 45% da população sobrevivem com renda mensal de até 01 salário mínimo e 51% possuem renda de até 02 salários mínimos (Figura 03).

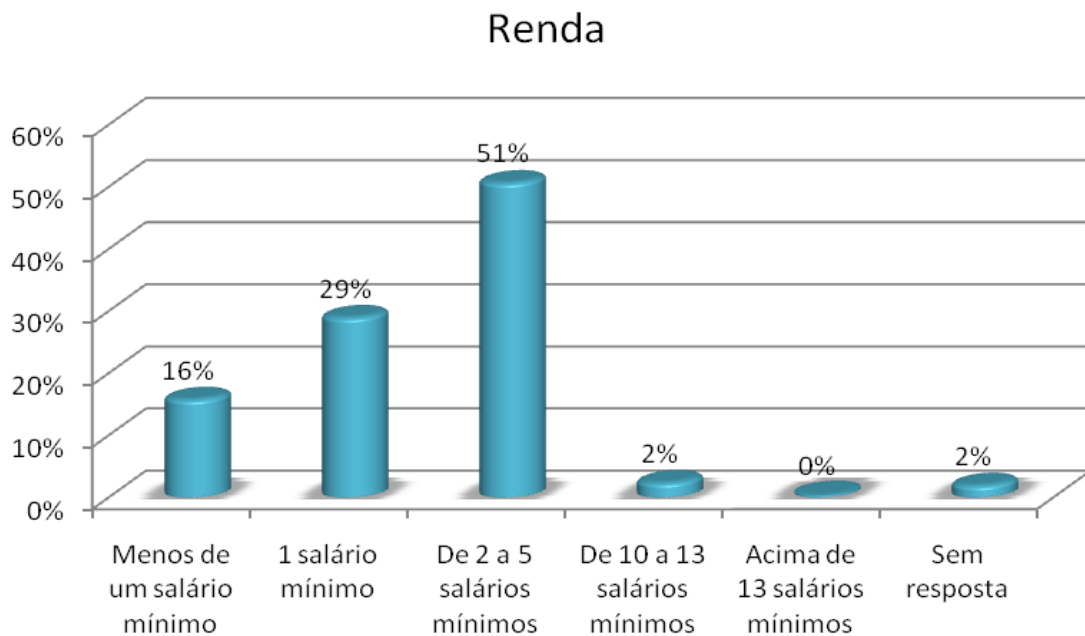


Figura 3: Renda mensal dos respondentes da pesquisa de demanda realizada no Território do Baixo-Sul, entre 05 e 14 de julho de 2010.

Considerando o dado relacionado à escolaridade, em que apenas 26% do universo concluíram o Ensino Médio completo e 19% ainda em processo, há convergência entre anos de escolaridade e faixa salarial.

A literatura sobre área de Trabalho e Educação aponta o quanto é importante o desenvolvimento de políticas que estejam associadas à elevação da escolaridade associada à qualificação profissional. Isto posto, percebe-se o grau de satisfação das pessoas consultadas nessa pesquisa com a implantação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, campus Valença, no Território do Baixo Sul, 75%, da população pesquisada afirma que a presença do Instituto é muito importante (Figura 04).

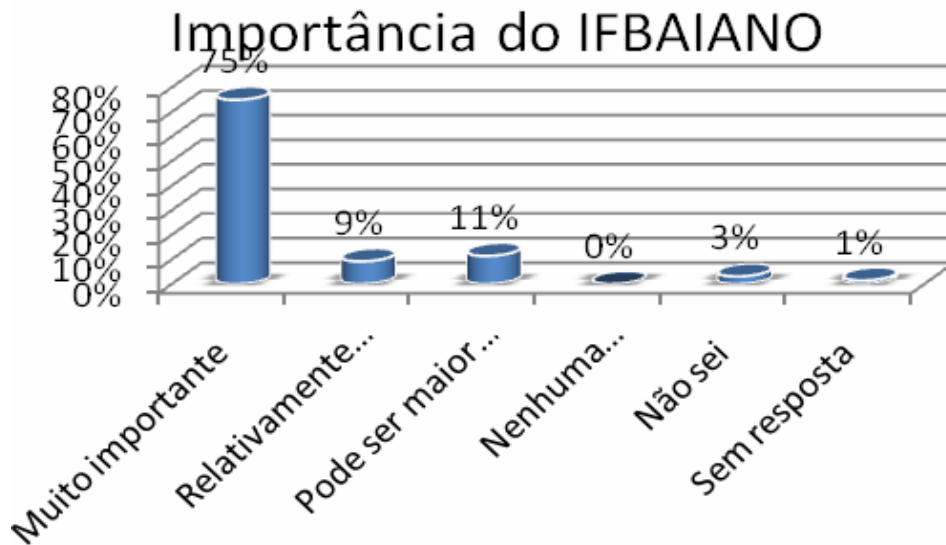


Figura 4: Importância da presença do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFBAIANO, campus Valença, para os entrevistados da pesquisa de demanda realizada no Território do Baixo-Sul, entre 05 e 14 de julho de 2010.

Consideradas as respostas quanto à expectativa de fazer um curso técnico ou superior, há clara indicação da relevância dos cursos para o desenvolvimento territorial. Contudo, o principal objetivo da pesquisa foi verificar na percepção dos sujeitos o núcleo tecnológico correspondente ao perfil da vocação dos arranjos produtivos existentes no Baixo Sul. Vale salientar que os eixos tecnológicos foram definidos com base no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e o entrevistado poderia fazer somente uma única opção. Assim, há uma nítida prioridade no Núcleo tecnológico Ambiente, Saúde e Segurança com quase 40% das indicações (Figura 05).

Outra questão levantada e de livre opinião (podendo indicar até três opções) foi área de demanda de formação profissional para o quadro de técnicos para o território, aparecendo como prioridade a área de Informática e como segunda opção um conjunto de cursos associados aos Eixos de Ambiente, Saúde e Segurança; Recursos Naturais; Infraestrutura (Figura 06).

Vocação do Território do Baixo Sul

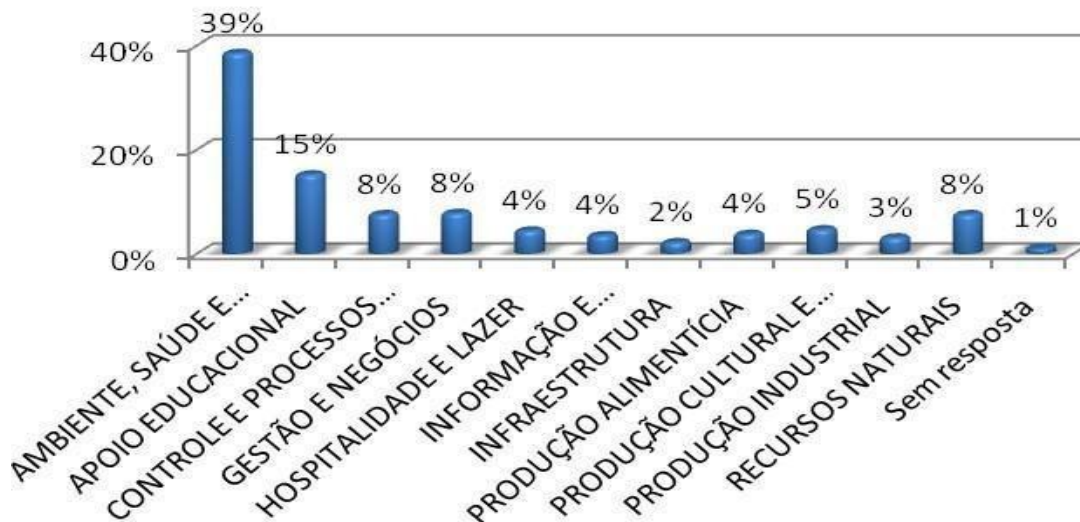


Figura 5: Núcleo tecnológico apontado como preferencial pelos respondentes da pesquisa de demanda realizada no Território do Baixo-Sul, entre 05 e 14 de julho de 2010.

Áreas indicadas para Formação de Técnicos

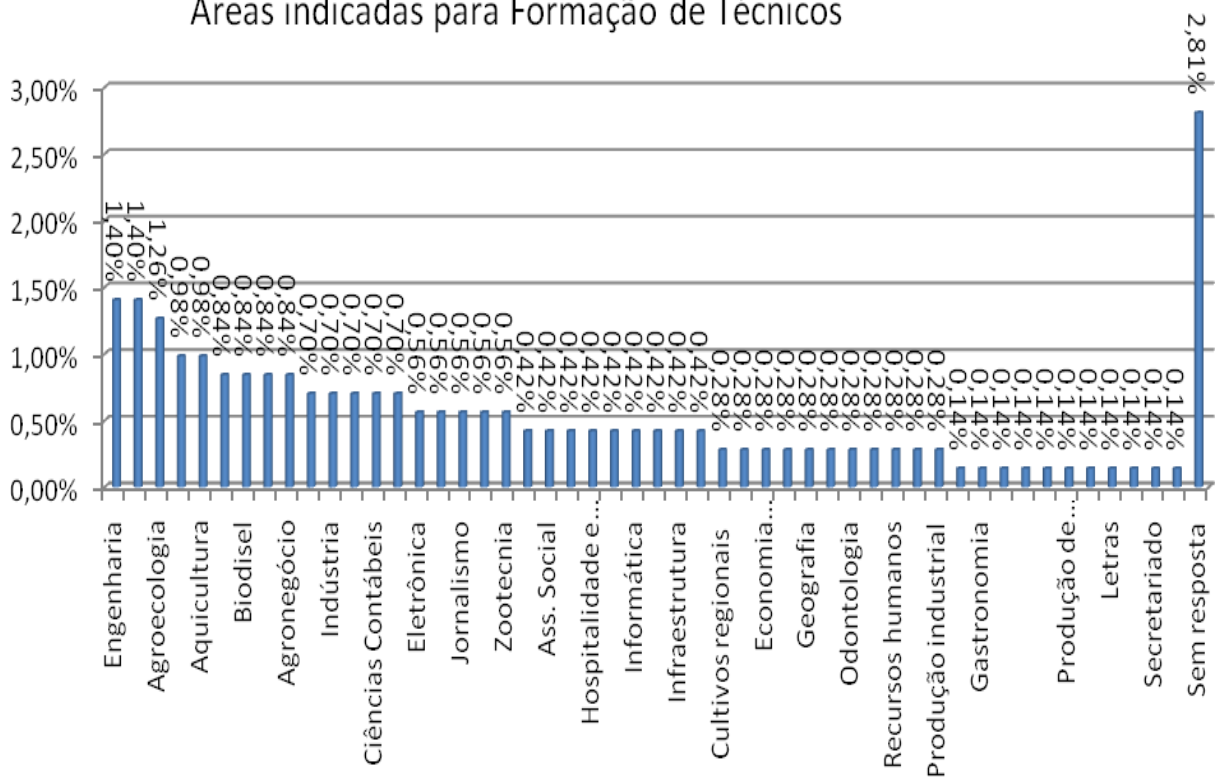


Figura 6: Vocação territorial e áreas de Cursos Técnicos apontadas como preferenciais para implantação no IFBAIANO, campus Valença, pelos respondentes da pesquisa de demanda realizada no Território do Baixo-Sul, entre 05 e 14 de julho de 2010.

Diante dos dados apresentados, identificou-se uma tendência ao Curso Técnico de Meio Ambiente. A oferta desse curso é algo possível para as condições de infraestrutura atual do Campus Valença e atende às necessidades e aos anseios da população local e regional, que dispõe de um cenário de beleza natural extraordinária, mas que carece de políticas públicas e profissionalizantes ligadas à questão ambiental para contribuir na preservação desse patrimônio.

Por fim, vale salientar que esse curso pode contribuir para a sustentação de uma das ações estruturantes do Território do Baixo Sul, que são as políticas ambientais e de desenvolvimento sustentável, uma vez que, possui uma forte relação com os recursos naturais existentes no território, contribuindo com o uso racional dos recursos e o desenvolvimento humano.

Caracterização do Campus Valença

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, doravante IFBaiano, atualmente é representado por uma Reitoria e quatorze *campi*, sendo eles o de Alagoinhas, Bom Jesus da Lapa, Catu, Governador Mangabeira, Guanambi, Itaberaba, Santa Inês, Senhor do Bonfim, Serrinha, Teixeira de Freitas, Uruçuca, Valença e Xique-Xique, distribuídos nas principais regiões do estado da Bahia. O Campus Valença foi originado a partir da Escola Média de Agropecuária Regional da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), de início, vinculada ao Ministério da Agricultura, até sua institucionalização como Instituto Federal (Lei nº 11.892), atrelado ao Ministério da Educação.

O Campus Valença apresenta uma área de 13 (treze) hectares, na qual encontram-se suas edificações e uma área de remanescente de Mata Atlântica em estágio sucessional intermediário. A infraestrutura de suas edificações é composta por: 20 salas de aula, 01 gabinete, 01 sala de direção acadêmica, 01 sala de direção administrativa, 04 salas de suporte administrativo, 01 sala de assistência pedagógica, 01 sala de assistência social, 01 sala de coordenação acadêmica, 01 sala de assistência estudantil, 02 laboratório de Biologia e Meio Ambiente, 01 laboratório de Química e solos, 01 laboratório práticas de ensino, 04 salas de professores, 01 sala de coordenação de pesquisa, extensão e estágio, 01 biblioteca, 01 cantina, 01 auditório, 01 refeitório, 01 sala de projeção e 01 sala de informática com acesso a internet para estudantes.

O *campus* Valença conta ainda com área educativa e experimental de campo de 33 hectares, denominada de Aldeia, que dista 7 km da sede, a qual dispõe de criação de bovinos, aves, caprinos, ovinos, suínos. Na produção vegetal é composta por espaço de horticultura, cultivos de milho, mandioca, feijão, mamão e coco, produção de 70 mil mudas de dendê em

convênio com a CEPLAC, dentre outras benfeitorias. Neste espaço, professores e alunos desenvolvem aulas práticas e projetos de pesquisa e extensão ligados aos cursos de Meio Ambiente, Agropecuária e Agroecologia. Dentro da área de campo também se encontra uma Área de Preservação Permanente (APP) e 1^{1/2} hectare dessas terras é uma Área de Reserva Ambiental.

O *campus* Valença ainda possui uma segunda área de campo, denominada de Fazenda Santo Expedito, com 105 hectares, localizada a 6 km da cidade de Valença, entre a BA 001 e o Distrito de Jiquiriçá. A área dispõe de 35 hectares de mata atlântica, pastagem, açazeiros, lavoura de cacau, cravo, dendê, acácia magnium e fruteiras. As benfeitorias englobam casa sede, casa para funcionários, barcaça para secagem de amêndoas de cacau e barragem para armazenamento de água.

A biodiversidade existente nas áreas do *campus* assegura o equilíbrio dos ecossistemas e que deve ser preservada por motivos éticos, tendo o ser humano tem o dever moral de proteger outras formas de vida; por motivos estéticos, uma vez que as pessoas apreciam a natureza e gostam de ver animais e plantas no seu habitat natural; por motivos econômicos; e ainda por motivos funcionais da natureza, dado que a redução da biodiversidade leva a perdas ambientais, em função das interrelações existentes que podem afetar regulação do clima, ou conforto térmico, purificação do ar, proteção dos solos, rios, no controle biológico de pragas, dentre outro

A fim de atender aos seus objetivos, o Curso de Meio Ambiente preconiza o desenvolvimento de uma educação inclusiva, que deve estar voltada para garantir o acesso e a permanência ao ensino de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, dentre outras dificuldades, bem como aos demais estudantes, independentemente de sua classe social, etnia, gênero, território, religião, cultura e de quaisquer outras formas de discriminação.

Para tanto, será abordado no currículo, de forma transversal, diversos aspectos relativos à história e cultura afro-brasileira e indígena (previstas pela Lei nº 10.639/03 e pela Lei nº 11.645/08). Essa e outras práticas promovem o fortalecimento da convivência com a diversidade etnoracial e cultural.

Além disso, o Curso de Meio Ambiente estimula políticas de fomento à pesquisa e extensão, bem como outras ações, voltadas para a sustentabilidade ambiental, que estimulem o desenvolvimento científico e tecnológico do curso e o cooperativismo, atrelados também às demandas sociais.

4 OBJETIVOS

Objetivo Geral

Qualificar técnicos em Meio Ambiente para atuarem na gestão e educação ambiental, capazes de atuação junto a instituições públicas, privadas e do terceiro setor no desenvolvimento de atividades relacionadas ao diagnóstico, controle e conservação de recursos naturais. Este objetivo está em consonância com os objetivos do Curso Técnico em Meio Ambiente propostos pelo CNCT e é compatível às peculiaridades do Campus Valença e à formação dos docentes nele lotados.

Objetivos Específicos

- Formar cidadão crítico-reflexivo, capacitado para verificar o cumprimento da legislação e as eventuais vulnerabilidades ambientais.
- Capacitar o estudante ao mundo do trabalho, com visão empreendedora, capaz de propor soluções exequíveis.
- Correlacionar o conjunto dos aspectos sociais, econômicos, culturais e éticos envolvidos nas questões ambientais.
- Capacitar o estudante para atuar em todas as etapas de projetos ambientais, referentes a ações preventivas e de conservação do meio ambiente.
- Capacitar o estudante para executar procedimentos de amostragem, triagem e depósito de dados biológicos e ambientais não tóxicos.
- Participar de grupos de avaliação monitoramento e controle ambiental, certificação ambiental e proporcionar treinamento em tarefas de educação ambiental.
- Atuar em programas e projetos na área de saúde e meio ambiente.
- Participar de projetos de pesquisa e extensão que envolvam as inovações tecnológicas em monitoramento e controle ambiental.
- Atuar em programas de redução e reciclagem dos recursos naturais.
- Colaborar na elaboração e execução de Estudo de Impacto Ambiental e o seu Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA.

5 PERFIL DO EGRESSO

O Técnico em Meio Ambiente, formado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, Campus Valença estará capacitado a atuar na área de Educação e Gestão Ambiental, com foco na melhoria da qualidade de vida da população e ampliação da percepção sobre a importância da preservação ambiental. Especificamente, este técnico está apto a aplicar

conhecimentos associados a:

- a) Organização de programas de educação ambiental em conjunto com a sociedade, instituições públicas, privadas ou organizações não governamentais, no sentido de conservação e preservação de recursos naturais; políticas de gestão dos resíduos sólidos e de redução do consumo, bem como na promoção da saúde ambiental.
- b) Coleta, depósito e interpretação de informações, dados e documentações técnicas da área ambiental.
- c) Elaboração de laudos, acompanhamento e execução de sistemas de gestão ambiental e de programas e projetos de pesquisa e extensão.
- d) Identificação das intervenções ambientais, a partir da análise de suas consequências e execução de ações para preservação, conservação, otimização, minimização e remediação dos seus efeitos.

O Técnico em Meio Ambiente formado por esta Instituição apresentará uma sólida formação que lhe permitirá posicionar-se de forma crítica e responsável, frente aos grandes temas da contemporaneidade, com ênfase nas questões locais, como as transformações operadas no mundo do trabalho, as demandas socioeconômicas, socioambientais e socioculturais.

6 PERFIL DO CURSO

O curso deverá capacitar o egresso para o entendimento da complexidade dos sistemas naturais, atuando na avaliação e no controle dos fatores que causam impacto nos ciclos de matéria e energia, diminuindo os efeitos causados na natureza (solo, água e ar), e atenção à saúde.

Compreende, propor e gerenciar, igualmente, atividades de prevenção da poluição por meio da gestão ambiental de processos produtivos industriais, educação ambiental, produção mais limpa e uso de tecnologias mais limpas, controle e tratamento de resíduos, efluentes e emissões atmosféricas que possam impactar o meio ambiente. Assim, como apoiar aos profissionais da saúde nas intervenções e no processo saúde–doença de indivíduos, propondo e gerenciando soluções tecnológicas mitigadoras e de avaliação e controle da segurança e dos recursos naturais.

Com base em conhecimentos multidisciplinares, desenvolvidos em aulas teóricas e práticas, em leituras e em estudos de caso, os alunos obterão uma visão integrada dos problemas ambientais e das técnicas adequadas e disponíveis para a sua gestão, buscando a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento sócio-econômico local. Além disso, visa-se a compreensão do ambiente de modo integrado, apoiando as Instituições em suas adequações às exigências legais e aos princípios do desenvolvimento sustentável.

O Curso Técnico em Meio Ambiente possibilitará que o aluno desenvolva atividades práticas que, além da aplicação e da ampliação dos conhecimentos adquiridos, promovam a interdisciplinaridade e o trabalho em equipe. São consideradas atividades práticas:

- Visitas técnicas: objetivam o conhecimento dos processos produtivos industriais, da gestão ambiental adotada pelos sistemas produtivos e das tecnologias utilizadas para a minimização das alterações nos diferentes compartimentos ambientais.
- Atividades de campo: objetivam a observação do ambiente, a coleta de amostras ambientais em diversos compartimentos e a utilização de equipamentos para a obtenção de dados ambientais *in loco*, como pH, temperatura, oxigênio dissolvido, condutividade e turbidez.
- Atividades de laboratório: objetivam a execução de análises de amostras ambientais coletadas nas atividades de campo, e o posterior estudo comparativo dos resultados obtidos com as legislações aplicáveis.

O Técnico em Meio Ambiente deverá estar ciente de seu papel na sociedade, atuando com responsabilidade e ética profissional, tendo uma atitude pró-ativa diante das questões ambientais que envolvam aspectos sociais e econômicos, além do ambiental. Estas habilidades o aluno vivenciará durante o Estágio Curricular Obrigatório.

Diante dos aspectos apresentados e discutidos na estruturação curricular, verifica-se que o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Meio Ambiente apresenta ênfase na flexibilidade, baseando-se na interdisciplinaridade e na produção de conhecimento tecnológico.

7 REQUISITOS DE INGRESSO

No âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, o acesso ao curso técnico em Meio Ambiente dar-se-á por meio de: Processo Seletivo Institucional Unificado semestral e sendo possível oferta de vagas para os turnos diurno e/ou noturno - único edital para diferentes cursos, mas de diversos instrumentos avaliativos; Transferência Compulsória; Transferência Interna ou Externa, atendendo ao que dispõe a legislação vigente do País e as normas internas da Instituição, destacados os seguintes critérios:

- a) O candidato deverá ter concluído o Ensino Médio.
- b) A admissão de alunos regulares ao curso será realizada semestral para ingresso no primeiro período do curso ou através de transferência para qualquer período, desde que o mesmo seja submetido à análise e aprovação do aproveitamento de créditos.
- c) A transferência compulsória ou ex-ofício dar-se-á independente de vaga específica e poderá ser solicitada a qualquer época do ano para os casos previstos em Lei.
- d) A Instituição fixará, através de edital, número de vagas disponíveis e todas as

informações referentes ao processo seletivo.

e) O acesso de estudantes de transferência interna ou externa será realizado de acordo com os critérios estabelecidos na Organização Didática da Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

f) Dentre outras normas institucionais vigentes.

Havendo necessidade de preenchimento de vagas excedentes, o campus poderá realizar processo seletivo simplificado, conforme edital específico.

8 REGIME ACADÊMICO

A organização curricular do Curso Técnico de Meio Ambiente, na modalidade subsequente, Campus Valença, resulta de estudos, debates, reflexões do corpo docente e técnico pedagógico com intuito de atender aos aspectos legais, a saber: nº Lei 9394/96, Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional; Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990; a Lei nº 11 645/08; Lei nº 11 788/08 e normativas correlatas; Resolução CEB/CNE nº3, de 9 de julho de 2008; Resolução CEB/CNE nº 4, de 13 de julho de 2010; Lei nº 11 947/09; Lei nº 10741/03; Lei nº 9795/99; Lei 9.393/1996; Lei nº 9 503/97, Inserir o Plano Nacional de Educação (PNE)

– Lei nº. 13.005/2014, Decreto nº 7037/2009, Resolução CEB/CNE nº 2, de 30 de janeiro de 2010, Resolução CEB/CNE nº 6, de 20 de setembro de 2012; Plano de Desenvolvimento Institucional/Projeto Político Pedagógico Institucional, dentre outras legislações vigentes, bem como de assegurar maior qualidade ao itinerário formativo do(a) estudante.

Considerando o arcabouço legal e os princípios educacionais, o Curso de Meio Ambiente compreende o currículo como uma produção e tradução cultural, intelectual, histórica que relaciona o itinerário formativo do(a) discente com o mundo do trabalho, com a formação técnico-humanística integral e com o contexto socioeconômico, vinculando-se aos arranjos produtivos, aos conhecimentos científicos, tecnológicos em relação direta com a comunidade, via extensão e projetos integradores, bem como pela garantia da missão, visão e valores institucionais preconizados no Plano de Desenvolvimento Institucional do IF Baiano.

O planejamento de cada componente curricular está alicerçado em princípios fundamentais como a ética profissional, cooperativismo, empreendedorismo, educação e sustentabilidade ambiental, à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e ao respeito à diversidade cultural, etnoracial, de gênero, geracional e classes sociais que pressupõem o desenvolvimento de atividades interdisciplinares de forma a permitir ao(à) discente da Educação Profissional de Nível Médio (EPTNM) do IF Baiano a aquisição de conhecimentos referentes à realidade na qual este(a) está inserido(a), bem como a pensar, propor e conhecer inovações tecnológicas, que possibilitem a promoção de novos saberes.

No que tange ao processo de ensino-aprendizagem, a organização curricular baseia-se também na abordagem metacognitiva que não mais aceita o acúmulo de saberes, mas defende a problematização, a contextualização e a proposição e/ou soluções de problemas, nesse sentido, não se trata apenas de um conhecimento sobre a cognição, mas de uma etapa do processamento de aprendizagem em nível elevado, que é adquirida e desenvolvida pela experiência e pelo conhecimento específico que se concretiza por meio de desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão, bem como pela realização de atividades que articulam teoria e prática, visitas técnico-pedagógicas, atuação em oficinas, aulas práticas, aula de campo, estágios curriculares, leitura compartilhada de projetos científico- tecnológicos, dentre outros, pelos quais o(a) discente pensa, reflete e age a partir de situações- problema (BRASIL, PCN, 2000, p.12), bem como na difusão do conhecimento gerado junto a sociedade.

A flexibilização da estrutura curricular é o esteio da práxis pedagógica e da integração do currículo, pois propicia diálogo constante entre os componentes do núcleo tecnológico Ambiente e Saúde, via Projeto Integrador, via atividades interdisciplinares, via interação com a comunidade, aprimorando o perfil do egresso, dentre outras ações.

O Curso Técnico em Meio Ambiente tem como meta educacional formar profissionais éticos, capazes de compreender a diversidade humana e ambiental, considerando o contexto social, econômico, cultural e os arranjos produtivos, de maneira a atuar no planejamento, execução, acompanhamento, fiscalização, orientação de diferentes fases de projetos ambientais em instituições públicas, privadas ou organizações não governamentais, no sentido de conservação, otimização, minimização, remediação e preservação de recursos naturais.

O itinerário formativo do(a) discente pressupõe a articulação entre os conhecimentos estudados e a prática em sala de aula, prática em campo de forma que o(a) estudante adquira as competências necessárias a sua atuação como Técnico em Meio Ambiente.

Estrutura Curricular

Os conteúdos dos componentes curriculares orientam o percurso formativo dos(as) educandos(as) e atuam como elementos propulsores das competências e habilidades trabalhadas e desenvolvidas na formação técnico-profissional. O planejamento de cada componente curricular adota os seguintes princípios: a) desenvolvimento da metacognição enquanto capacidade de compreender e de gerir a própria aprendizagem e o desenvolvimento de atividades acadêmicas, da autonomia e da proatividade; b) relação dialógica com a sociedade, articulando o saber acadêmico e o popular, possibilitando a construção de novos conhecimentos e ainda o desenvolvimento de parcerias interinstitucionais; c) contextualização dos componentes curriculares, explicitando a importância das teorias, procedimentos, técnicas e/ou instrumentos

em articulação com temas gerais, específicos e situações do cotidiano e realidade; d) conciliação das demandas identificadas com a vocação, a capacidade institucional e os objetivos do IF Baiano Campus Valença; e) geração de impacto social a partir da atuação político-pedagógica do curso, voltado aos interesses e necessidades da sociedade, na busca pela superação das desigualdades; f) contribuição na construção e na implantação das políticas públicas para o desenvolvimento local e regional, considerando os princípios da equidade, solidariedade, sustentabilidade e respeito às diferenças culturais, étnicas, de gênero, de necessidades específicas, entre outras; g) interdisciplinaridade a ser concretizada a partir da realização de atividade acadêmica de forma a integrar as diversas áreas do saber, concebida conjuntamente com o conhecimento; h) flexibilização curricular, entendida como condição de efetivação de um currículo não rígido, que considera as experiências vivenciadas pelos discentes; i) indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que pressupõe o desenvolvimento de atividades interdisciplinares de forma a permitir o conhecimento da realidade profissional e a realização de possíveis intervenções.

A articulação entre as atividades curriculares teóricas e práticas é imprescindível, visto que a construção do conhecimento passa invariavelmente pela integração de partes da organização, tais como atividades de pesquisa, ações comunitárias, desenvolvimento de tecnologias, gestões participativas e exercício da democracia. A articulação teoria/prática e/ou pesquisa extensão que poderá ser desenvolvida no curso através dos componentes Gestão de Resíduos Sólidos e Saneamento Ambiental é uma prática com vistas à percepção popular sobre as implicações do consumo/descarte de sólidos sobre a saúde humana. Ao fazer levantamento de dados, o estudante avalia os resultados, a natureza das informações adquiridas e gera diagnóstico local. Num segundo momento, é possível pensar ações e intervenções junto à comunidade, além de dialogar com órgãos da administração pública com objetivo de discutir, gerar demandas, capacitações e fomentar ações de caráter conservacionista e de qualidade ambiental urbana/ rural que incluem o técnico ambiental em diversas etapas.

A proposta didático-pedagógica para o desenvolvimento do processo ensino e aprendizagem do curso técnico proposto, baseia-se num projeto de educação que se configura por práticas que privilegiam o diálogo interdisciplinar, no qual se espera que, por meio da interlocução entre teoria e prática, entre áreas de conhecimentos e saberes, desenvolva-se o pensamento reflexivo, crítico e criativo dos(as) discentes do curso. A interdisciplinaridade advém de sua própria característica que agrega uma formação proveniente de várias ciências.

Nessa perspectiva de formação profissional, ao longo do curso, os estudantes terão a oportunidade de vivenciar, por meio de práticas pedagógicas desenvolvidas dentro e fora de sala de aula, bem como pesquisa e extensão, conteúdos necessários à formação do técnico, conteúdos

de cunho específicos, que resgatam conteúdos de outros componentes curriculares e áreas as quais acabam por promover uma integração de componentes de diferentes áreas do saber.

Essa interlocução entre conhecimentos específicos e as outras áreas do saber envolve uma linguagem de conceitos, concepções e definições que permitem a formação integral do profissional.

Nessa condição, há uma preocupação do curso com o desenvolvimento humano do profissional que se pretende formar, visando à formação de valores e de sensibilidade, preparando-o para o saber, saber-fazer, saber-ser e suas convivências no meio em que está inserido(a).

No aspecto da flexibilização curricular, desenvolve-se o conhecimento de modo a explicitar as interrelações das diferentes áreas do conhecimento, de forma a atender os anseios de fundamentação tanto acadêmica, quanto de ação social, reconhecendo assim os caminhos com diferentes trajetórias que apontam para a formação mais humana e integrada com o meio no qual está inserido(a).

Nesse ínterim, pauta-se também pela busca da flexibilização curricular que significa implantar itinerários curriculares flexíveis, capazes de permitir a mobilidade acadêmica e ampliação dos itinerários formativos dos discentes, mediante aproveitamento de estudos e de conhecimentos anteriores.

Os componentes curriculares desenvolvidos em cada semestre letivo serão trabalhados de forma integrada e numa relação de interlocução umas com as outras e com a comunidade, na perspectiva da formação profissional que saiba lidar com os desafios contemporâneos, a exemplo da diversidade de povos, do pluralismo de ideias, do respeito ao conhecimento empírico e ao meio ambiente, contemplando as políticas de diversidade e inclusão.

A estrutura curricular proposta está fundamentada na Resolução nº 06/2012 da CNE/CBE, a qual determina a organização curricular por eixos tecnológicos definidores de um projeto pedagógico que contemple as trajetórias dos itinerários formativos e estabeleça exigências profissionais que direcionem a ação educativa das instituições e dos sistemas de ensino na oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

A estrutura curricular definida (Tabela 3) proporciona condições que asseguram o conhecimento específico correspondente a cada área, e o conhecimento conexo, relativo aos campos complementares que compõem a realidade da vida social. Com isto, o currículo apresentado pretende viabilizar uma formação qualificada do campo específico de atuação profissional e o preparo para a compreensão dos desafios da sociedade na condição de cidadãos. Desse modo, garante-se um ensino de qualidade, articulado à extensão e à pesquisa.

Tabela 1. Estrutura Curricular do Curso Técnico em Meio Ambiente Modalidade Subsequente

Componentes Curriculares	Carga Horária (h/r*)
Núcleo tecnológico	1.160
Projetos Integradores Interdisciplinares	100
Estágio Curricular Obrigatório	150
Total	1.410h

*h/r - hora relógio

Metodologia do Curso

A metodologia do curso Técnico em Meio Ambiente baseia-se na integração do ensino, da pesquisa e da extensão. No âmbito do ensino, as aulas são ministradas em caráter presencial, quando serão apresentados aos discentes os Planos de Ensino e a proposta de avaliação, no início de cada período letivo, atendendo a Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996) e a vigente Organização Didática da Educação Profissional Técnica e Nível Médio do IF Baiano. Nas aulas deve-se buscar o diálogo entre os saberes prévios dos discentes, articulando-os com os saberes técnicos, na construção do conhecimento que alie a teoria e a prática, bem como o estímulo a busca de novas informações através da pesquisa e da inovação tecnológica; e ainda das intervenções que atendam as demandas da sociedade e promovam o bem estar coletivo.

Para tanto, as aulas práticas são projetadas pelos docentes de modo interdisciplinar, durante o planejamento que precede o semestre. Nelas, o discente aplicará conceitos aprendidos em sala à realidade local/regional e executará trabalhos em equipe, através de atitudes colaborativas, solidárias e de respeito mútuo. A partir destas aulas, estimula-se a escrita de trabalhos científicos, com posterior publicação dos mesmos nos eventos técnicos, científicos e similares. Serão apresentadas aos alunos bibliografias referentes aos assuntos trabalhados nas referidas práticas, de modo a direcionar devidamente os estudos; visando objetividade e fundamentação necessárias à escrita dos trabalhos.

São consideradas aulas práticas, atividades em que ocorra a aplicação do conhecimento podendo ser realizadas através de: experimentos em laboratório/sala de aula/campo, simulações em sala ou em campo, visitas técnicas, atividades de campo e Projeto Integrador (PI).

Na relação ensino-aprendizagem, serão disponibilizados para os discentes os Programas de Nivelamento, Tutoria Acadêmica e Monitoria. Os Programas de Nivelamento consistem em atividades de ensino que têm por finalidade revisar conteúdos e apresentar noções gerais do ensino médio. Os componentes curriculares de nivelamento serão ofertados no decorrer do curso.

A tutoria busca auxiliar o discente em suas dificuldades de apreensão dos conteúdos e suas correlações. O papel de tutor poderá ser exercido por um docente do curso.

O Programa de Monitoria será ofertado por meio de edital e permitirá aos discentes desenvolverem atividades de monitoria em disciplinas específicas e/ou em componentes onde sejam detectadas dificuldades de aprendizagem de outros discentes e que o monitor apresente habilidades e desenvoltura para auxiliar aos demais.

Projeto Integrador

Os chamados Projetos Integradores (PI) também são propostas de caráter multi e interdisciplinar abarcando os componentes curriculares do Núcleo tecnológico em que a partir de um conjunto de ações ao longo do ano letivo tem-se a possibilidade da análise de problemas, reflexões, discussões e proposições com o objetivo de compreender “os fundamentos científicos, sociais, organizacionais, econômicos, políticos, culturais, ambientais, estéticos e éticos que alicerçam as tecnologias e a contextualização do mesmo no sistema de produção social” (RESOLUÇÃO nº 6, MEC/CNE/CEB, 2012, Art. 12, inc. II), correspondente ao núcleo tecnológico específico.

Os projetos integradores devem proporcionar visão crítica e integrada dos conhecimentos, buscando constante inovação, criatividade, adaptação e identificação de oportunidades e alternativas na gestão das organizações. Este modelo de integração de conhecimentos permite o desenvolvimento de competências a partir da aprendizagem pessoal e não somente do ensino unilateral.

Este novo componente curricular buscar aplicar a interdisciplinaridade na prática pedagógica desenvolvida pela integração entre as ações propostas por docentes e discentes, enfatizando o diálogo de saberes e novas possibilidades do ensinar e (re)aprender.

O Projeto Integrador (PI) será conduzido por uma equipe de trabalho de três docentes do curso os quais serão responsáveis pela realização das seguintes atividades: a) Definição do tema central do projeto; b) planejamento e condução da execução das atividades propostas; e c) avaliação. Faz-se necessária a escolha de um docente coordenador que será o responsável pela condução da disciplina em sala de aula, pelo preenchimento do diário e das atividades dentro da carga horária da disciplina.

A equipe de trabalho poderá ser composta por docentes do curso, desde que se coloquem de maneira voluntária e/ou escolhida pelo corpo docente. Quanto aos possíveis orientadores que não compõem a equipe de trabalho, estes preferencialmente, serão escolhidos tendo como critério a docência de disciplinas no referido período em que o componente for ofertado.

Entretanto, ressalta-se que esta disciplina tem caráter articulador e, portanto, deverá contar com a participação de todos os docentes do curso, numa perspectiva interdisciplinar,

integrada e dialógica, a partir dos conhecimentos específicos de suas áreas e na condição de orientadores(as). Caberá ao docente responsável pela disciplina Projeto Integrador, junto com a equipe de trabalho, a organização dos estudantes em grupos e/ou individual e seus respectivos orientadores quando houver. Para tanto, todos os docentes do curso deverão contribuir com as propostas de todos os discentes, no que diz respeito aos conteúdos específicos das disciplinas que ministram no curso, quando houver necessidade.

A carga horária semanal do componente Projeto Integrador é de 03 e 02 horas/aula no III e IV período, respectivamente, que deverá compor o quadro de horário semanal do Professor Coordenador. Para o desenvolvimento das atividades, a equipe de trabalho, bem como professores orientadores devem computar em seus respectivos Plano Individual de Trabalho a seguinte carga horária: até 03 horas para a equipe de trabalho; e até 02 horas para docente/orientador.

Esta carga horária poderá ser alterada de acordo as demandas do curso. Para tanto, o docente orientador deverá formalizar a necessidade de alteração no planejamento ao(a) professor(a) coordenador que emitirá a anuência da equipe de trabalho.

A equipe de trabalho também será responsável por elaborar um cronograma de reuniões quinzenais tendo como objetivo planejar e monitorar as ações desenvolvidas, bem como realizar os devidos ajustes.

Ressalta-se que uma nova e equipe de trabalho, bem como o professor(a) coordenador, poderá ser constituída a cada dois semestres letivos. Podendo ser composta por membros da equipe anterior e o professor responsável poderá ser substituído entre um semestre/ano e outro em situações de: afastamento para qualificação; doença; remoção; e redistribuição.

A equipe de trabalho deverá desenvolver as propostas do PI considerando, no planejamento, os conteúdos curriculares abordados no curso em articulação com o perfil profissional, bem como a realidade local e/ou regional. O planejamento deverá considerar a carga horária prevista na matriz curricular, mas também a flexibilidade, característica importante deste componente curricular.

O Projeto Integrador para o Curso Técnico em Meio Ambiente do IF Baiano Campus Valença será organizado ao longo dos períodos letivos e estão distribuídos da seguinte forma:

Etapa I do Projeto Integrador – O desafio do primeiro projeto será norteado para a pesquisa aberta e elaboração projeto de intervenção a partir do(s) tema(s) proposto(s) no momento em que for ofertado, para a solução de uma situação problema, de forma que articulem teoria-prática, bem como os conteúdos dos componentes curriculares do respectivo período, conforme planejamento da equipe de trabalho.

Etapa II do Projeto Integrador – Será norteado pela execução do projeto de intervenção,

propondo soluções de melhorias e inovação para o ambiente profissional, segundo os conhecimentos adquiridos ao longo do curso.

Os Projetos Integradores I e II serão socializados, preferencialmente por meio de apresentação pública.

A prática pedagógica deste componente curricular possui a mesma importância dos demais componentes, o que promove a integração dos conhecimentos de maneira interdisciplinar e contextualizada. Neste sentido a avaliação dos resultados das aprendizagens dos estudantes será realizada pela equipe de trabalho por meio de: trabalho escrito, desenvolvimento e socialização dos resultados. Estes instrumentos avaliativos deverão ser desenvolvidos sob critérios da equipe de trabalho responsável e em consonância com as orientações, concepções e princípios de avaliação da aprendizagem deste PPC. A nota obtida na(s) avaliação(s) do projeto integrador não substituirá nem deverá ser utilizada como pontuação parcial dos componentes curriculares envolvidos.

Caberá à equipe de trabalho apresentar a proposta do Projeto Integrador no início das atividades acadêmicas para os estudantes, bem como os orientadores individual e/ou em grupo, conforme decisão da equipe.

Quando possível o Projeto Integrador poderá desenvolver seminários, palestras e contemplar temas transversais, que abarquem questões referentes à cultura afro-brasileira e indígena, Direitos Humanos, educação para o trânsito, educação alimentar e nutricional, Legislação trabalhista, respeito e valorização ao idoso, dentre outras temáticas que demandem discussão no decorrer do curso.

A transferência de tecnologias deverá ser constituída de oficinas educativas, cursos de capacitação, cartilhas e vídeos, artigos, protótipos e ensaios.

Matriz Curricular

O Curso Técnico em Meio Ambiente é de nível médio técnico, possui forma de desenvolvimento na modalidade Subsequente, com organização semestral. Sua unidade didática é executada semestralmente (Tabela 2), com duração de mínima de 04 (quatro) semestres. A carga horária do Curso Técnico em Meio Ambiente, modalidade Subsequente, está distribuída em 1260 horas/relógio, 1.260 horas/aula e 150 horas para o estágio curricular, totalizando carga horária total de curso de 1410 horas. As cargas horárias acima descritas estão de acordo à disposta no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos - CNCT 3º edição, e Resolução CNE/CEB n.º1 de 15/12/2014, que estabelece o mínimo de 1200 horas e 150 para o estágio (Lei 11.788/2008).

Tabela 2. Matriz Curricular do Curso Técnico em Meio Ambiente Modalidade Subsequente.

Núcleo Tecnológico: Ambiente e Saúde						
FD:	FO:	UD:	DM:	CHMS:	MDETE:	CHT/BNC +
Subsequente	Semestral	Semestral	02 anos	4	100	PD/ET:
CURSO TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE						
PERÍODO	Nº.	DISCIPLINA	C-H/S	C-H/R	C-H/A	
I	1	Antropologia Cultural	2	40	40	
	2	Ecologia Aplicada	2	40	40	
	3	Geografia Ambiental	2	40	40	
	4	Sociedade e Natureza	2	40	40	
	5	Informática	2	40	40	
	6	Inglês Instrumental	2	40	40	
	7	Leitura e Produção Textual	2	40	40	
	8	Solos	2	40	40	
		Total	16	320	320	
PERIODO	Nº.	DISCIPLINA	C-H/S	C-H/R	C-H/A	
II	1	Agroecologia	2	40	40	
	2	Avaliação de Impactos Ambientais	3	60	60	
	3	Ecosistemas Aquáticos	3	60	60	
	4	Educação Ambiental	2	40	40	
	5	Iniciação à Metodologia Científica	2	40	40	
	6	Manejo e Conservação da Biodiversidade	3	60	60	
	7	Química Ambiental	3	60	60	
		Total	18	360	360	
PERIODO	Nº.	DISCIPLINA	C-H/S	C-H/R	C-H/A	
III	1	Planejamento e Gestão Ambiental	2	40	40	
	2	Gestão de Recursos Hídricos	3	60	60	
	3	Manejo e Recuperação de Áreas Degradadas	3	60	60	
	4	Saneamento Ambiental	3	60	60	
	5	Cartografia e Geoprocessamento	3	60	60	
	6	Projeto Integrador I	3	60	60	
		Total	17	340	340	
PERIODO	Nº.	DISCIPLINA	C-H/S	C-H/R	C-H/A	
IV	1	Economia, Meio Ambiente e Empreendedorismo	3	60	60	
	2	Ambiente, Sociedade e Saúde	3	60	60	
	3	Turismo e Desenvolvimento Regional	2	40	40	
	4	Legislação e Políticas Ambientais	2	40	40	
	5	Projeto Integrador II	2	40	40	
		Total	12	240	240	
Carga Horária Total- C-HAT				1260	1260	
Estágio curricular / TCC / Prática profissional				150		
Carga Horária Total do Curso- C-HATC				1410		

Notas: C-H/A– Carga Horária de Aula; C-H/R- Carga Horária Hora Relógio; C-H/S- Carga Horária Semanal; C-HMS – Carga Horária Mínima Semestral; DM – Duração Mínima; FD – Forma de Desenvolvimento; FO – Forma de Organização; MDETE – Mínimo de Dias de Efetivo Trabalho Escolar; Nº. - Número; UD– Unidade Didática.

NÚCLEO CURRICULAR

____ Estruturante

____ Diversificado

Tecnológico

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome da disciplina	Carga Horário Semanal (H/A)		Aulas Semanais	C. H. Total (H/A)	C. H. Total (H/R)	Período
		Teórica	Prática				
ECO000 1	Ecologia Aplicada	1	1	2	40	40	I

EMENTA

Introdução à ecologia. Organização da vida em diferentes escalas. O ser vivo e o meio físico. O funcionamento ecossistêmico, populações e comunidades ecológicas. Interações entre as espécies. Os grandes biomas da terra e Biomas brasileiros.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

TOWNSEND, Colin R; BEGON, Michael; HARPER, John L. **Fundamentos em ecologia.** 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
 RICKLEFS, Robert E. **A economia da natureza.** 6º ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GOTELLI, N. J.; ELLISON, A. M.. **Princípios de estatística em ecologia.** Porto Alegre: Artmed, 2011.
 ODUM, E.P. & BARRET, G.W. **Fundamentos de Ecologia.** 5ª ed. Ed. Pioneira Thomson Learning Cengage, 2007, 632p.

NÚCLEO CURRICULAR

Estruturante
 Diversificado
 Tecnológico

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome da disciplina	Carga Horário Semanal (H/A)		Aulas Semanais	C. H. Total (H/A)	C. H. Total (H/R)	Período
		Teórica	Prática				
GAM0001	Geografia Ambiental	1	1	2	40	40	I

EMENTA

Cartografia. Tectonismo. Minerais e rochas. Estrutura, formas e gênese dos relevos. Noções de biogeografia, Hidrografia e Climatologia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GROTZINGER, John; JORDAN, Tom. **Para entender a Terra**. Porto Alegre, RS: Bookman, 2013.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

TEIXEIRA, Wilson (Org). **Decifrando a Terra**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHRISTOFOLETTI, Antonio. **Geomorfologia**. São Paulo: Blucher, 2009.

GUERRA, Antonio Jose Teixeira; SILVA, *et. al.* (Orgs.). **Erosão e conservação dos solos: conceitos, temas e aplicações**. Rio de Janeiro: Bertand, 2012.

NÚCLEO CURRICULAR

Estruturante
 Diversificado
 Tecnológico

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome da disciplina	Carga Horário Semanal (H/A)		Aulas Semanais	C. H. Total (H/A)	C. H. Total (H/R)	Período
		Teórica	Prática				
IIN0001	Inglês Instrumental	1	1	2	40	40	I

EMENTA

Introdução à abordagem instrumental de leitura em língua inglesa; estratégias de leitura para compreensão de textos em língua inglesa; utilização de diferentes níveis de compreensão; abordagem de diferentes gêneros textuais em língua inglesa; estudos dos aspectos linguísticos fundamentais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARDOSO, Dislene. **EasyEnglish: Inglês Instrumental** (material produzido para o curso). LIMA, D. Gramática de uso da língua inglesa - a gramática do inglês na ponta da língua. Editora Campus. Rio de Janeiro - RJ, 2010.
 MARQUES, A. **Inglês**. Vol. Único. 7ª Ed. Editora Ática. São Paulo- SP, 2008. OXFORD, Dicionário Escolar (Inglês/Português – Português/Inglês).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AUN, E.; MORAES, M. C. P.; SANSANOVICZ, N. B. **English for all**. Editora Saraiva. Salvador - BA, 2012.
 GÁLVEZ, J. A. **Dicionário Larousse: Inglês/Português. Português/Inglês: Avançado**. Editora Larousse do Brasil. Nacional, 2009

NÚCLEO CURRICULAR

Estruturante
 Diversificado
 Tecnológico

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome da disciplina	Carga Horária Semanal (H/A)		Aulas Semanais	C. H. Total (H/A)	C. H. Total (H/R)	Período
		Teórica	Prática				
LPT0001	Leitura e Produção Textual	1	1	2	40	40	I

EMENTA

Discute conceitos de texto, discurso, leitura e escrita. Estuda e constrói gêneros textuais variados tanto na língua falada como na escrita. Retoma alguns aspectos gramaticais que auxiliem no aprimoramento da escrita. Confronta as variedades linguísticas do português brasileiro.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro & interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003. (Série Aula).
 MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura**. 19 ed. São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção Primeiros passos; 74).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

KÖCHE, Vanilda Salton; BOFF, Odete Maria Benetti; PAVANI, Vinara Ferreira. **Prática textual: atividades de leitura e escrita**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
 MAINGUENEAU, Dominique. **Termos-chave da análise do discurso**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

NÚCLEO CURRICULAR

Estruturante
 Tecnológico

Diversificado

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome da disciplina	Carga Horária Semanal (H/A)		Aulas Semanais	C. H. Total (H/A)	C. H. Total (H/R)	Período
		Teórica	Prática				
SNA0001	Sociedade e Natureza	1	1	2	40	40	I

EMENTA

Sociedade, Meio ambiente e desenvolvimento; histórico e evolução da questão ambiental no Brasil; ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável; Noções básicas dos conceitos para os estudos ambientais; princípio do direito ambiental; recursos ambientais; a crise ambiental; o profissional de meio ambiental no cenário atual;

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SANCHEZ, Luis Enrique. **Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos**. Oficina de Textos. 2008
 PORTO-GONÇAVES, Carlos Walter. A globalização da natureza e a natureza da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
 BRAGA, B.et al. **Introdução à Engenharia Ambiental: o desafio do desenvolvimento sustentável**. . Pearson. 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MANSUR. Odete. **Coletânea de legislação ambiental**. 9º ed. São Paulo: Editora Revistas dos tribunais, 2010.

NÚCLEO CURRICULAR

Estruturante
 Diversificado
 Tecnológico

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome da disciplina	Carga Horária Semanal (H/A)		Aulas Semanais	C. H. Total (H/A)	C. H. Total (H/R)	Período
		Teórica	Prática				
SOL0001	Solos	1	1	2	40	40	I

EMENTA

Formação do solo. Propriedades do solo. Noções de classificação dos solos. Manejo e conservação de solos. Fertilização.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

EMBRAPA. **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos**. 3.ed. Brasília, DF: EMBRAPA, 2013. 353 p.

LEPSCH, I. F. **19 Lições de Pedologia**. São Paulo: Oficina de Textos, 2011. 456p.

LEPSCH, I. F. **Formação e conservação dos solos**. São Paulo: Oficina de Textos, 2002. 178p

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GUERRA, A. J. T. & SILVA, et. al. (Orgs.). **Erosão e conservação dos solos: conceitos, temas e aplicações**. Rio de Janeiro: Bertand, 2012.

TEIXEIRA, W.; TAIOLI, F.; TOLEDO, M. C. M.; FAIRCHILD, T. R. **Decifrando a Terra**. 2.ed. São Paulo: Oficina de Texto, 2009. 0000-000p.

WHITE, R. **Princípios e práticas da ciência do solo: o solo como um recurso natural**. 4.ed. São Paulo: Andrei, 2009, 426p.

NÚCLEO CURRICULAR

Estruturante
 Diversificado
 Tecnológico

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome da disciplina	Carga Horária Semanal (H/A)		Aulas Semanais	C. H. Total (H/A)	C. H. Total (H/R)	Período
		Teórica	Prática				
AGC0002	Agroecologia	1	1	2	40	40	II

EMENTA

Conceitos e princípios de agroecologia; processos ecológicos em agroecossistemas; biodiversidade na agricultura; manejo ecológico de solos; sistemas diversificados e alternativos de produção; bases ecológicas de transição a sistemas de cultivos agroecológicos; segurança alimentar e nutricional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AMARAL, A. A. **Fundamentos de Agroecologia**. Curitiba: Livro Técnico Editora, 2011.
 MOURA FILHO, E. R.; ALENCAR, R. D. **Introdução à Agroecologia**. Natal: IFRN, 2008.
 PRIMAVESI, A. **Agricultura sustentável**. São Paulo: Nobel, 1992.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AQUINO, A. M.; ASSIS, R. L. Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília: EMBRAPA, 2005.
 FILGUEIRA, F. A. R. **Novo manual de olericultura: agrotecnologia moderna na produção e comercialização de hortaliças**. Viçosa: UFV, 2000.

NÚCLEO CURRICULAR

_____ Estruturante

_____ Diversificado

Tecnológico

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome da disciplina	Carga Horário Semanal (H/A)		Aulas Semanais	C. H. Total (H/A)	C. H. Total (H/R)	Período
		Teórica	Prática				
AIA0002	Avaliação de Impactos Ambientais	2	1	3	60	60	II

EMENTA

Histórico da degradação ambiental. Política Nacional de Meio Ambiente. Impactos Ambientais. Métodos de Avaliação de Impactos Ambientais. Instrumentos Legais da AIA. Sistema de Licenciamento Ambiental no Brasil. Estudos de Casos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRAGA, B.; et al. **Introdução à Engenharia Ambiental. O desafio do desenvolvimento sustentável.** Editora Pearson, 2ª ed. 318 p. 2005.
 PHILIPPI JR. **Saneamento, saúde e Ambiente. Fundamentos para um desenvolvimento sustentável.** Editora Manole. Editor: Arlindo Philippi Jr (USP). 2005. 842 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BITAR, O. (ORG.). **O Meio Físico em Estudos de Impacto Ambiental.** IPT, Boletim 56. 25p. 1990.
 BOTELHO, C. G. et al.. **Recursos naturais renováveis e impacto ambiental: Água.** Textos acadêmicos. Lavras, Ed. UFLA/FAEPE, 187 p. 2001.
 SILVA, E. et al.. **Agenda Verde: Sistemática de Licenciamento do Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais.** Editora UFV. Caderno didático 111. 40p. 2006.

NÚCLEO CURRICULAR

Estruturante
 Diversificado
 Tecnológico

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome da disciplina	Carga Horária Semanal (H/A)		Aulas Semanais	C. H. Total (H/A)	C. H. Total (H/R)	Período
		Teórica	Prática				
EAM0002	Educação Ambiental	1	1	2	40	40	II

EMENTA

Introdução a Educação Ambiental. Política Nacional de Educação Ambiental. Educação Ambiental e Sociedade. Educação e Desenvolvimento Sustentável. Temáticas Ambientais de interesse Local, Regional e Global. Programas e Projetos em Educação Ambiental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PHILIPPI JUNIOR, A.; PELICIONI, M. C. F. **Educação Ambiental e Sustentabilidade**. Barueri: Manole, 2005.
 PINOTTI, Rafael. **Educação ambiental para o século XXI: no Brasil e no mundo**. São Paulo: Blücher, 2010.
 REIGOTA, M. **Meio ambiente e representação social**. 3ª ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAPRA, Fritjof. **Alfabetização ecológica: a educação das crianças para um mundo sustentável**. Editora Cultrix. São Paulo, 2007.
 CARVALHO, Izabel Cristina de Moura. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 6ªed. Série: Saberes Pedagógicos. Editora Cortez. São Paulo, 2012.
 LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; Ecologia Humana. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 165 p.

NÚCLEO CURRICULAR

Estruturante
 Diversificado
 Tecnológico

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome da disciplina	Carga Horário Semanal (H/A)		Aulas Semanais	C. H. Total (H/A)	C. H. Total (H/R)	Período
		Teórica	Prática				
IMC0002	Iniciação à Metodologia Científica	1	1	2	40	40	II

EMENTA

Conhecimento da ciência e do método científico. O desenvolvimento de habilidades e a aplicações dos tipos de pesquisa. Objeto, tema, problema de pesquisa. Normas da normas da ABNT. Trabalhos Científicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LUBISCO, N. M. L; VIEIRA, S. C.; SANTANA, I. V. **Manual de estilo acadêmico: monografias, dissertações e teses. 2ª Ed. Salvador: EDUFBA, 2003.**

MACHADO, Anna Rachel (Coord.). Resumo. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

_____. Resenha. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

OLIVEIRA, Jorge Leite de. Texto acadêmico: técnicas de redação e de pesquisa

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico: diretrizes para o trabalho científico-didático na universidade. 5ª Ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980.**

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 2012.**

WINTER, Enéia; SALLES, Paulo Eduardo Marcondes de (Org.). **Metodologia da pesquisa científica. 2ª Ed. São Paulo: CEDAS, 1997.**

NÚCLEO CURRICULAR

____ Estruturante

____ Diversificado

Tecnológico

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome da disciplina	Carga Horário Semanal (H/A)		Aulas Semanais	C. H. Total (H/A)	C. H. Total (H/R)	Período
		Teórica	Prática				
MCB0002	Manejo e Conservação da Biodiversidade	2	1	3	60	60	II

EMENTA

Abordagem geral sobre os diferentes conceitos de biodiversidade e seus diferentes níveis. Origem da biodiversidade; A sociedade e a biodiversidade; estratégias de conservação da biodiversidade *in situ* e *ex situ*., conceitos importantes para o entendimento da biodiversidade. Espécies ameaçadas de extinção no Brasil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FRANCISCO, M. R.; PIRATELLI, A. J. **Conservação da Biodiversidade: dos conceitos às ações**. Rio de Janeiro: Technical Books. 2013.

PRIMACK, R.B; RODRIGUES, E. **Biologia da conservação**. 1ª ed. São Paulo: Editora Planta. 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CUNHA, A.; LORINI, M. L. L.; PAESE, A.; UEZU, A. **Conservação da Biodiversidade com SIG**. 1ª ed. São Paulo: Oficina de Textos. 2012. 240p.

WILSON, E.o. et al. (Ed.). **Biodiversidade**. Rio de Janeiro.

NÚCLEO CURRICULAR

____ Estruturante

____ Diversificado

Tecnológico

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome da disciplina	Carga Horário Semanal (H/A)		Aulas Semanais	C. H. Total (H/A)	C. H. Total (H/R)	Período
		Teórica	Prática				
QAM0002	Química Ambiental	2	1	3	60	60	II

EMENTA

Conceitos básicos de química aplicados à análise ambiental. Fundamentos de química ambiental e poluição, produtos químicos perigosos e o ambiente, química do solo, química da água e química atmosférica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ATKINS, P.; LORETTA, J. **Princípios de Química: questionando a vida moderna e o meio ambiente**. Porto Alegre: BOOKMAN, 2006.

BACCAN, N. *et al.* **Química analítica quantitativa elementar**. 3ª ed. rev. São Paulo: Blucher, 2001.

BAIRD, C. & CANN, M. C. **Química ambiental**. 4ª ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BROWN, T. L. *et al.* **Química, a Ciência Central**. 9ª ed., São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

KOTZ, J. C.; TREICHEL JR, P. M. **Química Geral e Reações Químicas**. 6ª ed., vol. 01 e 02, São Paulo: Cengage Learning, 2009.

LENZI, E.; FAVERO, L. O.B. **Introdução à Química da Atmosfera**. Rio de Janeiro: Ed. LTC, 2009.

NÚCLEO CURRICULAR

_____ Estruturante _____ Tecnológico
 X

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome da disciplina	Carga Horária Semanal (H/A)		Aulas Semanais	C. H. Total (H/A)	C. H. Total (H/R)	Período
		Teórica	Prática				
CGE0003	Cartografia e Geoprocessamento	2	1	3	60	60	III

EMENTA

Introdução à Cartografia: Cartografia, tipos de mapas, título, Projeções, elementos básicos de um mapa. Conceituação básica: Coordenadas geográficas e UTM, escalas, Convenções, Legendas, Norte; Geoprocessamento: definição, Espaço Geográfico e Informação Espacial, Relações Espaciais entre Fenômenos Geográficos, Estrutura Geral de um Sistema de Informação Geográfica (SIG), Análise Espacial e Geoprocessamento para Projetos Ambientais; Tecnologias para Elaboração e Geração de Base de Dados Espaciais; Geoprocessamento na análise e investigação ambiental; Uso do GPS aplicado ao estudo do Meio Ambiente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDERSON, Paul S. (ed. Coord.). **Princípios da Cartografia Básica**. Volume 1. s/d.
 CUNHA, A. LORINI, M. L. UEZU, A. Paese, A. Conservação da Biodiversidade Com SIG. Ed. Oficina de Texto. 240p.
 FITZ, P. R. (2008). **Cartografia básica**. São Paulo. Oficina de Textos. 144p.
 FITZ, P. R. (2008). **Geoprocessamento Sem Complicação**. São Paulo. Ed. Oficina de Texto. 160p.
 GASPAR, J. A. (2005). **Cartas e projeções cartográficas**. 3ª Ed. Lidel. 331p.
 HARLEY, J. B. (1991). **A nova história da cartografia**. O Correio da Unesco.
 JOLY, F. (2007). **A Cartografia**. 10 Ed, ISBN: 85-308-0115-6, Papirus, 136p
 LOCH, R.E.N. **Cartografia: representação, comunicação e visualização de dados espaciais**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.
 SILVA, J. X., Zaidan, R. T. **Geoprocessamento e meio ambiente**. 1ª ed. Bertrand Brasil, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

De Lemos, A. I. G. Galvani, E. (2009). **Geografia, Tradições e Perspectivas - interdisciplinaridade, meio ambiente e representações**. 284p.
 HARLEY, J. B. (1991). **A nova história da cartografia**. O Correio da Unesco.
 ARCHELA, R. S., ARCHELA, E., BARROS, O. N. F., BENADUCE, G. M. C.
Abordagem metodológica para a cartografia ambiental. Geografia: Revista do Departamento de Geociências, Londrina, v. 11, n. 1, p. 5765.

NÚCLEO CURRICULAR

____ Estruturante

____ Diversificado

Tecnológico

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome da disciplina	Carga Horário Semanal (H/A)		Aulas Semanais	C. H. Total (H/A)	C. H. Total (H/R)	Período
		Teórica	Prática				
PGA0003	Planejamento e Gestão Ambiental	1	1	2	40	40	III

EMENTA

Histórico da degradação ambiental. O Planejamento e desenvolvimento sustentável. Estrutura do Planejamento Ambiental. Indicadores de Qualidade Ambiental;. Zoneamento ambiental. Normas internacionais para padrões da qualidade ambiental: ISO 14.000 e ISO 14.001. Certificação. Gestão do ambiente urbano. Estudos de Caso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, J,R. **Gestão Ambiental para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Editora Thex, 2012.

DIAS, R. **Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. 2ª ed. São Paulo: Atlas Editora, 2011.

SÁNCHEZ, Luis Enrique. **Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos**. 2ª ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, J. R. de; CAVALCANTI, Y.; MELLO, C. dos S. **Gestão ambiental: planejamento, avaliação, implantação, operação e verificação**. Rio de Janeiro: Thex, 2000.
BRAGA, B.; *et al.* **Introdução à Engenharia Ambiental. O desafio do desenvolvimento sustentável**. 2ª ed. São Paulo: Editora Pearson, 2005.

SILVA, Elias; Rocha, Ednaldo Cândido da *et al.* **Agenda Verde: Sistemática de Licenciamento do Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais**. Viçosa: Editora UFV., 2006 (Caderno didático 111.)

NÚCLEO CURRICULAR

____ Estruturante

____ Diversificado

Tecnológico

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome da disciplina	Carga Horário Semanal (H/A)		Aulas Semanais	C. H. Total (H/A)	C. H. Total (H/R)	Período
		Teórica	Prática				
GRH0003	Gestão de Recursos Hídricos	2	1	3	60	60	III

EMENTA

Água e Desenvolvimento Sustentável. Legislação das Águas. Usos da Água e Conflitos de uso. Qualidade das águas. Caracterização, planejamento e manejo de Bacias Hidrográficas. Instrumentos de Gestão de Bacias Hidrográficas. Comitês de Bacia Hidrográfica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRAGA, B. **Introdução à Engenharia Ambiental**. 2ª Ed. Editora Prentice Hall. São Paulo, 2005.
 BRANCO, Samuel Murgel. **Água: origem, uso e preservação**. 2ª Ed. Editora Moderna Ltda. São Paulo, 2003.
 TUNDISI, Jose Galizia. **Água no século XXI: enfrentando a escassez**. 3ª. Ed. Sao Carlos: Rima, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ESTEVES, Francisco de Assis (Coord.). **Fundamentos da limnologia**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2011.
 OTENIO, Marcelo Henrique. **Curso tratamento de água e esgoto na propriedade rural**. Viçosa, MG: CPT, 2011.
 TUNDISI, José Galísia; TUNDISI, Takako Matsumura. **Limnologia**. Oficina de Textos. 2008.

NÚCLEO CURRICULAR

____ Estruturante

____ Diversificado

Tecnológico

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome da disciplina	Carga Horário Semanal (H/A)		Aulas Semanais	C. H. Total (H/A)	C. H. Total (H/R)	Período
		Teórica	Prática				
MAD0003	Manejo e Recuperação de Áreas Degradadas	2	1	3	60	60	III

EMENTA

Conceituação e caracterização de áreas degradadas. Tipos de degradação: Estratégia e Práticas de Recuperação de Áreas Degradadas. Indicadores de Avaliação e Monitoramento. Noções sobre Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALBA, J. M. F. **Recuperação de áreas degradadas**. 2.ed. Brasília: EMBRAPA, 2010. 326p.

ARAÚJO, G. H. S & GUERRA, A. J. T. **Gestão ambiental de áreas degradadas**. 2 ed. Bertrand. 2013. 320p.

MARTINS, S. V. **Recuperação de Áreas Degradadas**. 3. ed. Viçosa- MG: Aprenda Fácil Editora, 2013. 264p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRADE, J. C. M; TAVARES, S. R. L. & MAHLER, C. F. **Fitorremediação**. São Paulo: Oficina de Texto, 2007. 176p.

BOSCOV. M. E. G. **Geotecnia ambiental**. São Paulo: Oficina de Texto, 2008. 248p.

CERETTA, C. A.; SILVA, L. S. da. & REICHERT, J. M. **Tópicos em ciências do solo**. v. 5. Viçosa, MG: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 2007. 496p.

NÚCLEO CURRICULAR

Estruturante
 Tecnológico

Diversificado

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome da disciplina	Carga Horário Semanal (H/A)		Aulas Semanais	C. H. Total (H/A)	C. H. Total (H/R)	Período
		Teórica	Prática				
SAM0003	Saneamento Ambiental	2	1	3	60	60	III

EMENTA

Política Nacional de Saneamento Básico. Padrão de qualidade da água para abastecimento público e Processos de Tratamento de água de abastecimento. Balneabilidade. Drenagem urbana. Esgotamento sanitário. Lodo de esgoto: Aplicação. Bioindicadores. Reuso da água. Gestão de resíduos urbanos. Plano e Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Conceito de resíduos sólidos. Tipos de resíduos, processos de geração e suas características básicas. Destinação dos Resíduos Sólidos. Reciclagem. Biodegradação. Gestão dos Resíduos Sólidos. Compostagem. Ciclo de vida do produto. Logística reversa. Aspectos sociais do lixo. Aterros sanitários.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARROS, R. M. **Tratado sobre Resíduos Sólidos: Gestão, uso e sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Interciência, 2012.
 BERNARDO, Luiz Di; DANTAS, Angela Di Bernardo. **Métodos e técnicas de tratamento de água**. 2ª ed. São Carlos: Rima, 2005.
 BIDONE, Francisco Ricardo Andrade; POVINELLI, Jurandy. **Conceitos Básicos de Resíduos Sólidos**. São Carlos: Eesc/USP, 1999.
 BOTKIN, B.; KELLER, E. A. **Ciência Ambiental: Terra, um planeta vivo**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2011.
 BRAGA, B.; et al. **Introdução à Engenharia Ambiental: O desafio do desenvolvimento sustentável**. 2ª ed. São Paulo: Editora Pearson, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. **Lei nº 11445, de 05 de janeiro de 2007**. Decreto nº 7217 de 21 de junho de 2010. Política Nacional de Saneamento Básico. Brasília,
 BRASIL. **Constituição (2011)**. Portaria nº 2.914, de 12 de dezembro de 2011. Brasília: Ministério da Saúde.
 FONSECA, Edmilson. **Iniciação ao Estudo dos Resíduos Sólidos e da Limpeza Urbana**. 1º ed. Paraíba: Gráfica e Editora União, 1999.
 FLORÊNCIO, Lourdinha; BASTOS, Rafael Kopschitz Xavier; AISSE, Miguel Mansur. **Tratamento e utilização de esgotos sanitários**. Rio de Janeiro: Abes, 2006. (Projeto PROSAB).
 MACHADO, E. E. W.; et al. **Manual de Saneamento**. 3ª ed. Brasília: Fundação Nacional de Saúde. 2003.
 PEREIRA NETO, J. T. **Gerenciamento do lixo urbano: aspectos técnicos e operacionais**. Viçosa: Editora UFV, 2007.

NÚCLEO CURRICULAR

Estruturante
 Tecnológico

Diversificado

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome da disciplina	Carga Horário Semanal (H/A)		Aulas Semanais	C. H. Total (H/A)	C. H. Total (H/R)	Período
		Teórica	Prática				
ASS0004	Ambiente, Sociedade e Saúde	2	1	3	60	60	IV

EMENTA

Sociedade e Ambiente. Saúde e Ambiente. Doenças relacionadas à contaminação da água, solo e ar. Qualidade Ambiental. Biossegurança.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA FILHO, N.; ROUQUAYROL, M.Z. **Introdução à epidemiologia**. 4ed., rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

BRAGA, B. **Introdução à Engenharia Ambiental**. 2ª Ed. Editora Prentice Hall. São Paulo - SP 2002.

BRANCO, Samuel Murgel. **ÁGUA: origem, uso e preservação 2ª Ed.** Editora Moderna Ltda. São Paulo, 2003.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BUSS, P.M.; PELEGRINI FILHO, A. **O Conceito de Promoção da Saúde e os Determinantes Sociais**. Rev. Saúde Coletiva, v. 17, n. 1, 2007.

BOFF, L., **Ecologia, mundialização, espiritualidade**. Editora Atica. São Paulo, 1996.

_____. **Ecologia social em face da pobreza e da exclusão em ética da vida**, Letraativa. Brasília, 2000

NÚCLEO CURRICULAR

— Estruturante

— Diversificado

Tecnológico

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome da disciplina	Carga Horário Semanal (H/A)		Aulas Semanais	C. H. Total (H/A)	C. H. Total (H/R)	Período
		Teórica	Prática				
EMA0003	Economia, Meio Ambiente e Empreendedorismo	2	1	3	60	60	IV

EMENTA

Conceito de economia. Problemas econômicos fundamentais. Economia e Meio Ambiente. Economia Solidária. Empreendedor. Mercado para o Empreendedorismo. Empreendimentos Sustentáveis. O funcionamento de um negócio. Estudo de viabilidade. Plano de negócios. Economia Solidária.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CNI. **Indústria sustentável no Brasil- Agenda 21: cenários e perspectivas**. Brasília, 2002.
 DORNELAS, J.C.A. **Empreendedorismo: transformando idéias em negócios**. São Paulo:Campus, 2005.
 PILLET, G, **Economia ecológica: Introdução a economia do ambiente e recursos naturais**. Instituto Piaget. Porto Alegre. 1993.
 VASCONCELLOS, M. A. S. de; GARCIA M. E. **Fundamentos de economia**.4ª ed. - São Paulo: Saraiva, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BEZERRA, F. D. **Desafios do desenvolvimento econômico**. Banco do Nordeste do Brasil, 2010.
 BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), CNI (Confederação Nacional da Indústria) &SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas). **Pesquisa de gestão ambiental na indústria brasileira**. Rio de Janeiro/Brasília, BNDES/CNI/SEBRAE, 1998.
 DOWBOR, L. **Democracia econômica: um passeio pelas teorias**. 2ª ed. Itabuna-BA. Via Litterarum, 2007

NÚCLEO CURRICULAR

Estruturante
 Diversificado
 Tecnológico

DADOS DO COMPONENTE

Código	Nome da disciplina	Carga Horária Semanal (H/A)		Aulas Semanais	C. H. Total (H/A)	C. H. Total (H/R)	Período
		Teórica	Prática				
LPA0001	Legislação e Políticas Ambientais	1	1	2	40	40	IV

EMENTA

Histórico do Direito Ambiental no Brasil e no mundo. Princípios gerais e internacionais do Direito Ambiental; Conceito e Constitucionalidade do Direito Ambiental no Brasil; Política Nacional de Meio Ambiente. Legislação ambiental

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MEDAUAR, Odete (org.). **Coletânea de Legislação Ambiental**. Constituição Federal. 10 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais – RT Mini códigos. 1275 p. 2011.

OLIVEIRA, F. M. G. **Difusos e coletivos: Direito Ambiental**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais (Elementos do Direito, v. 15). 166 p. 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LEFF, E. **A complexidade ambiental**. São Paulo, Ed. Cortez. 2003.

MANO, E. B.; BONELLI, C.; PACHECO, E. **Meio Ambiente, Poluição e Reciclagem**. Editora Blucher. 2ª Edição. 200 p. 2010.

MORAES, L. C. S. **Curso de Direito Ambiental**. 2ª ed. São Paulo, Ed. Atlas. 2004.

10 ESTÁGIO CURRICULAR

O estágio curricular é obrigatório, é constituído de ato educativo integrante do itinerário formativo do aluno. Visa à preparação do exercício profissional, uma vez que aperfeiçoa o processo de aprendizagem por meio da aproximação dos conhecimentos acadêmicos e o mundo do trabalho.

O estágio curricular considerará o disposto na legislação vigente, Lei nº 11.788 de 25/09/2008 e o vigente Regulamento de Estágio Curricular da Educação Profissional Técnica de Nível Médio do IF Baiano (Aprovado pela Resolução Nº 06, de 29 de março de 2016).

A Carga Horária do Estágio Curricular do curso é de, no mínimo, 150h. O Estágio Curricular poderá ser realizado junto a pessoas jurídicas de direito privado, com os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, e com profissionais liberais de nível superior, devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, desde que desenvolvam atividades relacionadas com o curso.

O Estágio Curricular poderá ser realizado a partir do 2º período, desde que o discente esteja aprovado em todos os componentes curriculares do período anterior.

Durante o estágio, é necessária a orientação de um docente do Curso Técnico em Meio Ambiente (Subsequente), bem como do acompanhamento e avaliação de um supervisor no ambiente do estágio, cuja concepção possibilite a afirmação dos valores que o egresso deste curso obterá em sua formação pessoal e profissional.

Caberá ao Professor Orientador o papel de supervisor, nos casos em que o aluno desenvolva projetos de pesquisa ou extensão que estejam sob sua coordenação. Para a realização do estágio, deverá ser construído entre o docente, o discente e o supervisor do estágio na Instituição Concedente um Plano de Estágio (PE), no qual estarão descritas as atividades a serem desenvolvidas pelo discente em consonância com a natureza da Instituição Concedente e os componentes curriculares do curso. O PE será assinado pelas partes interessadas – campus, Instituição Concedente e aluno estagiário ou o seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluta ou relativamente inapto, o Termo de Compromisso de Estágio. A Instituição concedente deverá indicar o funcionário responsável pela supervisão das atividades de estágio, e avaliação em conjunto com a instituição de ensino.

Ao final do estágio, o aluno entregará ao Professor Orientador o Relatório de Estágio/Artigo Científico com posterior apresentação pública do mesmo, conforme previsão no Plano de Estágio. A nota final atribuída ao Estágio Curricular será resultado da média aritmética da avaliação do Relatório de estágio, da ficha de avaliação preenchida e assinada pelo supervisor da Instituição Concedente, e apresentação pública do relatório contendo uma nota de 0 (zero) a

10 (dez), conforme segue:

$$RF = (MRE+FA+APR)/3$$

Onde:

RF = Resultado_Final

MRE = Média Final do Relatório de Estágio

FA = Nota da Ficha de Avaliação da Empresa

APR = Apresentação Pública de Relatório

O Relatório Final e Ficha de avaliação da Instituição Concedente deverão ser arquivados na pasta do aluno. O discente estará apto à entrega do relatório e respectiva apresentação, desde que obtenha aprovação pela empresa concedente (Ficha de Avaliação), com média igual ou superior a 6,0 (seis). Caso o discente seja reprovado, fica a critério da banca avaliadora a necessidade de reelaboração do relatório de estágio para uma nova defesa ou reprovação e realização de novo estágio com prazo definido. Para obtenção do diploma de Técnico em Meio Ambiente o aluno deverá cumprir, no mínimo, 150 horas de estágio, além da carga horária curricular total do curso com APROVAÇÃO em ambos.

O estágio deverá ser concluído com entrega e apresentação pública do relatório, respeitando o período máximo de integralização do curso. Serão seguidos os modelos de Plano de Estágio e o Formulário de Avaliação do Estágio pelo Supervisor, aprovados pelas normativas internas do Campus. Após o cumprimento da carga horária de estágio, o discente terá um prazo de até 90 (noventa) dias para a apresentação e a entrega da versão final do Relatório ao setor responsável pelo estágio, mediante protocolo, que o encaminhará ao(à) professor(a)-orientador(a).

O descumprimento dos procedimentos (incluindo documentação) e prazos, melhor detalhados na Regulamentação de Estágio Curricular dos Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio do IF Baiano, implicará na reprovação do estudante no estágio e na obrigatoriedade da realização de novo estágio. Os casos omissos serão analisados pelo colegiado do respectivo curso de vinculação do discente.

Aproveitamento de Atividades para fins de Estágio:

Para a convalidação de atividades como estágio, realizadas pelos discentes, tanto no âmbito profissional quanto nos espaços do Campus, será analisada a compatibilidade com o curso, podendo ser ou não deferida pelo Colegiado do Curso, mediante a apresentação de documentação comprobatória, respeitando-se a legislação vigente. Serão consideradas as seguintes atividades para aproveitamento de estágio: 1) atividades profissionais e 2) atividades

Das Atividades Profissionais:

Podem ser aproveitadas, para efeito de estágio, experiências de estudante com vínculo empregatício, sócio de empresa, ou que atua como profissional autônomo, desde que desenvolva atividades correlatas com seu Curso Técnico Subsequente em Meio Ambiente e que esteja devidamente matriculado. Para tanto, as atividades desenvolvidas deverão estar em conformidade com os objetivos da formação, habilidades a serem desenvolvidas e perspectiva de atuação profissional constantes no delineamento e concepção do referido curso.

Será permitida a redução de até 50% (cinquenta por cento) da carga horária total do estágio obrigatório, desde que o(a) estudante, regularmente matriculado(a), comprove formalmente que desenvolve atividades profissionais relacionadas à área de concentração de sua formação e apresente anuência formal da coordenação de curso.

A atividade profissional poderá ser convalidada como estágio, a partir do início do segundo período do curso, desde que o discente esteja aprovado em todos os componentes curriculares do primeiro período.

O trâmite necessário para a solicitação formal do(a) discente para aproveitamento das atividades profissionais correlatas ao curso deverá obedecer o Art. 17 do Regulamento de Estágio Curricular do IF Baiano (Aprovado pela Resolução Nº 06, de 29 de março de 2016).

Das Atividades de Pesquisa e Extensão:

As atividades de extensão e pesquisa científica são entendidas como aquelas realizadas por discentes bolsistas ou voluntários, devidamente registradas nas Coordenações de Extensão e Pesquisa dos campi do IF Baiano ou nas Pró-Reitorias de Pesquisa e Extensão, quando vinculadas a órgãos de fomento.

No caso de estudantes envolvidos em atividades de pesquisas e extensão, essas atividades poderão ser aproveitadas desde que tenham sido desenvolvidas na área de Meio Ambiente, com anuência do Conselho de Curso. Excepcionalmente, esse aproveitamento de atividades de pesquisa e extensão poderá ser realizado por meio de projetos que podem ter iniciado a partir do 1º período.

Poderá ser realizado o aproveitamento integral (100%) da carga horária das atividades oriundas de projetos de pesquisa e extensão para o cumprimento do estágio.

Da Sistematização da experiência de Estágio

Ao finalizar as atividades, o estudante deverá sistematizar a experiência de estágio em duas modalidades: 1) relatório técnico, em modelo padrão definido pela instituição, seguindo as

normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou 2) artigo científico, no caso específico dos discentes que optarem pelo aproveitamento de projeto de pesquisa ou projeto de extensão. O discente deverá elaborar e entregar o relatório técnico/artigo científico ao setor responsável pelo estágio e realizar a sua apresentação oral a uma banca composta por, no mínimo, três docentes.

Do Relatório Técnico

Parágrafo único – O discente que aproveitar as atividades profissionais para fins de Estágio deverá apresentar um Relatório Técnico, seguindo o mesmo fluxo requerido para o Estágio.

O Relatório Técnico é requisito obrigatório dos discentes do Curso Subsequente Meio Ambiente que fazem estágio. O texto do relatório segue modelo padrão definido pela Coordenação de Estágio do Campus e deverá ser produzido pelo aluno, sob orientação do professor do curso, que assume o papel de Professor-Orientador. O discente deverá defendê-lo em uma banca de professores, composta pelo professor-orientador e, no mínimo, dois professores do Campus.

Do Artigo Científico

O discente que participar de Projeto de Pesquisa ou Projeto de Extensão do Campus, seja como bolsista ou voluntário, deverá apresentar o Artigo Científico em uma banca de professores, composta pelo professor- orientador e, no mínimo, dois professores do Campus. Para a produção do texto, o discente deverá seguir modelo padrão de artigos, determinado pela coordenação de Pesquisa e/ou de Extensão. O aproveitamento do projeto de pesquisa ou do projeto de extensão para finalização do curso Subsequente Meio Ambiente deverá ter a anuência das respectivas coordenações de Pesquisa e/ou Extensão. O professor-orientador deverá requisitar aproveitamento do projeto na coordenação, mediante documento que deverá ser assinado pelo coordenador de Pesquisa e/ou Extensão e entregue à Coordenação de Estágio para o devido arquivamento.

11 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS E CERTIFICAÇÃO DE CONHECIMENTOS ANTERIORES

O aproveitamento de estudos é o processo de reconhecimento de componentes curriculares, cursados com aprovação em cursos da EPTNM, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva habilitação profissional.

O estudante solicitará a Secretaria de Registros Acadêmicos (SRA) o aproveitamento de estudos no prazo fixado no Calendário Acadêmico. A solicitação para aproveitamento de

estudos será encaminhada pela SRA à Coordenação Acadêmica do Campus, para conhecimento e posterior remessa ao Conselho de Curso, para análise, e parecer, ouvido o professor do componente curricular requerido. Para esta solicitação, o estudante deverá seguir os procedimentos de acordo com a vigente Organização Didática do IF Baiano.

12 AVALIAÇÃO

Do Processo de Ensino-Aprendizagem

O processo de avaliação da aprendizagem deve ser amplo, contínuo, cumulativo e cooperativo, envolvendo todos os aspectos qualitativos e quantitativos da formação do educando, conforme prescreve a Lei nº 9.394/96 e as diretrizes estabelecidas pela norma da Organização Didática dos Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio

(EPTNM).

A avaliação da aprendizagem, compreendida como uma prática de investigação processual, diagnóstica, contínua, cumulativa, sistemática e compartilhada, em cada etapa educativa, com diagnóstico das dificuldades e reorientação, se destina a verificar se houve aprendizagem e apontar caminhos para o processo educativo.

A avaliação da aprendizagem será feita de forma diversificada, de acordo com a peculiaridade de cada processo educativo, contendo entre outros:

- Atividades individuais ou em grupo, como: pesquisa bibliográfica, demonstração prática e seminários.
- Pesquisa de campo, elaboração e execução de projetos.
- Provas escritas e/ou orais: individual ou em equipe.
- Avaliações interdisciplinares.
- Produção científica, artística ou cultural.
- Provas práticas.
- E outros instrumentos.

Outras atividades como eventos promovidos pelo Campus poderão ser priorizadas pelo curso como atividades avaliativas, por exemplo: Semana de Meio Ambiente, Encontro de Meio Ambiente, Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, entre outros.

O professor, no decorrer do processo educativo, promoverá meios à recuperação da aprendizagem dos estudantes. Estudantes com necessidades educacionais específicas ou de alta habilidade terão seus processos avaliativos em concordância às orientações da Lei nº 9.394/1996 e especificamente, Decreto nº 7.611/2011 que estabelece nas diretrizes ao atendimento aos

estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, bem como deverão ser acompanhados pelo NAPNE (Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas) e ter acesso ao Atendimento Educacional Especializado, em conformidade, respectivamente, com a Resolução 03 de 2019 e Resolução 19 de 2019 do IF Baiano.

Do Curso

O curso terá instrumentos de avaliação e monitoramento pela comunidade acadêmica que permite verificar a qualidade do ensino e o cumprimento das demais atividades relacionadas ao tripé ensino, pesquisa e extensão. A avaliação incidirá sobre os sujeitos do processo de ensino-aprendizagem, infraestrutura e fluxos. O processo de avaliação será coordenado por um grupo de trabalho composto por representantes da comunidade acadêmica e atuará de forma autônoma em relação aos órgãos e colegiados e seu resultado dever ser de conhecimento público.

13 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

A necessidade de investimento e capacitação na formação educativa dos estudantes impulsionou o IF Baiano – Campus Valença a adotar políticas institucionais de fomento à pesquisa e à qualificação técnica de discentes do curso de Agroecologia.

Sendo assim, a Coordenação de Ensino e a Diretoria Acadêmica, em consonância com a PROEN (Pró-Reitoria de Ensino), a PROPES (Pró-Reitoria de Pesquisa) e a PROEX (Pró-Reitoria de Extensão), têm se esforçado para implementar estas políticas de incentivo à participação do aluno na vida acadêmica com o intuito de possibilitar um estreitamento nas relações entre os conhecimentos teóricos e práticos. Convém apontar, que estas políticas institucionais objetivam oferecer melhores condições de acesso e permanência aos estudantes no ambiente escolar.

A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica não pode se manter alheia aos programas de inclusão que possibilitem a entrada, permanência e conclusão do curso pela comunidade que é atendida por determinada unidade de ensino. Desse modo, a procura por reduzir desigualdades sociais faz parte da construção da nova sociedade, tendo como base as políticas de inclusão e manutenção dos discentes, a fim de evitar a evasão escolar e promover o desenvolvimento do curso de modo pleno e satisfatório, para elevar a excelência dos cursos ofertados pela Rede Federal de Ensino.

Diante dessa perspectiva, oferecer condições de acesso e permanência do discente nos cursos ofertados é uma das estratégias para a formação acadêmica. Assim, em comunhão com o Plano de Desenvolvimento Institucional (2015 - 2019) do IF Baiano, que

prevê a implantação de ações que garantam o acompanhamento dos estudantes visando a conclusão com êxito nos cursos ofertados, além de outras que diminuam a situação de vulnerabilidade social estudantil.

Assim, a proposta do curso foi organizada de modo a atender às demandas de acompanhamento dos discentes, com adequações na matriz curricular e carga horária destinada à implementação das referidas ações.

As Políticas Institucionais do Campus são um dos mecanismos de promoção de condições de permanência e apoio à formação acadêmica de discentes. Nesse sentido, objetiva-se implementar ações que minimizem as necessidades socioeconômicas e pedagógicas, buscando promover a justiça social, bem como a formação integral do corpo discente, por meio de programas, tais como:

Programas de Nivelamento

A implementação de Programas de Nivelamento demonstra uma preocupação com os desdobramentos das relações estabelecidas no processo de ensino-aprendizagem, por contemplar o aluno egresso do Ensino Fundamental que apresentem lacunas em seu processo de formação escolar. Desta forma, estes programas ampliam a capacidade de aproveitamento escolar do aluno e promovem o seu prosseguimento no curso, através da revisão de conteúdos de anos precedentes para assegurar o aproveitamento acadêmico do estudante.

O Programa de Nivelamento e Aprimoramento da Aprendizagem (PRONAP) do IF Baiano é regulamentado pela Resolução N° 21/2015, a qual estabelece as diretrizes para o desenvolvimento de suas ações. Este programa deve ser executado durante o primeiro ano do curso, a fim de assegurar um melhor aproveitamento ao longo do curso. Ademais, vale acrescentar que as disciplinas curriculares envolvidas se referem aos componentes da área básica: Ciências Humanas, Ciências Naturais e Ciências Exatas.

Programas de Monitoria

A atividade de Monitoria tem por finalidade oportunizar meios para o(a) estudante aprofundar seus conhecimentos referentes ao curso, promover a interação entre discentes e docentes, bem como propiciar experiências em atividades de ensino, pesquisa e extensão, através da articulação entre teoria e prática.

Este Programa é regulamentado pela Resolução do IF Baiano N° 08/2016, que estabelece os critérios e requisitos para a participação dos estudantes e professores, bem como oferece duas modalidades de participação pelo discente, que podem ser: monitoria

voluntária (sem bolsa-auxílio) e monitoria remunerada por bolsa-auxílio. Ambos os tipos devem ter carga horária máxima de 10 horas “as quais não poderão ser coincidentes com o horário das aulas do(a) estudante em seu curso regular”, segundo dispõe o Regulamento de Monitoria de Ensino do IF Baiano (2016), documento base para essa atividade no curso de Agroecologia.

O Programa de Monitoria proporciona ao corpo discente participação prática de aprendizagem em projetos de acompanhamento de componentes curriculares ou projetos de cunho acadêmico/ científico, sendo uma atividade que visa contribuir para a melhoria na qualidade de ensino e para formar lideranças, além de motivar o interesse pelas atividades docentes por parte dos discentes. A atividade de monitoria terá regulamento próprio que estabelecerá os critérios e requisitos para a sua participação, segundo editais específicos sobre o tema.

Segundo o Regulamento de Monitoria de Ensino do IF Baiano (2016, p.5), os principais objetivos dessa atividade discente são:

- estimular a participação de estudantes dos Cursos Técnicos de Nível Médio e de Graduação em todas as etapas do processo educacional, isto é, nas atividades relativas ao ensino, bem como fortalecer seu vínculo com a vida acadêmica do IF Baiano;
- contribuir com as atividades de aprimoramento do aprendizado ao/à estudante com a finalidade de superar problemas de aprendizagem;
- propor formas de acompanhamento de estudantes em suas dificuldades de aprendizagem;
- pesquisar novas metodologias de ensino adequadas às especificidades do componente curricular do programa;
- contribuir, através da formação de monitores(as) de ensino, para a difusão do conhecimento e desenvolvimento humano e tecnológico;
- possibilitar a construção de conhecimentos através da interação entre os (as) estudantes;
- favorecer a cooperação acadêmica, visando à melhoria da qualidade do ensino;
- possibilitar o aperfeiçoamento da formação acadêmica e profissional dos(as) discentes;
- desenvolver o processo de ensino-aprendizagem do(a) discente no campo do ensino, relacionando teoria e prática;
- aperfeiçoar o itinerário formativo dos(as) discentes, contextualizando diferentes saberes e sendo parte integrante do Projeto Pedagógico de Curso.

Sendo assim, a importância deste Programa decorre da intenção em promover a

participação do aluno na vida acadêmica, tanto em atividades de ensino, quanto em atividades extracurriculares, a fim de conduzi-los à plena formação científica, técnica, cidadã e humanitária.

Programas de Tutoria Acadêmica

A relevância do programa de Tutoria Acadêmica consiste em potencializar os itinerários formativos do educando e intenta contribuir para a redução dos índices de evasão e retenção no estudo, ampliando a capacidade de permanência e prosseguimento no Curso de Agroecologia pelo discente.

Esta iniciativa promove a disseminação da cultura do estudo, estimula o hábito de leitura, a interação e a solidariedade nas relações, desenvolve o respeito à diversidade, além de cooperar para a realização do trabalho em equipe, elementos estes que resultam em uma formação educativa mais qualitativa para o estudante.

O Programa de Tutoria Acadêmica foi regulamentado no IF Baiano pela Resolução Nº 20, de 20 de agosto de 2015. Dentre as suas principais diretrizes, pode-se destacar: contribuir para a redução dos índices de retenção e evasão do processo educativo; oferecer orientações acadêmicas visando a melhoria do desempenho no processo de aprendizagem, desde o ingresso até sua conclusão; contribuir com a acessibilidade dos discentes, principalmente daqueles com necessidades educacionais específicas, deficiência e altas habilidades; promover o desenvolvimento da cultura de estudo e o hábito da leitura que complementam as atividades regulares, por meio do acompanhamento personalizado.

O Programa de Tutoria Acadêmica terá, prioritariamente, como tutores(as) membros do corpo docente do Campus, que poderão dedicar parte de sua carga horária ao acompanhamento e orientações acadêmicas pertinentes ao desenvolvimento profissional do discente, visando desenvolver métodos de estudo ou práticas que possibilitem o crescimento pessoal dos estudantes e da futura atuação profissional. Cada docente poderá acompanhar até 3 (três) estudantes que, preferencialmente, tenham aulas regulares com ele. Esse estreitamento na relação entre o docente e o discente fomenta a orientação do percurso formativo do estudante, seja voltado para a aprendizagem das disciplinas, seja para a compreensão de outras atividades de inserção na vida escolar, tais como a iniciação científica, a cooperativa e outras atividades institucionais.

De acordo com o regulamento da Tutoria Acadêmica do IF Baiano (2015), documento que fundamenta esse programa, também poderão atuar como tutores(as) os(as) servidores TAE. Esse programa deverá ser integrado pelos seguintes participantes:

- Coordenador(a) do Curso.
- Professores(as) do Curso.
- Corpo Técnico-Pedagógico.
- Estudantes do Curso.

O investimento neste tipo de projeto amplia o conhecimento do(a) estudante no tocante à relação estabelecida entre ensino, pesquisa e extensão, além de auxiliar o aluno na superação das dificuldades vivenciadas em seu percurso formativo, através do concreto apoio e intervenção do tutor nas necessidades peculiares desses alunos.

Programas de Assistência Estudantil

A necessidade de acesso do discente ao ensino equipara-se à indispensabilidade de sua permanência no curso. O intuito do estabelecimento destas políticas visa a redução de empecilhos que possam ser obstáculos ao aluno, à permanência e à conclusão do seu curso. O IF Baiano pauta a sua Política de Assistência Estudantil (Resolução N.º 01, de 29 de janeiro de 2019) em um conjunto de princípios norteadores para o desenvolvimento de programas e linhas de ações para a intervenção na realidade social, a partir da instituição de alguns programas, a citar o Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante (PAISE), o Programa de Acompanhamento Psicossocial e Pedagógico (PROAP), o Programa de Incentivo à Cultura, Esporte e Lazer (PINCEL), dentre outros.

Sendo assim, deverá ser desenvolvido no Campus o Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante (PAISE), que abrange algumas políticas de atenção ao aluno, dentre as quais: Auxílio Moradia; Auxílio Transporte; Auxílio Material Acadêmico; Auxílio Uniforme; Auxílio Creche; Auxílio Permanência; Auxílio Cópia e Impressão. O Auxílio Alimentação não é disponibilizado porque o Campus supre esta necessidade através do refeitório próprio, que fornece alimentação para todos os estudantes. Os critérios estabelecidos para a participação no PAISE são estabelecidos em edital, dentre os quais se destacam: a matrícula em curso ofertado pelo Campus, nas modalidades presencial e EAD (Educação a Distância), possuir renda familiar de até um salário-mínimo e meio vigente, bem como estar em condição de vulnerabilidade social.

Neste sentido, convém abordar que o PROAP se destina a identificar as dificuldades de natureza psicossocial e pedagógica que podem refletir direta ou indiretamente no desempenho acadêmico do estudante, bem como pretende contribuir na redução dos índices de evasão e retenção de estudantes.

E, por último, o PINCEL se trata de um programa que tem por finalidade propiciar aos estudantes a participação em atividades artísticas, culturais, esportivas e de lazer, visando à qualidade do desempenho acadêmico, à produção do conhecimento e à formação cidadã.

Núcleo de Apoio ao Processo de Ensino-Aprendizagem, Permanência e Êxito de Educando

O Núcleo de Apoio ao Processo de Ensino Aprendizagem Permanência e Êxito de Educando (NUAPE) tem a função de acompanhar o estudante no processo de ensino-aprendizagem, estabelecer uma articulação reflexiva das ações educativas relacionadas ao planejamento, acompanhamento e avaliação frente às demandas inerentes ao processo ensino-aprendizagem. Para o exercício de suas funções, o Núcleo conta com uma equipe de educadores, que desenvolvem atividades de assessoria pedagógica aos cursos, com o atendimento aos discentes e à comunidade acadêmica por meio de ações que se alinham em direção à permanência e êxito dos educandos e à política de responsabilidade social da Instituição. Dessa forma, o NUAPE operacionaliza suas ações considerando as dimensões de ensino, iniciação científica e extensão, mantendo estreita relação com os objetivos e metas da Instituição.

Sistema de Acompanhamento de Egressos

O Programa de Acompanhamento de Egressos deve ocorrer, sistematicamente, através da aplicação de questionários e da manutenção do canal de comunicação entre o estudante egresso do Curso de Agroecologia e o IF Baiano Campus Valença. Dentre os meios de comunicação, pode-se ressaltar a página virtual (*site*) do Campus para permitir a interação entre os discentes do Curso de Agroecologia e o Instituto, além da aplicação de questionários, via telefone, presencialmente ou da maneira mais adequada e viável para estabelecer uma comunicação com o egresso.

Esta relação de parceria deve ser estabelecida também através da participação destes sujeitos em eventos de natureza própria, que abordem a importância de acompanhamento dos egressos a fim de balizar a avaliação de seu curso.

No Programa de Acompanhamento de Egressos são levados em consideração os aspectos relativos ao desenvolvimento de formação continuada aliada à inserção do egresso no mundo do trabalho. Para o desenvolvimento deste Programa, torna-se necessário o contato constante dos egressos com o Campus a partir da consolidação de banco de dados permanente, inserção dos mesmos nas atividades formativas/ acadêmicas, além de levantar

dados sobre a adequação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos ao exercício laboral.

Propõem-se, como atividades a serem desenvolvidas para atender a este Programa, Dias de Campo, Seminários e/ou Congressos, Cursos de curta duração, a possibilidade de participar em projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos no Campus ou em associação com as instituições nas quais exercem suas atividades.

Tais programas de permanência do discente no Campus estão em constante processo de avaliação e reformulação, de acordo com a demanda apresentada a cada ano e de acordo com o recurso orçamentário anual. No entanto, as reformulações e adaptações não perdem as diretrizes principais apresentadas no PDI e no PPPI.

Dentre os objetivos específicos da avaliação de egressos, cita-se:

- averiguar o nível de satisfação dos egressos em relação ao processo formativo;
- aferir os benefícios da Educação Profissional e Tecnológica para as instituições formadoras, empresas/organizações, parceiros/empreendedores e egressos;
- mensurar a contribuição da Educação Profissional e Tecnológica para a melhoria da qualidade de vida e para o exercício da cidadania do egresso desta modalidade de ensino;
- buscar subsídios para a melhoria contínua dos currículos, das condições de ensino e dos procedimentos didático-pedagógicos utilizados.

Os sujeitos principais do Sistema de Acompanhamento de Egressos serão os estudantes que concluíram os cursos na instituição, tendo como ano de referência para essa avaliação o ano de conclusão do curso. Os empregadores dos(as) egressos também podem ser considerados como fontes de informações acerca da situação do egresso no mundo do trabalho, quando necessário.

Programa de Apoio a Eventos Artísticos, Culturais e Científicos

A política de apoio à participação dos discentes em eventos artísticos culturais e científicos objetiva contribuir para a formação acadêmica e amplia a possibilidade de acesso à pesquisa e à extensão, entendida como prática acadêmica que possibilita a formação do profissional cidadão e se credencia, junto à sociedade, como espaço privilegiado de produção do conhecimento significativo para a superação das desigualdades sociais existentes. É importante consolidar o apoio a eventos artísticos, culturais e científicos, possibilitando a constante busca do equilíbrio entre as demandas socialmente exigidas e as inovações que surgem do trabalho acadêmico.

Política de Diversidade e Inclusão

A educação pública, gratuita e de qualidade é a principal concepção da política da Diversidade e Inclusão do IF Baiano, articulado ao um ensino que garante os direitos humanos, bem como os valores de respeito e aceitação às diferenças. O IF Baiano define como princípios norteadores da política de diversidade e inclusão: a igualdade de condições de acesso, permanência e êxito no percurso formativo; a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar as culturas, os pensamentos, os saberes, as artes, os esportes e as práticas do lazer; o pluralismo de ideias; a universalização da educação inclusiva; a garantia dos valores éticos e humanísticos; o convívio e respeito às diversidades étnica, sexual, cultural, social e de crença.

Conforme a Resolução nº 12 de 09 de outubro de 2012, a Política de Diversidade e Inclusão do IF Baiano tem como base a efetivação dos direitos fundamentais à dignidade humana, da melhoria da qualidade da educação, da defesa da formação de valores essenciais para o convívio em sociedade e da garantia de direitos à igualdade e de oportunidades.

Conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional do IF Baiano, essas políticas de diversidade e inclusão têm como finalidade buscar alternativas para garantir os direitos das pessoas (com ou sem deficiência) em situação de vulnerabilidade social e assegurar o respeito à diversidade humana. Nesse entendimento, a política de inclusão e diversidade no IF Baiano objetiva assegurar condutas e práticas no cotidiano da instituição que subsidiem o desenvolvimento de ações para a garantia do pleno exercício da cidadania. Assim, para a prática pedagógica, é essencial a promoção de espaços interativos de vivência coletiva e solidária onde os diferentes sujeitos aprendam e produzam a partir das suas especificidades.

Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas

Na Política de Diversidade e Inclusão do IF Baiano, o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) tem natureza propositiva e consultiva, bem como é responsável pela implementação das demandas do Programa de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (PAPNE). O público-alvo deste Programa são pessoas com necessidades específicas ou pessoas com deficiência (visual, auditiva, física sensorial, intelectual, múltipla), transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Este Programa assegurará a essas pessoas tanto o acesso, quanto a permanência e a saída exitosa do Instituto.

Nesse sentido, o NAPNE objetiva principalmente amparar os docentes em suas atividades pedagógicas destinadas à inserção de alunos com necessidades educacionais específicas em âmbito de sala de aula, uma vez que é por meio desse Núcleo que se poderá obter as superações para as possíveis dificuldades de aprendizagem que a pessoa com necessidade específica pode desenvolver no contexto do ensino-aprendizagem. Também esse Núcleo realiza atendimento específico aos discentes levando em consideração as suas necessidades comunicacionais, de aprendizagens e interacionais. Desta forma, o NAPNE deve apontar a demanda de alunos com necessidades específicas e acompanhar de forma aproximada as realidades educacionais arquitetônicas, de acessibilidade e comunicacionais no sentido de oferecer aos discentes a possibilidade de inclusão específica com base na sua necessidade por adequar materiais, equipamentos, recursos e orientações, visando atenuar quaisquer dificuldades pedagógicas, metodológicas e laborais existentes e que possam surgir.

Portanto, o NAPNE deve garantir o acesso e a permanência de educandos com necessidades específicas através de três princípios básicos: por sensibilizar, por estimular e por elaborar projetos. O primeiro se efetiva por sensibilizar os servidores sobre a importância da inclusão; o segundo é por estimular e viabilizar a participação dos servidores em cursos de capacitação e qualificação sobre as Políticas Públicas de Inclusão e o terceiro acontece por meio da elaboração e aprimoramento de projetos que possam ampliar e inovar o atendimento a esse público que, de certa forma, é minoria e que precisa de um olhar atento para as suas necessidades educacionais de aprendizagem.

Por fim, acrescente-se ao exposto que o Curso de Meio Ambiente (Subsequente) deverá disponibilizar, em caráter obrigatório, o Planejamento Educacional Individualizado (PEI) para o(a) estudante Público-Alvo da Educação Especial (PAEE) ou com necessidades específicas. De acordo com o Regulamento do Atendimento Educacional Especializado (AEE) do IF Baiano (Resolução N° 19/2019), o PEI é um documento que define a organização do processo educacional do estudante PAEE, de forma a atender às suas especificidades e superar as barreiras observadas. Este documento deve ser elaborado pelo(a) docente de AEE em parceria com os docentes dos componentes curriculares e com a equipe multiprofissional do *campus* que atua com o(a) estudante PAEE e será aplicado nos casos em que as condições do seu público-alvo o exijam.

Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI)

A construção da formação humana acontece à medida que surgem interações sociais que se entrelaçam conforme as necessidades intelectuais do indivíduo e ao considerar o compromisso que a Educação assume em consignar, no contexto formativo, a

intelectualidade e a formação ideológica do/para o sujeito, é necessário se atentar aos preceitos legais de atendimento à diversidade cultural e étnica por meio da Lei 11.645/08 que prescreve a inclusão da história e da literatura afro no contexto educacional, buscando fomentar discussões e trabalhos interdisciplinares, transdisciplinares e multidisciplinares que se voltem à diversidade cultural brasileiro em meio às outras culturas que existem no espaço geográfico nacional.

Nesse sentido, as discussões e os trabalhos voltados à diversidade que se sustentam na Política de Diversidade e Inclusão do IF Baiano se solidificam por meio do Programa de Educação em Direitos Humanos – PEDH –, o qual cria nos campi desse Instituto o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas – NEABI.

Sendo assim, o NEABI tem como objetivo principal promover estudos, pesquisas, reflexões e ações sobre a questão da igualdade racial e étnica, bem como da proteção dos direitos de pessoas e grupos étnicos que foram durante o percurso do tempo excluídos e/ou discriminados, mais especificamente quando se fala em povos indígenas e afrodescendentes; por isso a Lei 11.645/08 passa a considerar que é importante para o contexto da diversidade cultural, étnica e racial haver no contexto educacional uma atenção voltada a essa questão.

Nesse sentido, o Campus Valença, via NEABI, pode romper com a repulsa do preconceito por ampliar o universo docente e discente para a prática intercultural afro-brasileira, uma vez que esse núcleo se supre de recursos que trazem relevância substancial para inserção da inclusão da diversidade cultural e étnica no território em que o campus está alocado.

Desta forma, a atuação deste Núcleo desempenha significativa importância para os processos formativos do IF Baiano, Campus Valença, uma vez que o Território do Baixo Sul concentra importantes populações de matrizes africanas, quilombos reconhecidos e povos indígenas. Por isso o NEABI exerce um papel fundamental no resgate cultural destes povos, a partir da proposição de eventos culturais que insiram essas comunidades no espaço acadêmico e social externo ao Campus, acentuando a relevância singular desses povos em conseguir se firmar apesar das discriminações sociais que existiram no contexto histórico.

Portanto, o crescimento das práticas de diversidade afro e indígena do supracitado Núcleo estará ligado ao fomento de uma formação de Técnico em Agroecologia alinhada na capacidade reflexiva sobre a diversidade, o respeito aos Direitos Humanos, a valorização da riqueza material e imaterial dos povos tradicionais e étnicos variados no contexto agroecológico.

Programas de Pesquisa e Extensão

O IF Baiano fomenta programas de pesquisa e extensão articulados ao ensino, contribuindo para a formação técnica, cidadã dos estudantes bem como para a difusão e produção de novos conhecimentos e metodologias. Entende-se por extensão o processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre o Instituto e outros setores da sociedade mediado por estudantes orientados pelos professores ou técnicos-administrativos dentro do princípio constitucional da indissociabilidade com o ensino e a pesquisa.

No âmbito Institucional, existem programas que estimulam a execução dos projetos de extensão com foco na formação dos estudantes nas diversas dimensões da inclusão social visando aprofundar ações políticas que venham fortalecer a institucionalização da extensão.

Com finalidade de despertar a vocação científica e incentivar talentos potenciais, o programa de estímulo à pesquisa do IF Baiano apoia projetos institucionais cujas políticas proporcionam a participação dos estudantes do Ensino Médio em atividades de pesquisa científica ou tecnológica vinculados à Iniciação Científica Júnior.

A maioria dos programas de estímulo à pesquisa e extensão oferecem bolsas de auxílio financeiro aos discentes, sendo que o número destas é definido mediante Edital. Há também a modalidade bolsista voluntário, a qual implica ausência de qualquer tipo de auxílio financeiro da Instituição.

Logo, pode-se verificar que o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão eleva o significado social do trabalho acadêmico, possibilitando uma formação acadêmica mais qualificada e contextualizada, ao passo que a institucionalização dessas políticas educacionais proporciona ao educando a vivência de uma formação acadêmico-científica.

14 INFRAESTRUTURA

A estrutura física em funcionamento o curso Técnico em Meio Ambiente no *Campus* Valença contempla:

- 01 Sala de informática contendo 20 computadores em conexão com internet para uso preferencial dos estudantes;
- Espaço de convivência que garanta o lazer, a integração e o bem estar dos estudantes, bem como o desenvolvimento de atividades lúdicas, culturais, científicas etc.;
- 01 Auditório climatizado, equipado com cadeiras (mínimo de 80 pessoas e máximo de 120), caixa amplificadora de som, microfones e *datashow*;
- 02 Banheiros com vestiário para os estudantes (01 feminino e 01 masculino);
- 02 Banheiros para os estudantes (01 feminino e 01 masculino) pavilhão anexo

“Mulheres Mil”;

- 02 Sanitários para servidores e visitantes (feminino e masculino);
- 01 Cantina;
- 01 Restaurante;
- 01 Sala de Reuniões;
- 01 Sala para Orientação Educacional;
- 04 Salas de Professores climatizadas;
- 01 Sala climatizada para a Coordenação de Ensino;
- 01 Sala para a Coordenação de Assistência ao Aluno;
- 01 Sala para a Assistência Social;
- 01 Sala para a Orientação Pedagógica;
- 01 Sala climatizada para a Secretaria de Registros Acadêmicos;
- 01 Sala climatizada para as Coordenações de Pesquisa, Extensão e Estágio;
- 04 Veículos utilitários;
- 01 Micro-ônibus;
- 01 Ônibus;
- 01 Caminhão;
- Oficina;
- Garagem;
- Biblioteca;
- 02 Áreas de Campo: uma com 32 ha e outra com 100 ha, contendo:
 - Estação meteorológica
 - Viveiro de mudas
 - Sanitário masculino e feminino na área de campo

Biblioteca

O campus Valença dispõem de 01 Biblioteca climatizada com 04 computadores conectados à internet para acesso pelos estudantes e Rede de Busca Pergamum (Software Pergamum – Sistema Integrado de Bibliotecas). Esta rede tem por finalidade melhorar a qualidade global dos serviços dos usuários, promover a cooperação no tratamento da informação e o compartilhamento de recursos de informação.

O acompanhamento da atualização bibliográfica bem como a solicitação de aquisição de novos volumes e exemplares fica sob a responsabilidade do professor da disciplina, que deverá fazê-lo trienalmente ou na oportunidade financeira do campus ou do projeto no qual está inserido, se houver.

Laboratórios

- 01 laboratório de informática com programas específicos, desde que em conformidade com a legislação vigente quanto à autoria de software;
- 01 laboratório didático/científico de Meio Ambiente com sala de acesso restrito e uso específico para: (1) reunião, consulta, leitura, pesquisa e orientação; (2) procedimentos de experimentos, amostras e triagens; (3) manejo e depósito provisório da biodiversidade e (4) coleções didáticas e científicas de referência;
- 01 laboratório de Ciências Agrárias que permite a realização de análises física e químicas de solo e análises de material vegetal;
- Unidade educativa de campo composto por ecossistema florestal, restinga, brejos e charcos etc., incluindo ambientes fluviais e lacustres;
- Periodicamente os professores deverão propor projetos, incluindo equipamentos, insumos, e unidades educativas.

Recursos Didáticos

Será fomentado, em caráter continuado, a aquisição e a utilização de diferentes recursos didáticos e instrucionais, a fim de proporcionar melhores condições de ensino e aprendizagem. Aos docentes, recursos como vídeos temáticos serão de fundamental importância tanto para auxiliar a contextualização da aula como para simulação de processos e fenômenos. Aos alunos, estes proporcionaram a visualização desses processos quando da impossibilidade de observação em campo - sucessões ecológicas requerem longo prazo para serem atestados e podem ser facilmente simulados através de recursos didáticos.

Recursos como aplicativos e softwares poderão ser de grande valia para simulação de dados amostrais, uma vez que permitirá o desenvolvimento tanto na área do componente em estudo quanto o de informática.

Os *softwares* gratuitos ou privados de estatística são muito úteis para interpretar e testar dados ambientais e podem ser adquiridos a qualquer tempo.

Vídeos e depoimentos de comunidades e entidades políticas sobre estudos de caso e iniciativas do poder público e de ONG's terão papel preponderante à formação dos estudantes que estejam cursando componentes como Educação Ambiental, Gestão Ambiental, Antropologia Cultural, Turismo e Desenvolvimento Regional, Gestão de Recursos Hídricos, Conservação e Manejo da Biodiversidade entre outras.

A exposição destes recursos poderá ser realizada em ambientes adequados como sala de aula, laboratório de informática, Laboratório de Meio Ambiente, auditório e com instrumentos

atualizados, como lousa eletrônica, *Datashow*, aparelho de DVD, alto-falantes e telas de projeção.

Sala de Aula

O curso dispõe de 5 (cinco) salas de aula, utilizadas pelas turmas de Meio Ambiente, com capacidade para 30 alunos sentados, devidamente equipadas com acesso a internet, ventiladores, ares-condicionados, lousas eletrônicas, quadro de avisos, revestimento cerâmico nas paredes e corre-mão, mesa e cadeira para professor e quadro branco, porta de entrada com mola, duas folhas (0,80m largura cada) e visor externo e extintor de incêndio.

15 PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Relação dos docentes (Tabela 3) e dos servidores técnicos administrativos (Tabela 4) que atuam no curso.

Tabela 3. Relação de docentes que atuam no Curso Técnico em Meio Ambiente.

PROFESSOR	TITULAÇÃO	FORMAÇÃO	ÁREA DE ATUAÇÃO	Link Plataforma Lattes
Anderson Gomes da Epifânia	Doutor em Geografia	Geografia	Geografia/ Análise urbana e regional	http://lattes.cnpq.br/2876151416230303
Carla Moraes Pereira Nascimento	Especialista em Didática do Ensino Superior	Graduação em Ciência Política	Empresa Auto Gestão/ Gestão Empresarial	http://lattes.cnpq.br/3121157186209871
Célia Maria Pedrosa	Doutora em Ciências Sociais	Ciências Sociais e Direito	Antropologia Cultural	http://lattes.cnpq.br/9890343113554250
Dislene Cardoso de Brito	Doutora em Literatura e Culturas	Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua Inglesa e Literatura	Graduação em Língua Inglesa	http://lattes.cnpq.br/1541480413001952
Eduardo Alvares da	Doutor em	Engenharia	Meio	http://lattes.cnpq.

Curso Técnico em Meio Ambiente Subsequente

Silva Barcelos	Geografia	Ambiental, mestrado e doutorado em Geografia	Ambiente	br/3357894793594121
Elizangela Cosme Gatti	Mestranda em Gestão e Tecnologia Aplicadas à Educação	Graduação em Letras (português/inglês)	Letras (português/inglês)	http://lattes.cnpq.br/4783086522628148
Emmanoel Barbosa	Mestre em Ciências Agrárias	Mestre em Ciências Agrárias	Topografia, Mecanização Agrícola	http://lattes.cnpq.br/3605556573541896
Erlens Éder Silva	Doutor em Agronomia	Graduação em Agronomia, Especialização em Agronomia Biodinâmica, Mestrado e Doutorado em Agronomia	Empreendedorismo, Fruticultura e Agronomia	http://lattes.cnpq.br/8987866888319889
Gabriela Marinho Maciel Santiago	Mestre em Química Aplicada	Graduação em Química. Mestrado em Química Aplicada.	Química, Química Ambiental	http://lattes.cnpq.br/0938937145891245
Izaclaudia Santana da Cruz	Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente	Graduação em Letras (português), Graduação em Tecnologia e Saneamento Ambiental, Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente	Meio Ambiente (Tecnologia em Saneamento Ambiental)	http://lattes.cnpq.br/9905189258244424
Jaderson Danilo dos Santos	Mestre em Geografia	Graduação em Geografia, Mestrado em Geografia	Geociências	http://lattes.cnpq.br/7981682289746388

Jorge Luis Copquer dos Santos Junior	Pós-Doutor em Ciências Agrárias	Graduação em Agronomia, Mestrado em Ciências Agrárias, Doutorado em Irrigação e Drenagem, Pós-Doutorado em Ciências Agrárias	Irrigação e drenagem, Conservação do solo e água	http://lattes.cnpq.br/4840362315683995
Luciano de Araujo Pereira	Doutor em Ecologia e Conservação da Biodiversidade	Graduação em Licenciatura em Ciências-Habilitação Plena em Biologia	Biologia Geral/Saneamento e Ecologia Comportamental de Vetores	http://lattes.cnpq.br/5809656771849201
Maria Iraildes de Almeida Silva Matias	Doutora em Geologia	Graduação em Engenharia Agrônoma, Mestrado em Ciências Agrárias e Doutorado em Geologia Ambiental	Conservação de solo e água, Qualidade de ecossistemas	http://lattes.cnpq.br/2804046746063215
Martha Cavalcanti Berti Sanjuan	Mestre em Ciências na área de Geofísica	Graduação em Ciência da Computação	Informática	http://lattes.cnpq.br/9879222050633426
Mônica Pacheco da Silva	Doutora em Bioquímica Aplicada	Licenciatura em Ciências Biológicas, Mestrado em Microbiologia Agrícola, Doutorado em Bioquímica Aplicada	Biologia, Bioquímica	http://lattes.cnpq.br/6252277128179977

Patrícia Oliveira dos Santos	Doutora em Biotecnologia	Licenciatura em Ciências Biológicas, Especialização em Biologia Celular, Mestrado em Microbiologia Agrícola, Doutorado em Biotecnologia	Microbiologia, Biofísica	http://lattes.cnpq.br/0100102015929884
Paulo Assis Cavalcante Nascimento	Especialista em Gestão de Recursos Hídricos	Graduação em Agronomia, Graduação em Licenciatura Plena em Disciplinas Especializadas, Especialização em Gestão de Recursos Hídricos	Agronomia, Topografia	http://lattes.cnpq.br/0032188746497748
Scyla Pinto Costa Pimenta	Mestre em Ciências Sociais	Graduação em Licenciatura em Filosofia, Graduação Bacharelado em Sociologia, Especialização em UNIAFRO, Mestrado em Ciências Sociais	Sociologia, Antropologia	http://lattes.cnpq.br/0742097674958811
Tais Marcele Almeida Tripodi Pereira Galvão	Mestre em Zoologia	Graduação em Biologia, Mestrado em Zoologia	Biologia, Zoologia Aplicada, Bioquímica	http://lattes.cnpq.br/6690039183042308
Tasso Meneses Lima	Doutor em Filosofia e Ensino de Ciências	Graduação em Licenciatura Ciências Biológicas, Mestrado em Ecologia e Biomonitoramento, Doutorado em Filosofia e Ensino de Ciências	Ecologia e Ensino de Ciências/ Evolução	http://lattes.cnpq.br/4141363282654670

Tabela 4. Relação dos servidores técnicos administrativos que atuam no Curso Técnico em Meio Ambiente.

NOME	TITULAÇÃO	CARGO
André Rauedys	Graduação	Técnico em Assuntos Educacionais
Agnaldo Oliveira dos Santos	Ensino Médio	Assistente em Administração
Antonio Cerqueira Leão Filho	Ensino Médio	Assistente de Alunos
Cristiano Carvalho de Jesus	Licenciatura em Matemática	Assistente em Administração
Diego de Jesus Bonfim	Bacharelado em Sistemas de Informação	Técnico em Tecnologia da Informação
Diego Sena Barbosa	Ensino Técnico em Informática	Assistente em Administração
Érica Sá Teles de Oliveira Chaves	Ensino Médio	Assistente de Alunos
Fábio Sá Barreto Nogueira	Graduação em Direito	Assistente em Administração
Israel Conceição Silva	Esp. em Obesidade e Transtornos Alimentares Esp. em Saúde Pública e Nutrição Esportiva	Nutricionista
Jamille Arnaut Brito Moraes	Mestrado em Educação	Técnica em Assuntos Educacionais
Jessé Ovídio	Graduação em Pedagogia	Pedagogo
Johnathan da Silva Bonfim	Ensino Médio	Técnico em Tecnologia da Informação
Joice Maria de Assis Jesus Dias	Graduação em Biblioteconomia	Bibliotecária Documentarista
Josué Castro de Jesus	Ensino Médio	Técnico em Agropecuária
Kátia Cilene Barreto	Graduação em Pedagogia	Pedagoga
Mariane Cruz Santana	Graduação em Administração	Administradora
Micheline Santos de Jesus	Ensino Médio	Técnico em Agropecuária
Rafael de Oliveira Ribeiro	Licenciatura em História	Assistente em Administração
Rogério Barreto Martins	Especialização em Metodologia e Didática do Ensino Superior	Técnico em Tecnologia da Informação
Rosimere Silva Santos	Especialização em Gestão em Saúde	Técnica em Contabilidade
Ubirajara Cordier Farias	Graduação em Serviços Públicos	Assistente em Administração

Fonte das informações curriculares: Registro interno.

16 CERTIFICADOS E DIPLOMAS

A conclusão do Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio subsequente ao Ensino Médio, terá como resultado certificatório a expedição de histórico escolar e de diploma, obedecendo-se à obrigatoriedade da descrição dos conhecimentos profissionais inerentes à área de Meio Ambiente, mediante êxito em todos componentes curriculares do Curso, conforme prevê o Sistema de Avaliação da Instituição e tendo também concluído a carga horária de prática profissional (estágio supervisionado) prevista no desenho curricular, conforme o parágrafo único do Artigo 7º do Decreto nº 5.154/2004.

O (A) discente que concluir as disciplinas do curso e o estágio supervisionado dentro do prazo regular de 24 meses, obterá o Diploma de Técnico em Meio Ambiente. Caso o aluno não cumpra o prazo regular, este terá até, 12 meses para realizar o estágio com a entrega e apresentação pública do relatório. Em ambos os casos, a obtenção do Diploma será concedido obedecendo aos seguintes critérios:

a) Os diplomas do curso Técnico em Meio Ambiente, Subsequente, serão emitidos, no prazo máximo de 90 (noventa) dias úteis, pela PROEN obedecendo à legislação em vigor e às normatizações internas.

b) Não será cobrada nenhuma taxa ao discente para a emissão da 1ª via do diploma de conclusão;

c) Os diplomas serão assinados pelo reitor do IF Baiano, Diretor Geral do campus e pelo concluinte.

d) O diploma deve conter a identificação do livro ata, no qual foi registrado.

e) O (A) discente poderá solicitar a certificação dos módulos concluídos com êxito.

f) Os diplomas e certificados, quando registrados, terão validade nacional e habilitarão ao prosseguimento dos estudos.

17 REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (2011). Decreto nº 7611, de 17 de novembro de 2011. **Dispõe Sobre A Educação Especial, O Atendimento Educacional Especializado e Dá Outras Providências.** Brasília.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Ambiental** nº 9.795, de 27 de janeiro de 1999. **Lei de Educação Ambiental.** Brasília.

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Lei nº 11.788/2008.** Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm. Acesso em: 31 de out. de 2012.

BRASIL.. **Lei nº 11.892/2008**, de 29 de dezembro de 2008. Cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso 31 de out. de 2012.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística 2010. **IBGE cidades.** Disponível em <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=293290&search=bahia|valencia>. Acesso em 05 de maio de 2015.

BRASIL. **Decreto Nº. 5.154, de 2004.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm Acesso: 31 de out. de 2012.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 2000.** Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>. Acesso: 31 de out. de 2012.

BRASIL. **Lei nº 11.788/2008.** Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm. Acesso: 31 de out. de 2012.

BRASIL. **Lei Nº 11.645, de 10 de março de 2008.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em março de 2011.

BRASIL. **Resolução nº 3, de 9 de julho de 2008.** Dispõe sobre a instituição e implantação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/rceb003_08.pdf. Acesso em março de 2011.

BRASIL. **Lei 11.947, de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm Acesso em 08 de abril de 2013.

BRASIL. **Lei 10.741, de 01 de outubro de 2003.** Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm. Acesso em 08 de abril de 2013.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 1996.** Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf> Acesso: 31 de out. de 2012.

BRASIL. **Lei nº. 11.741 16 de julho de 2008.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111741.htm. Acesso em: 21 de abril de 2020.

BRASIL. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos 3ª edição.** Portaria MEC nº 870, de 16 de julho de 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2017-pdf/77451-cnct-3a-edicao-pdf-1/file>. Acesso em: 21 de abril de 2020.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/91764/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-lei-8069-90>. Acesso em: 21 de abril de 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>. Acesso em: 21 de abril de 2020.

BRASIL. **Resolução cne/ceb nº 4, de 13 de julho de 2010.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf. Acesso em: 21 de abril de 2020.

BRASIL. **Decreto Nº 7.037, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009.** Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm. Acesso em: 21 de abril de 2020.

BRASIL. **Resolução nº 2, de 19 de maio de 2010.** Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5142-rceb002-10&category_slug=maio-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 21 de abril de 2020.

BRASIL. **Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 21 de abril de 2020.

BRASIL, 2000. **Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio)**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14_24.pdf. Acesso em: 21 de abril de 2020.

BRASIL. **Resolução nº 1, de 5 de dezembro de 2014**. Atualiza e define novos critérios para a composição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, observando o disposto no art. 81 da Lei nº 9.394/96 (LDB) e nos termos do art. 19 da Resolução CNE/CEB nº 6/2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16705-res1-2014-cne-ceb-05122014&category_slug=dezembro-2014-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 21 de abril de 2020.

BRASIL. **Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Lei Federal de Estágio. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11788.htm. Acesso em: 21 de abril de 2020.

BRASIL. IFBAIANO. **Resolução n.º 06, de 29 de março 2016**. Regulamento de Estágio Curricular dos Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio do IF Baiano. Disponível em: <https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/santaines/files/2017/07/13.-Regulamento-de-Est%C3%A1gio-dos-Cursos-T%C3%A9cnicos.pdf>. Acesso em: 21 de abril de 2020.

BRASIL. **Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997**. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1997/lei-9503-23-setembro-1997-37234-norma-pl.html>. Acesso em 08 de abril de 2013.

BRASIL. **Lei nº 11.788/2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11788.htm. Acesso: 31 de out. de 2012.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm Acesso em março de 2011.

BRASIL. **Lei nº 11.892/2008**, de 29 de dezembro de 2008. Cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm. Acesso 31 de out. de 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, 2014**. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/> Acesso em jun. de 2008.

BRASIL. IF BAIANO. **Resolução Nº 12, de 09 de outubro de 2012**. Política da Diversidade e Inclusão do IF BAIANO. Salvador/BA. 2012. Disponível em: <https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/guanambi/files/2016/12/POLITICA-DIV.-INCLUSAO.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2020.

BRASIL. IF BAIANO. **Plano de Desenvolvimento Institucional (2015-2019)**. Salvador/BA. 2014. Disponível em: <https://www.ifbaiano.edu.br/reitoria/wp-content/uploads/2015/06/pdi-diagramado.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2020.

BRASIL. IF BAIANO. **Projeto Político Pedagógico Institucional**. Salvador/BA. 2014. Disponível em: <https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/santaines/files/2017/07/4.-Projeto-Pol%C3%ADtico-Pedag%C3%B3gico-Institucional-PPPI.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2020.

BRASIL. IF BAIANO. **Resolução N° 20, de 20 de agosto de 2015**. Regulamento da Tutoria Acadêmica. Salvador/BA. 2015. Disponível em: <https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/santaines/files/2017/11/12.-Regulamento-de-Tutoria-Acad%C3%AAmica.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2020.

BRASIL. IF BAIANO. **Resolução N°21, de 20 de agosto de 2015**. Regulamento do Programa de Nivelamento e Aprimoramento da Aprendizagem (PRONAP). Salvador/BA. 2015. Disponível em: https://ifbaiano.edu.br/portal/wp-content/uploads/2015/12/resolucao_21-2015_aprovou_programa_nivelamento_aprimoramento_aprendizagem_ifbaiano.pdf. Acesso em: 16 abr. 2020.

BRASIL. IF BAIANO. **Resolução N° 06, de 29 de março de 2016**. Regulamento de Estágio Curricular da Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Salvador/BA. 2016. Disponível em: <https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/xique-xique/files/2019/08/Regulamento-de-Estagio-Curricular.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2020.

BRASIL. IF BAIANO. **Resolução N° 08, de 30 de março de 2016**. Regulamento de Monitoria de Ensino do IF Baiano. Salvador/BA. 2016. Disponível em: <https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/santaines/files/2017/07/11.-Regulamento-de-Monitoria-de-Ensino.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2020.

BRASIL. IF BAIANO. **Resolução N° 01, de 29 de janeiro de 2019**. Política de Assistência Estudantil. Salvador/BA. 2019. Disponível em: <https://ifbaiano.edu.br/portal/wp-content/uploads/2019/02/Resolucao-01-2019-Aprova-Pol%C3%ADtica-de-Assist%C3%AAncia-Estudantil-Processo-n%C2%BA-23327.002530-2018.42.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2020.

BRASIL. IF BAIANO. **Resolução N° 03, de 18 de fevereiro de 2019**. Regimento do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas do IF BAIANO. Salvador/BA. 2019. Disponível em: <https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/alagoinhas/files/2019/11/Resolu%C3%A7%C3%A3o-03-2019-Regimento-do-Napne-Ano-2019.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2020.

BRASIL. IF BAIANO. **Resolução N° 19, de 18 de março de 2019**. Regulamento do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no Âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano. Salvador/BA. 2019. Disponível em: <https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/lapa/files/2019/12/Resolucao-19-2019.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2020.

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO (pág. 09)

- Alteração de carga horária total do curso que, antes diferenciado por 1.210 horas de relógio e 1.452 horas/aulas e, agora de acordo com as exigências de adequações à nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ministério da Educação (MEC), passa a ter 1260 horas de relógio que correspondem também a mesma quantidade de horas/aula.
- Inserção da **Modalidade de Oferta de Curso**: Presencial.
- Substituição do item **Organização** por **Regime Acadêmico**.

Caracterização do Campus Valença (pág. 18)

- Inserção dos 14 *campi* do IFBaiano no primeiro parágrafo.

8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO, foi alterado para **REGIME ACADÊMICO**. (pág. 23)

Alteração dos dados da Tabela 1 - Estrutura Curricular do Curso Técnico em Meio Ambiente Modalidade Subsequente (pág. 27)

- Núcleo tecnológico de 1.100 horas, passa a ter 1.160 horas de relógio.
- Projetos Integradores Interdisciplinares: de 110 horas passa a ter 100 horas/relógio.
- Estágio Curricular Obrigatório: de 200 horas/relógio, passa a ter 150 horas/relógio.
- Matriz Curricular – Mudança no texto referente a carga horária do curso entre os itens núcleo tecnológico 1.160 horas/relógio e estágio obrigatório 150 horas/relógio.

Alteração dos dados da Tabela 2 - Matriz Curricular do Curso Técnico em Meio Ambiente Modalidade Subsequente (pág. 32)

- Enquadramento de nova carga horária de 50 para 60 minutos, conforme a nova BNCC, desse modo, a carga horária em hora/aula e hora/relógio passam a ter a mesma correspondência.
- Alteração da Carga Horária Total, de 1.210 para 1.260 horas/aula.
- Alteração da carga horária para Estágio Curricular/TCC/Prática Profissional, de 200 para 150 horas.

I PERÍODO (pág. 32)

- Oferta de 8 (oito) disciplinas (Antropologia Cultural; Ecologia Aplicada; Geografia Ambiental; Sociedade e Natureza; Informática; Inglês Instrumental; Leitura e Produção Textual; e Solos).
- A disciplina Geografia Ambiental que antes era ofertada com 3 (três) créditos, passa a ser ofertada com 2 (dois) créditos.
- A disciplina Gestão de Recursos Sólidos passa a integrar o corpo da disciplina Saneamento Ambiental que é ofertada no III período.
- A disciplina de Legislação e Políticas Ambientais passou a integrar a grade do IV período.
- Neste sentido, para suprir a necessidade de uma disciplina de base conceitual ambiental, foi criada a disciplina Sociedade e Natureza, cuja ementa foi elaborada pelo Núcleo de Assessoramento Pedagógico, juntamente com o apoio dos docentes que atuam nas disciplinas que requerem maior base conceitual em períodos iniciais.

II PERÍODO (pág. 32)

- Alteração dos créditos das disciplinas Educação Ambiental, e Iniciação à Metodologia Científica, ambas antes ofertadas com 3 (três) créditos, passam a serem ofertadas com 2 (dois) créditos.

III PERÍODO (pág. 32)

- A disciplina Economia e Meio Ambiente (ofertada com 2 créditos), passa a integrar o corpo da disciplina Empreendedorismo (ofertada no IV período e também com 2 créditos), desse modo, foi alterado o nome da disciplina para Economia, Meio Ambiente e Empreendedorismo, que agora é ofertada com 3 (três) créditos.
- Tanto a mudança de estrutura, quanto a da oferta da disciplina Economia e Meio Ambiente neste período, resultou uma grade com uma disciplina a menos, antes 7 (sete) e agora 6 (seis).
- Alteração do nome e quantidade de créditos da disciplina Gestão Ambiental, antes ofertada com 3 (três) créditos, e agora passa a ser chamada Planejamento e Gestão Ambiental, ofertada com 2 (dois) créditos. A alteração do nome da disciplina não implicou em alterações na ementa.
- Alteração do nome e estrutura ementária da disciplina Topografia e Geoprocessamento, que passou a se chamar Cartografia e Geoprocessamento, mantendo a mesma oferta de 3 (três) créditos. Neste sentido, para adequar-se ainda mais ao caráter ambiental do curso foi elaborada nova ementa para esta disciplina, apoiada pelo Núcleo de Assessoramento Pedagógico, juntamente com os docentes que atuam na área das Geociências.

IV PERÍODO (pág. 32)

- Exclusão da disciplina Sistemas Energéticos levando em consideração que o caráter técnico da disciplina não se adequa à contexto econômico, social e ambiental local e regional, contudo por estarmos em matriz de transição de PPC, esta disciplina será ainda ofertada nos até o semestre 2021.1.
- Alteração da quantidade de créditos da disciplina Projeto Integrador II, que antes ofertava 4 (quatro) créditos e agora passa a ofertar 2 (dois) créditos.

9 PROGRAMA DE COMPONENTE CURRICULAR – PCC (pág. 33)

- Retirada dos conteúdos programáticos das ementas com a intenção de flexibilizar alguns componentes para que os docentes possam delinear em seu plano de ensino as características da região.
- Criação de ementa para disciplina Sociedade e Natureza. (pág. 39)
- Reformulação de ementas para as disciplinas:
Saneamento Ambiental, III período. (pág. 53)
Cartografia e Geoprocessamento, III período. (pág. 48)
Economia, Meio Ambiente e Empreendedorismo, IV período. (pág. 55)
- Exclusão da ementa da disciplina Sistemas Energéticos (IV período).

10 ESTÁGIO CURRICULAR (pág. 59)

- (2º §) Inserção da Resolução Nº 06, de 29 de março de 2016. (pág. 59)
- (3º §) Alteração da Carga Horária de Estágio, para 150 horas. (pág. 59)
- Exclusão de parágrafo dispendo sobre as condições para a realização do estágio, “...40% da atividade a partir do I período, por meio da participação em projetos de pesquisa e/ou extensão, participação em eventos técnico-científicos e similares e mini-cursos devidamente certificados pelas instituições promotoras.”
- (8º §) Alteração de texto no parágrafo “Caso o discente seja reprovado, fica a critério da banca avaliadora a necessidade de reelaboração do relatório de estágio para uma nova defesa ou reprovação e realização de novo estágio com prazo definido.” (pág. 60)
- Alteração da carga horária mínima de estágio, 150 horas, para obtenção do diploma. (pág. 60)
- (9º §) Inserção de parágrafo dispendo de informações quanto ao cumprimento, apresentação de relatório, entrega de versão final do relatório e protocolamento. (pág. 60)
- (10º§) Inserção de parágrafo dispendo de informações quanto aos prazos e detalhamentos na Regulamentação de Estágio Curricular dos Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio do IF Baiano, e análise dos casos omissos junto ao colegiado do curso. (pág. 60)
- Inclusão dos subitens:

- **Aproveitamento de Atividades para fins de Estágio** (pág. 60)
- **Das Atividades Profissionais** (pág. 61)
- **Das Atividades de Pesquisa e Extensão** (pág. 61)
- **Da Sistematização da Experiência de Estágio** (pág. 61)
- **Do Relatório Técnico** (pág. 62)
- **Do Artigo Científico** (pág. 62)

12 AVALIAÇÃO (pág. 63)

Do Processo de Ensino-Aprendizagem

- Alteração do último parágrafo quanto as exigências da Resolução 03 de 2019 e Resolução 19 de 2019 do IF Baiano, Atendimento Educacional Especializado.

13 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS (pág. 64)

- Inclusão dos parágrafos 3º, 4º 5º e 6º dispondo de informações quanto Programas de Inclusão aos discentes, oferecendo condições para sua permanência nos cursos ofertados, conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). (págs. 64 e 65)

Programas de Nivelamento (pág. 65)

- Reformulação de todos os parágrafos que dispõem informações sobre o Programa de Nivelamento, segundo a Resolução nº 21/2015.

Programas de Monitoria (pág. 65)

- Reformulação de todos os parágrafos que dispõem informações sobre o Programa de Monitoria, segundo a Resolução 08/2016, e apresentação ordenada dos critérios para o desenvolvimento desta atividade. (págs. 65, 66 e 67)

Programas de Tutoria Acadêmica (pág. 67)

- Reformulação de todos os parágrafos que dispõem informações sobre o Programa de Tutoria Acadêmica, segundo a Resolução 20/2015, e apresentação ordenada dos critérios para o desenvolvimento desta atividade. (págs. 67 e 68)

Programas de Assistência Estudantil (pág. 68)

- Reformulação de todos os parágrafos que dispõem informações sobre o Programa de Assistência Estudantil, segundo a Resolução 01/2019, em um conjunto de princípios norteadores para o desenvolvimento de programas e linhas de ações para a intervenção na realidade social, a partir da instituição de alguns programas, a citar o Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante (PAISE), o Programa de Acompanhamento Psicossocial e Pedagógico (PROAP), o Programa de Incentivo à Cultura, Esporte e Lazer (PINCEL), dentre outros. (págs. 68 e 69)

Inclui ainda:

Núcleo de Apoio ao Processo de Ensino-Aprendizagem, Permanência e Êxito de Educando – NUAPE (pág. 69)

Sistema de Acompanhamento de Egressos (pág. 69)

Inclusão dos parágrafos 3º, 4º, 5º, 6º e 7º dispondo de informações quanto ao desenvolvimento do Programas de Acompanhamento de Egressos considerando todas as reformulações e adaptações apresentadas doPDI e PPPI. (págs. 69 e 70)

Inclui ainda:

Programa de Apoio a Eventos Artísticos, Culturais e Científicos (pág. 70)

Política de Diversidade e Inclusão (pág. 71)

- Adequação à Resolução nº 12/2012.

Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (pág. 71)

Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) (pág. 72)

- Adequação do 5º parágrafo à realidade do *campus* Valença. (pág. 73)

Programas de Pesquisa e Extensão (pág. 73)

- Reformulação de todos os parágrafos que dispõem informações sobre os programas de pesquisa e extensão institucionais.

14 INFRAESTRUTURA (pág. 74)

- Inclusão do novo pavilhão anexo “Mulheres Mil” com 02 banheiros para os discentes (01 feminino e 01 masculino).

15 PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO (pág. 77)

- Alteração da relação dos docentes (Tabela 3) e dos servidores técnicos administrativos (Tabela 4) que atuam no curso. (págs. 77 a 80)

16 CERTIFICADOS E DIPLOMAS (pág. 81)

- Inclusão dos itens (d), (e) e (f), dispondo informações sobre registro do diploma, certificação de módulos concluídos e validade do diplomas e certificados, respectivamente.

17 REFERÊNCIAS (pág. 82)

- Adequação das referências de acordo com as alterações feitas no documento, bem como as normas da ABNT.

1. Matriz Curricular Vigente- PPC Aprovado em 2012

MATRIZ CURRICULAR					
CURSO TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE - Modalidade Subsequente - Campus Valença					
COMPONENTES CURRICULARES	Semestre (Nº de Aulas Semanais)			Horas/ aula	Hora/ relógio
	1º	2º	3º		
Leitura e Produção Textual	3			60	45
Iniciação à Metodologia Científica	3			60	45
Informática	2			40	30
Inglês Instrumental	2			40	30
Antropologia Cultural	2			40	30
Fundamentos de Economia	3			60	45
Legislação Ambiental	3			60	45
Tópicos Especiais em Geografia Ambiental	4			80	60
Diversidade e Evolução Biológica	3			60	45
TOTAL DO SEMESTRE	25			500	375
Avaliação de Impactos Ambientais e Sistema de Licenciamento Ambiental		2		40	30
Estatística		3		60	45
Educação Ambiental		3		60	45
Energias Renováveis e Não-Renováveis		3		60	45
Ecologia		3		60	45
Química Analítica e Ambiental		4		80	60
Gestão dos Resíduos Sólidos		3		60	45
Turismo e Desenvolvimento Regional		2		40	30
Tópicos especiais I: Princípios de Agroecologia e Agropecuária para o Técnico de Meio Ambiente		2		40	30
TOTAL DO SEMESTRE		25		500	375
Segurança do Trabalho, Saúde e Meio Ambiente			3	60	45
Saneamento Ambiental			3	60	45
Planejamento e Gestão Ambiental			3	60	45
Manejo e Recuperação de Áreas Degradadas			3	60	45
Gestão de Recursos Hídricos			3	60	45
TOTAL DO SEMESTRE			15	300	225
TOTAL DO CURSO HORA/AULA				1300	
TOTAL DO CURSO HORA/RELÓGIO				975	
ESTÁGIO SUPERVISIONADO				150	

Documento Digitalizado Público

PPC reformulado 2020 - Curso Técnico Subsequente em Meio Ambiente

Assunto: PPC reformulado 2020 - Curso Técnico Subsequente em Meio Ambiente

Assinado por: Izaclaudia Cruz

Tipo do Documento: Projeto

Situação: Finalizado

Nível de Acesso: Público

Tipo do Conferência: Documento Original e Cópia

Documento assinado eletronicamente por:

- Izaclaudia Santana da Cruz, DIRETOR- SUBSTITUTO - VAL-DDE, em 12/01/2020 17:03:24.

Este documento foi armazenado no SUAP em 12/01/2020. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifbaiano.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 36465

Código de Autenticação: 8abbadffb5





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
Campus Valença

OFICIO 2/2020 - VAL-DDE/VAL-DG/RET/IFBAIANO

Valença, 12 de janeiro de 2020

Ao Sr. Geovane Guimarães
Diretor Geral do IF Baiano, campus Valença

Assunto: Encaminha processo de reformulação do PPC do Curso Técnico
Subsequente em Meio Ambiente

Senhor diretor,

Encaminho o PPC reformulado do Curso Técnico Subsequente em Meio Ambiente para encaminhamento e parecer da PROEN e CONSUP. Destaco que as reformulações foram feitas pelo NAP e modificaram a matriz curricular do curso, promoveram a adequação da hora aula para 1 hora relógio conforme Organização Didática, bem como alteração da carga horária e texto do estágio supervisionado para 150 horas relógio e

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente por:

- Izaclaudia Santana da Cruz, DIRETOR - SUBSTITUTO - VAL-DDE, em 12/01/2020 16:52:13.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 12/01/2020. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifbaiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 12789

Código de Autenticação: eee44e23ec





Rua Glicério Tavares, S/N, Bate Quente, VALENÇA / BA, CEP 45400-000

Fone: (75) 3641-5270



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
Campus Valença
CAMPUS VALENÇA

Despacho:

Encaminho o PPC reformulado do Curso Técnico Subsequente em Meio Ambiente do Campus Valença.

Assinatura:

Despacho assinado eletronicamente por:

- Geovane Lima Guimaraes, DIRETOR - CD2 - VAL-DG, VAL-DG, em 13/01/2020 14:24:16.



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
Reitoria
PRO-REITORIA DE ENSINO

Despacho:

Prezada Diretora Acadêmica, Encaminho processo de reformulação do PPC de Meio Ambiente Subsequente para as seguintes correções: Total da Carga Horária do curso registrado na Matriz de 1280h não corresponde ao total dos elementos curriculares de 1320h. Identificamos ainda que o total de Carga Horária Relógio do IV Semestre de 260h não corresponde ao total de Carga Horária Relógio de 300h.

Assinatura:

Despacho assinado eletronicamente por:

- Estacio Moreira da Silva, PRO-REITOR - SUBSTITUTO - RET-PROEN, RET-PROEN, em 13/01/2020 20:24:55.

Documento Digitalizado Público

PPC MEIO AMBIENTE COM AJUSTES DE CARGA HORÁRIA

Assunto: PPC MEIO AMBIENTE COM AJUSTES DE CARGA HORÁRIA
Assinado por: Gilson Silva
Tipo do Documento: Diversos
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

■ Gilson Antunes da Silva, DIRETOR - CD3 - VAL-DDE, em 23/01/2020 12:59:51.

Este documento foi armazenado no SUAP em 23/01/2020. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifbaiano.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código 38471
Verificador: 3f7d9845f1
Código de
Autenticação:





Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
Campus Valença
DIRETORIA DE ENSINO

Despacho:

Prezado Pró-Reitor, em virtude da urgência, encaminho diretamente para Vossa Senhoria a versão do PPC do Curso Subsequente em Meio Ambiente deste campus com carga horária de números inteiros e total geral entre 1200 a 1260, atendendo à solicitação dessa Pró-Reitoria.

Assinatura:

Despacho assinado eletronicamente por:

- Gilson Antunes da Silva, DIRETOR - CD3 - VAL-DDE, VAL-DDE, em 23/01/2020 13:03:56.



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
Reitoria
PRO-REITORIA DE ENSINO

Despacho:

Prezado Diretor, Solicito submissão do processo de reformulação do curso técnico em Meio Ambiente Subsequente ao NAP, apensar documentos previstos na Resolução 48 e retorno imediato a essa Pró-Reitoria para análise e deliberações. Em tempo informo que já cadastramos a matriz no SUAP para o campus proceder com a matrícula dos estudantes novos do referido curso.

Assinatura:

Despacho assinado eletronicamente por:

- Estacio Moreira da Silva, PRO-REITOR - SUBSTITUTO - RET-PROEN, RET-PROEN, em 02/02/2020 16:58:06.



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
Campus Valença
GABINETE

Despacho:

Ao Diretor-Geral para ciência e deliberação.

Assinatura:

Despacho assinado eletronicamente por:

- Debora Pollyana Ribeiro Santos Souza Bartoly Duart, CHEFE DE GABINETE - FAG - VAL-GAB, VAL-GAB, em 04/02/2020 07:07:08.



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
Campus Valença
CAMPUS VALENÇA

Despacho:

Encaminhado para atendimento à solicitação da PROEN.

Assinatura:

Despacho assinado eletronicamente por:

- Geovane Lima Guimaraes, DIRETOR - CD2 - VAL-DG, VAL-DG, em 04/02/2020 20:50:53.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
Campus Valença

PORTARIA 62/2019 - VAL-GAB/VAL-DG/RET/IFBAIANO, de 7 de outubro de 2019

Altera Portaria N° 049 de 16 de julho de 2018, que Designa Núcleo de Assessoria Pedagógica do Curso Técnico em Meio Ambiente (Subsequente) do IF Baiano, *Campus Valença*.

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO, *CAMPUS VALENÇA*, no uso da competência delegada pela Portaria n° 1687 de 18/09/19, publicada no SUAP em 19/09/19, de acordo com as disposições contidas na Lei n° 11.892 de 29/12/2008 e Lei n°8.112/1990, **RESOLVE:**

Art. 1° Alterar a Portaria N° 049 de 16 de julho de 2018 que designa Núcleo de Assessoria Pedagógica do Curso Técnico em Meio Ambiente (Subsequente) do IF Baiano, *Campus Valença*.

Art. 2° A referida comissão passa a ter seguinte composição:

SERVIDOR(A)	CARGO	MATRÍCULA SIAPE	FUNÇÃO
Jaderson Danilo dos Santos	Docente do EBTT	1082049	Presidente
Maria Iraildes de Almeida Silva Matias	Docente do EBTT	1865283	Membro
Jamille Arnaut Brito Moraes	Técnica em Assuntos Educaçãoais	2186444	Membro
Eduardo Alvares Da Silva Barcelos	Docente do EBTT	3037855	Membro

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Documento assinado eletronicamente por:

- Johnathan da Silva Bonfim, DIRETOR - SUBSTITUTO - VAL-OG, em 07/10/2019 15:21:32.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 07/10/2019. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <http://suap.fbaiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 4137

Código de Autenticação: 5c46a38802



Rua Glicério Tavares, S/N, Bate Quente, VALENÇA / BA, CEP 45400-000

Fone: (75) 3641-5270

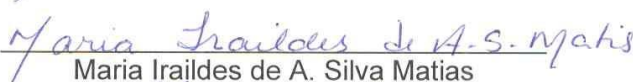


ATA DA REUNIÃO DO NÚCLEO DE ACESSORIA PEDAGÓGICA (NAP) DO
CURSO SUBSEQUENTE EM MEIO AMBIENTE

Ao décimo primeiro dia do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, às 09:00 horas, na sala de reuniões, reuniram-se os membros do Núcleo de Assessoria Pedagógica de Curso do Subsequente em Meio Ambiente, e estiveram presentes os docentes: Jaderson Danilo dos Santos, Eduardo Barcelos, Maria Iraíldes Matias, a técnica em assuntos educacionais Jamille A. Brito Moraes, e a Coordenadora de Ensino Izaclaudia Santana da Cruz (convidada). Verificada a existência de coro, o professor Jaderson iniciou a reunião pontuando uma análise aprofundada entre as duas propostas de reformulação, no sentido de avaliar o peso dessas alterações em dentro da perspectiva de cada turno. Para isso foi levado em consideração os seguintes tópicos de discussão: Quantidade de disciplinas por período, Perfil dos discentes por turno, Evasão discente e Disponibilidade de tempo e viabilidade do Estágio. Feito isso, o núcleo decidiu que é imprescindível abrir esta discussão para todo corpo docente deste curso, para então dar seguimento a este processo. Nada tendo mais a tratar a reunião foi encerrada. Eu, Jaderson Danilo dos Santos, coordenador do curso, lavrei e assinei a seguinte ata às 12h00.

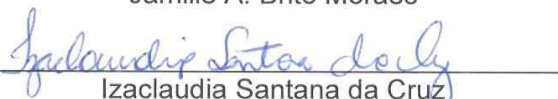
Valença-BA, 11 de dezembro de 2019.


Jaderson Danilo dos Santos


Maria Iraíldes de A. Silva Matias


Eduardo Alvaes da Silva Barcelos


Jamille A. Brito Moraes


Izaclaudia Santana da Cruz




ATA DA REUNIÃO DO NÚCLEO DE ACESSORIA PEDAGÓGICA (NAP) DO CURSO SUBSEQUENTE EM MEIO AMBIENTE

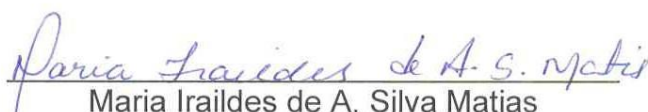
Ao quinto dia do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, às 16:30 horas, na sala de reuniões, reuniram-se os membros do Núcleo de Assessoria Pedagógica de Curso do Subsequente em Meio Ambiente, e estiveram presentes os docentes: Jaderson Danilo dos Santos, Eduardo Barcelos, Maria Iraíldes Matias, e a Coordenadora de Ensino Izaclaudia Santana da Cruz (convidada). Verificada a existência de coro, o professor Jaderson iniciou a reunião pontuando as mudanças necessárias para o enquadramento de nova carga horária de 50 para 60 minutos, conforme a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Em seguida foram analisadas as possibilidades de mudanças de quantidades de disciplinas e dos créditos por semestres, bem como da mudança de disciplinas entres os mesmos, organizados da seguinte forma: I período que tinha 9 disciplinas passa a ter 8, sendo transferida a disciplina de Legislação e Políticas ambientais para o IV período. Além disso, a disciplina de Gestão de Resíduos Sólidos passa a integrar o corpo da disciplina Saneamento Ambiental que é ofertada no III período, neste sentido, para suprir a necessidade de uma disciplina de base conceitual das questões ambientais, foi proposta a criação de nova disciplina, Sociedade e Natureza, cuja ementa será elaborada por este núcleo, com participação do(a) professor(a) da disciplina. Para o II período foi proposta a alteração dos créditos das disciplinas Educação Ambiental e Iniciação à Metodologia Científica, ambas de 3 créditos passam a ter 2 créditos. No III período, A disciplina de Economia e Meio Ambiente (2 créditos), passa a integrar o corpo da disciplina Empreendedorismo (2 créditos), alterando o nome da disciplina para Economia, Meio Ambiente e Empreendedorismo, totalizando 3 créditos. Também foi proposto a alteração do nome e quantidade de créditos da disciplina Gestão Ambiental (3 créditos), para Planejamento e Gestão Ambiental (2 créditos). Continuando com as alterações de nome de disciplinas, foi proposto que Topografia e Geoprocessamento passasse a se chamar Cartografia e Geoprocessamento,

mantendo a mesma quantidade de 3 créditos. A ementa referente a esta mudança será elaborada por esse núcleo com participação do(a) professor(a) da disciplina. Por fim, no IV semestre para além da migração de novas disciplinas, pensou-se na alteração da quantidade de créditos da disciplina Projeto Integrador II, que de 4 créditos passará ter 2 créditos. Tais considerações foram feitas através da sondagem com os(as) professores(as) da disciplina. Nada tendo mais a tratar a reunião foi encerrada. Eu, Jaderson Danilo dos Santos, coordenador do curso, lavrei e assinei a seguinte ata às 17h00.

Valença-BA, 05 de novembro de 2019.



Jaderson Danilo dos Santos



Maria Iraildes de A. Silva Matias



Eduardo Alvares da Silva Barcelos



Izaclaudia Santana da Cruz



ATA DA REUNIÃO DO NÚCLEO DE ACESSORIA PEDAGÓGICA (NAP) DO CURSO SUBSEQUENTE EM MEIO AMBIENTE

Ao sétimo dia do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, às 15:00 horas, na sala de reuniões, reuniram-se os membros do Núcleo de Assessoria Pedagógica de Curso do Subsequente em Meio Ambiente, e estiveram presentes os docentes: Jaderson Danilo dos Santos, Eduardo Barcelos, e Maria Iraildes Matias. Verificada a existência de coro, o professor Jaderson iniciou a reunião pontuando as mudanças anteriormente pensadas na ultima reunião, porém em discussão com o núcleo, bem como as considerações outros docentes do curso, pensou-se numa segunda proposta de reformulação, que tem como objetivo principal a redução do tempo de permanência do discente no curso, então organizada da seguinte forma: O curso técnico em Meio Ambiente passaria de 4 semestres para 3 semestres. No I período seriam ofertadas 8 disciplinas: Antropologia Cultural, Ecologia Aplicada, Geografia Ambiental, Sociedade e Natureza, Informática, Inglês Instrumental, Leitura e Produção Textual e

Solos, todas com 2 créditos. Para o II período pensou-se na oferta de 9 disciplinas, sendo elas: Agroecologia (2 créditos), Avaliação de Impactos Ambientais (3 créditos), Ecossistemas Aquáticos (2 créditos), Educação Ambiental (2 créditos), Iniciação à Metodologia Científica (2 créditos), Manejo e Conservação da Biodiversidade (3 créditos), Química Ambiental (2 créditos), Ambiente, Sociedade e Saúde (3 créditos) e Projeto Integrador I (1 crédito). Por fim, no III período, pensou-se na oferta de 9 disciplinas, sendo elas: Planejamento e Gestão Ambiental (2 créditos), Gestão de Recursos Hídricos (3 créditos), Manejo e Recuperação de Áreas Degradadas (3 créditos), Saneamento Ambiental (3 créditos), Cartografia e Geoprocessamento (3 créditos), Legislação e Políticas Ambientais (3 créditos), Economia, Meio Ambiente e Empreendedorismo (3 créditos), Turismo e Desenvolvimento Regional (2 créditos) e Projeto Integrador II (2 créditos). A distribuição de disciplinas e adequação dos créditos das mesmas está sujeita a



ATA DA REUNIÃO DO NÚCLEO DE ACESSORIA PEDAGÓGICA (NAP) DO CURSO SUBSEQUENTE EM MEIO AMBIENTE

Ao décimo sétimo dia do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, às 14h00min, na sala do I período de Meio Ambiente, reuniram-se os membros do Núcleo de Assessoria Pedagógica de Curso do Subsequente em Meio Ambiente, e estiveram presentes os docentes: Jaderson Danilo dos Santos, Eduardo Barcelos, e Maria Iraildes Matias, e também foram convidados todos os docentes do curso técnico em Meio Ambiente Subsequente, e estiveram presentes: Mônica Pacheco da Silva, Gabriela Marinho Maciel Santiago, Paulo Assis Cavalcanti Nascimento, Carla Moraes Pereira Nascimento, Dislene Cardoso de Brito e Izaclaudia Santana da Cruz (professora do curso e Coordenadora Geral de Ensino). Verificada a existência de coro, o professor Jaderson iniciou a reunião pontuando uma análise aprofundada entre as duas propostas de reformulação, já previamente discutidas pelo núcleo, no sentido de avaliar o peso dessas alterações em dentro da perspectiva de cada turno. Para isso foi levado em consideração os seguintes tópicos de discussão: Quantidade de disciplinas por período, Perfil dos discentes por turno, Evasão discente, Estágio, e Disponibilidade de horário docente. Feita as considerações por todos os participantes, o núcleo decidiu que a proposta mais adequada para a realidade do curso é a Proposta 1 (de quatro semestres com alterações na distribuição de disciplinas por períodos, criação de nova disciplina, alteração de nome de disciplina, e também alteração dos créditos em algumas delas). A partir disso o núcleo dará prosseguimento as formatações e adequações desta reformulação. Nada tendo mais a tratar a reunião foi encerrada. Eu, Jaderson Danilo dos Santos, coordenador do curso, lavrei e assinei a seguinte ata às 18h e 30 minutos.

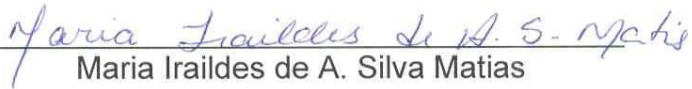
Valença-BA, 17 de dezembro de 2019.



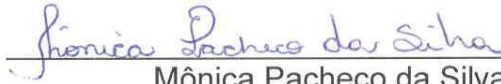
Jaderson Danilo dos Santos



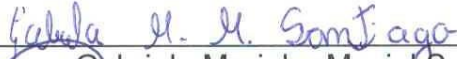
Eduardo Alvares da Silva Barcelos



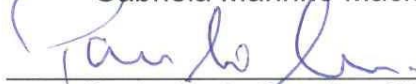
Maria Iraildes de A. Silva Matias



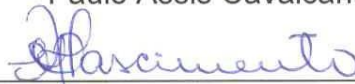
Mônica Pacheco da Silva



Gabriela Marinho Maciel Santiago



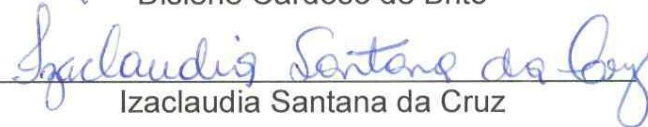
Paulo Assis Cavalcanti Nascimento



Carla Moraes Pereira Nascimento



Dislene Cardoso de Brito



Izaclaudia Santana da Cruz

Documento Digitalizado Público

ATAS DE REUNIÃO DO NAP - MEIO AMBIENTE VALENÇA

Assunto: ATAS DE REUNIÃO DO NAP - MEIO AMBIENTE VALENÇA
Assinado por: Gilson Silva
Tipo do Documento: ATA
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

■ Gilson Antunes da Silva, DIRETOR - CD3 - VAL-DDE, em 12/02/2020 12:19:05.

Este documento foi armazenado no SUAP em 12/02/2020. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifbaiano.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código 44631
Verificador: af14a8cb9f
Código de
Autenticação:





Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
Campus Valença
DIRETORIA DE ENSINO

Despacho:

Prezado, solicito que reencaminhe este processo à Pró-Reitoria de Ensino, uma vez que já foi sanado o problema. Faltavam as Atas de reunião do Núcleo de Assessoria Pedagógica do Curso Técnico em Meio Ambiente (Subsequente).

Assinatura:

Despacho assinado eletronicamente por:

- Gilson Antunes da Silva, DIRETOR - CD3 - VAL-DDE, VAL-DDE, em 12/02/2020 12:20:59.



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
Campus Valença
CAMPUS VALENÇA

Despacho:

Prezados, segue o PPC do Curso Técnico em Meio Ambiente (Subsequente) do Campus Valença, após a inclusão das atas das reuniões do Núcleo de Assessoria Pedagógica.

Assinatura:

Despacho assinado eletronicamente por:

- Geovane Lima Guimaraes, DIRETOR - CD2 - VAL-DG, VAL-DG, em 13/02/2020 10:51:19.



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
Reitoria
PRO-REITORIA DE ENSINO

Despacho:

À DPDE, para conhecimento e devidos encaminhamentos.

Assinatura:

Despacho assinado eletronicamente por:

- Ariomar Rodrigues dos Santos, PRO-REITOR - CD2 - RET-PROEN, RET-PROEN, em 13/02/2020 13:41:29.



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
Reitoria
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E POLITICA DE ENSINO

Despacho:

Prezada Coordenadora, Encaminho processo para análise e parecer.

Assinatura:

Despacho assinado eletronicamente por:

- Estacio Moreira da Silva, DIRETOR - CD3 - RET-DPPE, RET-DPPE, em 28/02/2020 14:47:42.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO GERAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL

PARECER

Interessado: Diretoria Acadêmica	Origem: VAL-VAL-DG
Relatora: Andréia Rêgo da Silva Reis	Data: 07/04/2020
Processo N°. 23336.250030.2020-21	
PARECER DPDE/CGEBP N°: 39/2020	
ASSUNTO: Reformulação Curricular do Curso Técnico em Meio Ambiente Subsequente ao Ensino Médio- <i>Campus</i> Valença	

1. Análise do Processo **23336.250030.2020-21** de Reformulação Projeto Pedagógico do Curso em Meio Ambiente Subsequente ao Ensino Médio- *Campus* Valença, considerando a Resolução N° 48, de 17 de dezembro de 2014, Organização Didática e demais Regulamentações:

O Processo eletrônico de Reformulação do PPC atende aos seguintes itens:

ITEM	SITUAÇÃO	OBSERVAÇÕES
Identificação da Instituição (Nome, Campus de Origem, n° do processo, etc)	<input checked="" type="checkbox"/> Atendido <input type="checkbox"/> Não Atendido <input type="checkbox"/> Atendido Parcialmente <input type="checkbox"/> Não se Aplica	
Atende ao padrão de processos do IF BAIANO	<input type="checkbox"/> Atendido <input type="checkbox"/> Não Atendido <input checked="" type="checkbox"/> Atendido Parcialmente <input type="checkbox"/> Não se Aplica	No PPC conta no Histórico de Criação do Curso o Número da Portaria, entretanto, observa-se a ausência da Portaria do NAP, conforme preconiza a Resolução n° 48. As versões do PPC em vigência (2016) e a reformulada se encontram em um mesmo arquivo. Recomendação:

		Reorganizar o processo, inserindo a Portaria do NAP e desmembrando os arquivos do PPC Reformulado e a versão em vigência, de modo o processo ficar estruturado conforme a Resolução, nº48.
Portaria de Criação do Núcleo de Assessoramento Pedagógico	<input type="checkbox"/> Atendido <input checked="" type="checkbox"/> Não Atendido <input type="checkbox"/> Atendido Parcialmente <input type="checkbox"/> Não se Aplica	Recomendação: Inserir a Portaria de Criação do NAP
Atas das Reuniões do Núcleo de Assessoramento Pedagógico	<input checked="" type="checkbox"/> Atendido <input type="checkbox"/> Não Atendido <input type="checkbox"/> Atendido Parcialmente <input type="checkbox"/> Não se Aplica	Recomendação:
Memorial descritivo das modificações (alteração, inclusão e supressão) realizadas no PPC, identificando as folhas.	<input type="checkbox"/> Atendido <input checked="" type="checkbox"/> Não Atendido <input type="checkbox"/> Atendido Parcialmente <input type="checkbox"/> Não se Aplica	A descrição das alterações realizadas no PPC consta no Ofício nas atas do NAP, entretanto, não consta no processo o memorial descritivo, conforme a Resolução nº 48. Recomendação: Inserir o documento memorial descritivo.
Projeto Pedagógico do Curso anterior às Reformulações	<input checked="" type="checkbox"/> Atendido <input type="checkbox"/> Não Atendido <input type="checkbox"/> Atendido Parcialmente	.O projeto consta no processo, mas em arquivo único com a versão reformulada. Assim, recomenda-se desmembrar os arquivos, pensando os documentos separadamente no mesmo processo

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

ITEM		SITUAÇÃO	OBSERVAÇÕES
Capa/ Contracapa	Curso	<input checked="" type="checkbox"/> Atendido <input type="checkbox"/> Não Atendido <input type="checkbox"/> Atendido Parcialmente <input type="checkbox"/> Não se Aplica	
	Modalidade	<input type="checkbox"/> Atendido <input type="checkbox"/> Não Atendido <input checked="" type="checkbox"/> Atendido Parcialmente <input type="checkbox"/> Não se Aplica	Recomendação: Inserir a modalidade de oferta do curso na Capa do PPC
	Eixo Tecnológico	<input type="checkbox"/> Atendido <input checked="" type="checkbox"/> Não Atendido	Recomendação: Inserir o eixo tecnológico do

		() Atendido Parcialmente () Não se Aplica	Curso na Capa do PPC
	Número de Resolução da Aprovação da Criação/ Alteração do projeto	(x) Atendido () Não Atendido () Atendido Parcialmente () Não se Aplica	
Identificação da Instituição e Créditos	Reitor	(x) Atendido () Não Atendido () Atendido Parcialmente () Não se Aplica	
	Relação das Pró – Reitorias	(x) Atendido () Não Atendido () Atendido Parcialmente () Não se Aplica	
	Diretor de Campus	(x) Atendido () Não Atendido () Atendido Parcialmente () Não se Aplica	
	Relação das demais Diretorias do Campus	(x) Atendido () Não Atendido () Atendido Parcialmente () Não se Aplica	
	Grupo de Trabalho	(x) Atendido () Não Atendido () Atendido Parcialmente () Não se Aplica	
Dados de Identificação do Curso	Nome do Curso	(x) Atendido () Não Atendido () Atendido Parcialmente () Não se Aplica	
	Forma de Desenvolvimento	(x) Atendido () Não Atendido () Atendido Parcialmente () Não se Aplica	

Modalidade de Oferta	<input type="checkbox"/> Atendido <input checked="" type="checkbox"/> Não Atendido <input type="checkbox"/> Atendido Parcialmente <input type="checkbox"/> Não se Aplica	Recomendação: Inserir a informação sobre a modalidade de oferta do curso
Habilitação	<input checked="" type="checkbox"/> Atendido <input type="checkbox"/> Não Atendido <input type="checkbox"/> Atendido Parcialmente <input type="checkbox"/> Não se Aplica	
Regime Acadêmico	<input checked="" type="checkbox"/> Atendido <input type="checkbox"/> Não Atendido <input type="checkbox"/> Atendido Parcialmente <input type="checkbox"/> Não se Aplica	Recomendação: Sugere-se substituir o título Organização por Regime Acadêmico
Local de Oferta	<input checked="" type="checkbox"/> Atendido <input type="checkbox"/> Não Atendido <input type="checkbox"/> Atendido Parcialmente <input type="checkbox"/> Não se Aplica	
Turno de Funcionamento	<input checked="" type="checkbox"/> Atendido <input type="checkbox"/> Não Atendido <input type="checkbox"/> Atendido Parcialmente <input type="checkbox"/> Não se Aplica	
Número de Vagas	<input checked="" type="checkbox"/> Atendido <input type="checkbox"/> Não Atendido <input type="checkbox"/> Atendido Parcialmente <input type="checkbox"/> Não se Aplica	.
Duração Mínima do Curso	<input checked="" type="checkbox"/> Atendido <input type="checkbox"/> Não Atendido <input type="checkbox"/> Atendido Parcialmente <input type="checkbox"/> Não se Aplica	
Periodicidade de Oferta	<input checked="" type="checkbox"/> Atendido <input type="checkbox"/> Não Atendido <input type="checkbox"/> Atendido Parcialmente <input type="checkbox"/> Não se Aplica	
Período de Integralização (o dobro previsto para o prazo mínimo)	<input checked="" type="checkbox"/> Atendido <input type="checkbox"/> Não Atendido <input type="checkbox"/> Atendido Parcialmente <input type="checkbox"/> Não se Aplica	
Carga Horária Total (hora-aula 60 min, exceto Proeja noturno)	<input checked="" type="checkbox"/> Atendido <input type="checkbox"/> Não Atendido <input type="checkbox"/> Atendido Parcialmente <input type="checkbox"/> Não se Aplica	

Apresentação	<input checked="" type="checkbox"/> Atendido <input type="checkbox"/> Não Atendido <input checked="" type="checkbox"/> Atendido Parcialmente <input type="checkbox"/> Não se Aplica	
Justificativa	<input checked="" type="checkbox"/> Atendido <input type="checkbox"/> Não Atendido <input checked="" type="checkbox"/> Atendido Parcialmente <input type="checkbox"/> Não se Aplica	Recomendação: Atualizar os dados sobre o quantitativo de Campi do IF Baiano no tem Caracterização do Campus.
Objetivo Geral	<input checked="" type="checkbox"/> Atendido <input type="checkbox"/> Não Atendido <input type="checkbox"/> Atendido Parcialmente <input type="checkbox"/> Não se Aplica	
Objetivos Específicos	<input checked="" type="checkbox"/> Atendido <input type="checkbox"/> Não Atendido <input type="checkbox"/> Atendido Parcialmente <input type="checkbox"/> Não se Aplica	
Perfil do Egresso	<input checked="" type="checkbox"/> Atendido <input type="checkbox"/> Não Atendido <input type="checkbox"/> Atendido Parcialmente <input type="checkbox"/> Não se Aplica	Rever o tempo verbal está, apresentado na segunda linha do item perfil do egresso.: (Futuro estará)
Perfil do Curso	<input checked="" type="checkbox"/> Atendido <input type="checkbox"/> Não Atendido <input type="checkbox"/> Atendido Parcialmente <input type="checkbox"/> Não se Aplica	Recomendação: Rever o tempo verbal possibilita apresentado na primeira linha do segundo parágrafo item perfil do curso (pag. 28) (Futuro possibilitará)
Requisitos de Ingresso	<input checked="" type="checkbox"/> Atendido <input type="checkbox"/> Não Atendido <input type="checkbox"/> Atendido Parcialmente <input type="checkbox"/> Não se Aplica	
Organização Curricular do Curso	<input checked="" type="checkbox"/> Atendido <input type="checkbox"/> Não Atendido <input type="checkbox"/> Atendido Parcialmente <input type="checkbox"/> Não se Aplica	
Estrutura Curricular	<input checked="" type="checkbox"/> Atendido <input type="checkbox"/> Não Atendido <input type="checkbox"/> Atendido Parcialmente <input type="checkbox"/> Não se Aplica	

Orientações Metodológicas	<input checked="" type="checkbox"/> Atendido <input type="checkbox"/> Não Atendido <input type="checkbox"/> Atendido Parcialmente <input type="checkbox"/> Não se Aplica	
Matriz Curricular	<input checked="" type="checkbox"/> Atendido <input type="checkbox"/> Não Atendido <input type="checkbox"/> Atendido Parcialmente <input type="checkbox"/> Não se Aplica	Recomendação: Corrigir a informação no espaço em que se registra a o total da carga horária aula que conta 1280.
Ementas	<input checked="" type="checkbox"/> Atendido <input type="checkbox"/> Não Atendido <input type="checkbox"/> Atendido Parcialmente <input type="checkbox"/> Não se Aplica	Recomendação: Desmarcar os códigos que se encontram com marcação em amarelo no quadro das ementas. Padronizar o ementário com o modelo estabelecido para Cursos Técnicos, conforme Orientação Pedagógica de Reformulação dos Cursos da EPTNM (sem a apresentação de conteúdos programáticos). Corrigir a informação quanto a carga horária total e carga horária aula/semana do Componente Curricular Sistemas Energéticos, apresentada na ementa, tendo em vista que se difere da matriz que consta carga horária de 60 (sessenta) horas e 3(três) aulas por semana.
Estágio Supervisionado	<input checked="" type="checkbox"/> Atendido <input type="checkbox"/> Não Atendido <input type="checkbox"/> Atendido Parcialmente <input type="checkbox"/> Não se Aplica	Recomendação: Na segunda linha do 5º parágrafo do item Estágio Supervisionado o termo subsequente é apresentado como modalidade de oferta do curso. Recomenda-se a correção, tendo em vista que Subsequente é a forma de articulação. Para a conclusão do Curso da ETNM será emitido o Diploma de Técnico de Nível Médio na habilitação profissional cursada.

		<p>No que diz respeito ao curso na forma subsequente, poderá ser concedida a certificação por módulos concluídos. Assim, recomenda-se rever o trecho a seguir:</p> <p>“O aluno que não realizar o Estágio Curricular ficará impossibilitado de receber o certificado de conclusão do curso e o Diploma”, tendo em vista que, conforme a Organização Didática, ao concluir o curso, o estudante receberá o Diploma de Técnico de Nível Médio na habilitação profissional cursada</p>
<p>Critérios de aproveitamento de Estudos e Certificação de Conhecimentos Anteriores (Apenas para subsequente, e Integrado na Modalidade EJA, conforme OD)</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Atendido <input type="checkbox"/> Não Atendido <input type="checkbox"/> Atendido Parcialmente <input type="checkbox"/> Não se Aplica</p>	
<p>Avaliação do Processo Ensino Aprendizagem</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Atendido <input type="checkbox"/> Não Atendido <input type="checkbox"/> Atendido Parcialmente <input type="checkbox"/> Não se Aplica</p>	
<p>Pesquisa e Extensão</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Atendido <input type="checkbox"/> Não Atendido <input type="checkbox"/> Atendido Parcialmente <input type="checkbox"/> Não se Aplica</p>	
<p>Avaliação do Curso</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Atendido <input type="checkbox"/> Não Atendido <input type="checkbox"/> Atendido Parcialmente <input type="checkbox"/> Não se Aplica</p>	
<p>Políticas Institucionais (Programas de Assistência Estudantil, Programa de Nivelamento, Tutoria, Acadêmica, Monitoria e Acompanhamento de Egressos)</p>	<p><input type="checkbox"/> Atendido <input type="checkbox"/> Não Atendido <input checked="" type="checkbox"/> Atendido Parcialmente <input type="checkbox"/> Não se Aplica</p>	<p>Observa-se no trecho a seguir referencia ao Curso de Agroecologia; “A necessidade de investimento e capacitação na formação educativa dos estudantes impulsionou o IF Baiano –Campus Valença a adotar políticas institucionais de fomento à pesquisa e à</p>

		<p>qualificação técnica de discentes do curso de Agroecologia. Não seria do Curso Técnico em Meio Ambiente Subsequente?</p> <p>No item Programa de Tutoria Acadêmica também faz referencia ao Curso de Agroecologia. Rever a informação</p> <p>No item Sistema de Acompanhamento de Egressos também faz referência ao Curso de Agroecologia. Rever a informação.</p> <p>Sugere-se melhorar a escrita do trecho em destaque:</p> <p>“...esse Núcleo visa atender os discentes no sentido de que eles podem receber atendimento específico com base em suas necessidades comunicacionais, de aprendizagens e interacionais. Desta forma,</p> <p>Não caberá somente ao NAPNE a execução das condições de acessibilidade. Rever a informação.</p> <p>No item 13.8.2, mais uma vez o nome do Curso aparece como Agroecologia. Rever a informação.</p>
Prever a obrigatoriedade do	(<input type="checkbox"/>) Atendido	No PPC trás informações a

<p>Planejamento Educacional Individualizado (PEI) para o(a) estudante PAEE ou com necessidades específicas, a ser realizada pela equipe multiprofissional.</p>	<p><input type="checkbox"/> Não Atendido <input checked="" type="checkbox"/> Atendido Parcialmente <input type="checkbox"/> Não se Aplica</p>	<p>respeito do processo de avaliação para o PAEE, sobre o Papel do NAPNE, mas não consta o item específico que explicitada a obrigatoriedade do Planejamento Educacional Individualizado (PEI).</p> <p>Recomenda-se inserir o item que garanta o Planejamento Individualizado, conforme preconiza a Organização Didática.</p>
<p>Infraestrutura do Curso</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Atendido <input type="checkbox"/> Não Atendido <input type="checkbox"/> Atendido Parcialmente <input type="checkbox"/> Não se Aplica</p>	
<p>Perfil do Corpo Docente</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Atendido <input type="checkbox"/> Não Atendido <input type="checkbox"/> Atendido Parcialmente <input type="checkbox"/> Não se Aplica</p>	<p>Recomendação:</p>
<p>Perfil do Corpo Técnico e Administrativo</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Atendido <input type="checkbox"/> Não Atendido <input type="checkbox"/> Atendido Parcialmente <input type="checkbox"/> Não se Aplica</p>	
<p>Diplomas e Certificações</p>	<p><input type="checkbox"/> Atendido <input type="checkbox"/> Não Atendido <input checked="" type="checkbox"/> Atendido Parcialmente <input type="checkbox"/> Não se Aplica</p>	<p>Conforme a Organização Didática, o estudante que cumprir todos os requisitos para a Conclusão do Curso, ao final, receberá o Diploma de Técnico de Nível Médio na habilitação profissional cursada. Quanto aos Certificados, o Campus poderá emitir quando o aluno concluir cada módulo. São duas coisas distintas. Reveja o item. Recomenda-se, assim, ver o texto da Nova Organização Didática.</p>
<p>Referências</p>	<p><input type="checkbox"/> Atendido <input type="checkbox"/> Não Atendido <input checked="" type="checkbox"/> Atendido Parcialmente <input type="checkbox"/> Não se Aplica</p>	<p>Recomendação:</p> <p>Atualizar as referências, de modo a referenciar o PPC em vigência, como base para esta reformulação, a Política de Diversidade e Inclusão bem</p>

		como demais normativas atualizadas que foram utilizadas no processo de reformulação do PPC. Formatar conforme a ABNT
Normas ortográficas e gramaticais oficiais da Língua Portuguesa.	(x) Atendido () Não Atendido () Atendido Parcialmente () Não se Aplica	Recomendação: Revisar o texto para atendimento às normas.
Formatação em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) vigentes.	(x) Atendido () Não Atendido () Atendido Parcialmente () Não se Aplica	Recomendação: Revisar a formatação quanto às normas. Formatar as referências quanto às normas da ABNT (cronologia dos documentos, conforme ABNT)

Em conformidade com o referido acima, esta Coordenação conclui que o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) em epígrafe não atende em sua totalidade as normativas institucionais concernentes à reformulação de curso, segundo o explicitado no parecer descritivo acima. Além disso, observa-se que a estrutura do processo necessita ser organizado de acordo com a Resolução nº48. Nesses termos, o processo deve ser revisto e organizado para o atendimento às adequações apontadas. Assim, recomenda-se que o presente projeto retorne ao *Campus* para as adequações solicitadas. Após as referidas adequações, cumpridas as recomendações supracitadas, o processo deverá ser encaminhado para nova análise desta Coordenação, de maneira que este possa ser encaminhado para o Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPE).

Andreia Rêgo da Silva Reis

Coordenadora Geral da Educação Básica e Profissional
Portaria Nº 1.269/2018 (DOU 14/05/18)
SIAPE: 2050356



Documento Digitalizado Público

Reformulação de PPC Técnico em Meio Ambiente Subsequente-Valença

Assunto: Reformulação de PPC Técnico em Meio Ambiente Subsequente-Valença
Assinado por: Andreia Reis
Tipo do Documento: Parecer
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

■ Andreia Rego da Silva Reis, COORDENADOR - CD4 - RET-EPTNM, em 07/04/2020 21:23:51.

Este documento foi armazenado no SUAP em 07/04/2020. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifbaiano.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código 62321
Verificador: 90c697a0a4
Código de
Autenticação:





Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
Reitoria
GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO

Despacho:

Prezado Diretor, Após análise e emissão de parecer, esta Coordenação encaminha o processo em epígrafe para que seja devolvido ao Campus para atendimentos às recomendações. Tão logo o Campus proceda com as adequações recomendadas, o processo deverá retorna a esta Coordenação para nova análise e encaminhamento ao CEPE. Atenciosamente,

Assinatura:

Despacho assinado eletronicamente por:

- Andreia Rego da Silva Reis, COORDENADOR - CD4 - RET-EPTNM, RET-EPTNM, em 07/04/2020 21:26:54.



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
Reitoria
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E POLITICA DE ENSINO

Despacho:

Prezado Pró-Reitor, encaminhamos o processo em epígrafe para que seja devolvido ao Campus Valença para atendimentos às recomendações. Tão logo o Campus proceda com as adequações recomendadas, o processo deverá retorna a esta Diretoria para nova análise e encaminhamento ao CEPE.

Assinatura:

Despacho assinado eletronicamente por:

- Estacio Moreira da Silva, DIRETOR - CD3 - RET-DPPE, RET-DPPE, em 08/04/2020 12:11:42.